

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU  
INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS/MESTRADO  
ORIENTADOR: PROF. DR. JEAN LUIZ NEVES ABREU**

**MULHERES NO PODER: A DIMENSÃO MACHISTA NA TRAMA DO GOLPE  
CONTRA DILMA ROUSSEFF**

**LILIANE CIRINO VIEIRA**

**UBERLÂNDIA, 2022**

**LILIANE CIRINO VIEIRA**

**MULHERES NO PODER: A DIMENSÃO MACHISTA NA TRAMA DO GOLPE  
CONTRA DILMA ROUSSEFF**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia para banca examinadora como requisito final para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

**UBERLÂNDIA, 2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

V658m  
2022

Vieira, Liliane Cirino, 1980-  
Mulheres no poder [recurso eletrônico]: a dimensão machista na trama do golpe contra Dilma Rousseff / Liliane Cirino Vieira. - 2022.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.5047>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. História. I. Abreu, Jean Luiz Neves, 1973-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

André Carlos Francisco  
Bibliotecário - CRB-6/3408


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br


**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, Ata 8, PPGHI				
Data:	Vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:10
Matrícula do Discente:	12012HIS007				
Nome do Discente:	Liliane Cirino Vieira				
Título do Trabalho:	Mulheres no poder: a dimensão machista na trama do golpe contra Dilma Rousseff				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Política e Imaginário				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Dimensões do imaginário na modernidade				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: [Jorgetânia da Silva Ferreira \(INHIS-UFU\)](#); [Leandra Domingues Silvério \(UFTM\)](#) e [Jean Luiz Neves Abreu](#) orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Jean Luiz Neves Abreu, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovada.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestra](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Presidente**, em 28/04/2022, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Leandra Domingues Silvério, Usuário Externo**, em 28/04/2022, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jorgetania da Silva Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/04/2022, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3443786** e o código CRC **8295517D**.

---

**Referência:** Processo nº 23117.017326/2022-88  
SEI nº 3443786

**LILIANE CIRINO VIEIRA**

**MULHERES NO PODER: A DIMENSÃO MACHISTA NA TRAMA DO GOLPE  
CONTRA DILMA ROUSSEFF**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia para banca examinadora como requisito final para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (orientador)  
(UFU)

---

Profa. Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira  
(UFU)

---

Profa. Dra. Leandra Domingues Silvério  
(UFTM)

---

Profa. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa (Suplente)  
(UFU)

**UBERLÂNDIA, 2022**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu querido orientador, Professor Dr. Jean Luiz Neves Abreu, que acreditou em mim neste projeto tão importante para fazer valer uma história digna sobre a história das mulheres no tempo presente, em que, é de suma importância prevalecer a construção da história daqueles/as que foram arrancados/as da democracia à força.

Agradeço também a uma querida professora e amiga, a Profa. Dra. Jorgetânia Ferreira, que, de tão afetuosa e companheira, conseguiu me incentivar e inspirar nestes tempos difíceis, em que vivemos uma pandemia de coronavírus. Não seria fácil se eu não tivesse pessoas tão aguerridas e esperançosas ao meu lado. Agradeço igualmente à querida Profa. Dra. Marta Emísia, minha orientadora na graduação, pela sua dedicação e carinho, que, do mesmo modo, conseguiu me ajudar e motivar muito.

Quero agradecer, da mesma forma, a um grande amigo, Mário Guimarães Júnior, que também me estimulou a continuar neste propósito. Além de duas amigas, Adriana Maria Silva e Mariana Paula, que praticamente me salvaram após a perda da minha mãe, quando passei por uma terrível depressão. Sem vocês eu não teria continuado. Bem como, meus amigos Pedro Salgado e Fernando Araújo pelas excelentes dicas de leituras.

Quero agradecer aos meus amigos e amigas, Vaneide Olmo Corrêa, Wilma Olmo Corrêa, Valder Olmo Corrêa, Paula Silva Resende Costa, Maria Fabíula, Kélia dos Reis Simeão Moura, Renée Ferreira, Tauana Silveira Barbosa, Robisson Albuquerque, Carolina de Cássia Reis e ao meu querido Marcus Tullius Moraes por estarem ao meu lado e tornarem possível e mais prazerosa e feliz a minha existência.

Agradeço também à minha família. Minha falecida mãe, Selma Maria Cirino Ribeiro, minhas irmãs Wilvian Rúbia Cirino Vieira e Renata Pinheiro, meu irmão Gladson José Pinheiro, meu sobrinho César Augusto, minha tia Suzana e meu padrasto Ivan Roberto. E por fim, também agradeço a todos/as os/as professores/as, e todos/as aqueles e aquelas que se debruçaram anteriormente sobre este tema, sem os/as quais eu não conseguiria prosseguir.

## RESUMO

Esta pesquisa visa debater a dimensão machista no golpe contra Dilma Rousseff, o impacto deste para o feminismo e o processo de empoderamento e desempoderamento das mulheres na política brasileira, ao considerar o que significam oficialmente essas representações femininas no parlamento, diante da premissa da simbologia machista que ocasionou a derrocada, em 2016, da primeira mulher presidenta do Brasil. Enquanto a introdução aborda o contexto histórico e político no qual este trabalho foi concebido e concisamente discorre sobre a fundamentação teórica e as seções, a primeira seção traz uma breve recapitulação acerca da participação das mulheres na política brasileira após a Proclamação da República em 1889, bem como a discussão acerca da luta das mulheres pela democracia e por respeito no âmbito político. Por seu turno, a segunda seção diz respeito à dimensão machista, ao apontar os campos de disputa das mulheres. Discute também sobre como parte da imprensa nacional contribuiu para a propagação ideológica do machismo e da misoginia ao manipular reportagens. Logo, pretende-se constatar que a misoginia e o sexismo foram usados, sobretudo pela mídia e imprensa, como arma política contra Dilma Rousseff, além de debater como as políticas de inclusão das mulheres e da diversidade incomodaram os setores ultraconservadores, ou seja, como a conquista desses direitos despertou o ódio desse campo reacionário, que culminou na propagação de calúnias e injúrias misóginas contra a presidenta. A terceira seção traz uma brevecronologia do governo petista sob determinada perspectiva, ao associar o golpe de 2016 à ascensão de grupos ultraconservadores e reacionários de caráter violento, detentores de ideais misóginos, racistas, LGBTfóbicos e que se colocaram no poder após o referido evento, em questão utilizadas as fontes dos Anais da Câmara dos Deputados de 17 de abril de 2016 para analisar as justificativas dos/as deputados/as durante a votação do impedimento, investigar se elas representaram grupos machistas na sociedade e indicar o campo de disputas entre os defensores do patriarcado e os movimentos de resistência das mulheres. As considerações finais não aspiram a nenhum fechamento definitivo, posto que a história está em constante formulação, mas sim, visa delinear, de maneira sintetizada, os pressupostos para entender de que forma tais interpretações foram alcançadas. É importante compreender que este trabalho não pretende defender a hipótese de que o golpe contra Dilma Rousseff tenha ocorrido unicamente em razão (e consequência) do machismo - visto que existiam outras nuances como a dimensão econômica que envolvem diversos interesses, a exemplo do propósito das privatizações, da redução dos direitos da classe trabalhadora, do Pré-Sal, da Operação Lava-Jato etc. -, mas sim visa explorar a dimensão machista e a particularidade da propagação ideológica da misoginia e sexismo pelos propugnadores do golpe de 2016. Além disso, é importante destacar que, sendo o machismo estrutural, ele está presente em todas as esferas política, econômica, cultural, religiosa, intelectual, etc.

**Palavras-chave:** Mulheres no Poder; Golpe de 2016; Dilma Rousseff; Feminismo; Políticas Sociais do PT.

## ABSTRACT

This research aims to discuss the sexist dimension of the coup against Dilma Rousseff, its impact on feminism and the process of “(dis)empowerment” of women in Brazilian politics, when considering what these female representations in parliament officially mean, given the premise of the sexist symbology that caused the overthrow, in 2016, of the first female president of Brazil. While the introduction addresses the historical and political context in which this research was conceived and concisely discusses the theoretical basis and sections of the work, the first section provides a brief recap on the participation of women in Brazilian politics after the Proclamation of the Republic in 1889, as well as the discussion about women’s struggle for democracy and respect in the political sphere. In turn, the second section concerns the sexist dimension, by pointing out the fields of dispute for women; discuss how part of the national press contributed to the ideological propagation of machismo and misogyny by manipulating reports. Therefore, it is intended to verify how misogyny and sexism were used, especially by the press, as a political weapon against Dilma Rousseff, in addition to debating how the policies of inclusion of women and diversity annoyed the ultraconservative sectors, i.e., how the conquest of rights aroused the anger of this reactionary camp, which culminated in the propagation of slander and misogynistic insults against the president. The third section brings a brief chronology of Partido dos Trabalhadores (PT, in Portuguese abbreviation) government from a certain perspective, by associating the 2016 coup to the rise of violent ultraconservative and reactionary groups, holders of misogynistic values, racist, LGBTphobic and who came to power after that event, in which the sources of the Annals of the Chamber of Deputies of April 17th, 2016 are used to analyze the justifications of deputies during the impeachment vote, investigate whether they represented sexist groups in society and indicate the field of disputes between the defenders of patriarchy and women’s resistance movements. The final considerations do not aspire to any definitive closure, since history is constantly being formulated, but rather outline the assumptions in a synthesized way and understand how such interpretations were reached. It is important to understand that this work does not aim to defend the hypothesis that the coup against Dilma Rousseff solely occurred as a result of (and consequence) of machismo – since there were other nuances such as the economic dimension that involve various interests, e.g. the purpose of privatizations, the reduction of rights in the working class, Pre-Salt, “Lava-Jato” Operation etc. –, but rather to explore the sexist dimension and the particularity of ideological propagation of machismo and sexism by the supporters of 2016 coup. In addition, it is important to highlight that, as machismo is structural, it is present in all political, economic, cultural, religious, intellectual, etc.

**Keywords:** Women in Power; 2016 Coup; Dilma Rousseff; Feminism; PT Social Policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Foto da Capa da IstoÉ.....	61
Figura 2 -	Foto da Reportagem da Veja.....	61
Figura 3 -	Print Bela, Recatada e da Balada.....	64
Figura 4 -	Print Nós é Bela, Mas é Cada Virote que Nós Dá.....	64
Figura 5 -	Print Protesto Bela Recatada e do Lar.....	64
Figura 6 -	Print De Onde Ela Quiser.....	64
Figura 7 -	Print da Reportagem da Revista Veja.....	73
Figura 8 -	Foto do Plenário da Câmara dos Deputados.....	102
Figura 9 -	Foto Editada Sobre o Discurso do Ódio na Câmara dos Deputados...	111
Figura 10 -	Foto dos Cartazes Feministas Contra Eduardo Cunha.....	123
Figura 11 -	Foto das Mulheres nas Ruas Contra Eduardo Cunha.....	124
Figura 12 -	Foto das Mulheres da Frente Povo Sem Medo Contra Cunha.....	124
Figura 13 -	Foto da Manifestação das Mulheres Contra o PL5069.....	125
Figura 14 -	Foto das Mulheres Inimigas Nº 1 de Cunha.....	125
Figura 15 -	Foto Cartazes de Mulheres Expõe Contas de Cunha na Suíça.....	126
Figura 16 -	Foto Mulheres Contra o Retrocesso.....	126
Figura 17 -	Fotos de Mulheres da Marcha das Margaridas Contra o Golpe.....	127
Figura 18 -	Foto Marcha das Margaridas Pela Democracia.....	129
Figura 19 -	Foto Cartazes “Ser Mulher sem Temer”.....	130

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 -	Lares Chefiados por Homens e Mulheres na América Latina, 2008-2016.....	72
Gráfico 2 -	Taxa de Frequência Líquida no Ensino Superior de Graduação da População de 18 a 24 Anos de Idade, Segundo o Sexo e a Cor ou Raça - Brasil - 2005/2015.....	76
Gráfico 3 -	Perspectivas sobre o acesso ao Programa Universidade para Todos: gênero e raça na distribuição de bolsas entre 2005/2016.....	80
Gráfico 4 -	Situação Escolar de Meninas e Mulheres Entre 15 e 29 Anos.....	81
Gráfico 5 -	Votação do Processo de Impeachment na Câmara por Partido.....	107

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Como Votou os/as Deputados/as Investigados na Lava Jato Durante o Impeachment de Dilma Rousseff em 2016.....	99
Tabela 2 - Frequências das Justificativas dos Deputados ao Votar.....	119

**ATLAS**

Atlas da Violência 2019..... 70

## SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. A participação das mulheres na política brasileira.....	28
1.1. O prelúdio político das mulheres no Brasil.....	28
1.2. As mulheres e a luta pela democracia.....	39
1.3. Mulheres no poder e a luta por respeito na política .....	44
2. A dimensão machista no golpe de 2016.....	55
2.1. O campo de luta das mulheres .....	55
2.2. Imprensa, mídia e machismo: a misoginia como arma política.....	61
2.3. O machismo e o sexismo diante do golpe de 2016.....	70
2.4. As políticas sociais do PT e as mulheres.....	75
3. O golpe e a resistência feminista.....	83
3.1. Breve cronologia do golpe de 2016.....	83
3.2. O voto em nome do “Pai”, da propriedade, da família ou do chicote.....	94
3.3. O protagonismo das mulheres na luta contra o golpe de 2016.....	121
3.4. A resistência feminista.....	122
Considerações finais.....	131
Referências bibliográficas.....	136

Se uma mulher tem poder, porque é que é preciso disfarçar que tem poder? Mas a triste verdade é que o nosso mundo está cheio de homens e de mulheres que não gostam de mulheres poderosas. Fomos tão condicionados a pensar no poder como masculino que uma mulher poderosa é considerada uma aberração.

Chimamanda Ngozi Adichie

## INTRODUÇÃO

No momento em que escrevo estas linhas, o mundo se encontra em uma pandemia de coronavírus (Covid-19). É profundamente relevante relatar esta conjuntura, para tentar transmitir aos leitores e leitoras, a profunda agonia que vivemos nesta crise. São tempos sombrios e fúnebres. Não sabemos se amanhã estaremos vivos para terminar nossa história. Diversos países tiveram que enfrentar o isolamento social, para não propagar o vírus.

Esta pandemia que nos atinge é mais uma variação de um vírus que ataca as vias respiratórias, extremamente contagioso e letal. Devido a isto, milhões de vidas se perderam. Todos os dias temos notícias de amigos/as, parentes e pessoas conhecidas que estão infectados/as, entubados/as ou que morreram. Com um total de mais de quatrocentos milhões<sup>1</sup> de pessoas infectadas mundialmente, e mais de cinco milhões e oitocentos mil mortes no mundo todo até a data de hoje, sendo que, o gráfico aumenta brutalmente a cada dia que passa. Somente no Brasil, mais de vinte e sete milhões de pessoas foram infectadas, e mais de meio milhão de mortes<sup>2</sup> até o presente momento. Isto com subnotificação.<sup>3</sup>

Nunca imaginei viver algo parecido. Neste contexto, ainda, perdi minha mãe, que faleceu em abril de 2020 devido a um câncer, quando a pandemia havia acabado de chegar ao Brasil e na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, aonde resido. Eu estava com ela no hospital, ao lado de seu leito, quando pude sentir o seu último suspiro. O receio da pandemia estava no olhar das pessoas que perambulavam com máscaras pelas ruas e pelo hospital.

Mas, se estamos falando sobre o golpe de 2016 e sua relação com o machismo, porque isto seria relevante para o assunto em questão? Porque, afinal de contas, temos hoje um presidente que é consequência de uma política retrógrada, machista, reacionária e negacionista, em decorrência de um projeto político, que foi construído pelas mãos dos agentes e apoiadores do golpe contra Dilma Rousseff.

É indispensável inteirar sobre o contexto histórico e político desta dissertação, porque, a partir disso, pode-se compreender a necessidade de estudar tal temática. Isto posto, é

---

<sup>1</sup> Repositório de dados para o Painel Visual do Novel Coronavírus 2019 operado pelo Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas da Universidade Johns Hopkins (JHU CSSE), com o apoio da equipe *Environmental Systems Research Institute Living Atlas* e do Laboratório de Física Aplicada da Universidade Johns Hopkins (JHU APL). Disponível em: <<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F02j71&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>>. Acesso em: 16/02/2022.

<sup>2</sup> Seiscentos e quarenta mil e setenta e seis mortes em 16 de fevereiro de 2022.

<sup>3</sup> Significa que muitos casos não são detectados e nem levados a conhecimento público.

imperativo retroceder nos acontecimentos, para analisarmos o passado de uma forma ativa, inclusive, para tentar entender como chegamos ao presente. Neste intento, é fundamental resgatar a história da violenta destituição de Dilma Rousseff, enquanto um percurso golpista, de grupos detentores de um projeto político que havia sido derrotado em 2014, e que visava retroceder nas conquistas históricas da população mais oprimida desta nação, inclusive das mulheres, que é o objeto de estudo desta dissertação.

Para iniciar a discussão, é imprescindível entender que o/a historiador/a tem uma perspectiva acerca dos eventos pesquisados, mesmo que mantenha a objetividade. A realidade pode ser considerada o cenário do/a historiador/a, e, quanto melhor a compreensão dessa realidade, mais pertinente será o seu trabalho. Assim, o/a pesquisador/a reflete o tempo histórico no qual está inserido, por mais que seu olhar esteja sobre o passado. Sendo que, há inúmeros exemplos de historiadores/as que produzem uma historiografia militante, a exemplo de Eric Hobsbawm, dentre outros/as. Ao mesmo tempo deve-se compreender a realidade com a capacidade de lidar com as várias maneiras de pensar existentes, e, para tal, deve-se conhecê-las para interpretá-las, mesmo que não sejam as nossas, porque, por mais que não concordemos, elas fazem parte da realidade e das relações sociais e coletivas. Interpretá-las não significa, necessariamente, concordar com elas, mas primeiramente, compreender que elas existem, e que cada historiador/a pode escolher o seu objeto e seu foco a partir do seu estudo, experiência e vivência, levando em conta ainda os recortes feitos.

Observamos, neste movimento, o avanço do pensamento historiográfico, em que ampliamos nossa percepção e sensibilidade sobre o desenrolar da vida humana. Além disso, o passado começa a ser visto de forma viva e dialógica em relação ao presente. E, com razão, a historiografia atual critica o determinismo positivista estéril e incomunicável. Em vista disso, não há nenhuma intenção de retornar ao determinismo economicista neste trabalho, mas sim, encontrar meios para nos apresentar perspectivas relevantes acerca da realidade estudada.

Em consonância com a perspectiva da história crítica, é incorreto afirmar que existe uma “verdade última” para o tema em questão, com intenções definitivas. Mas sim, um “gesto interpretativo, com algumas hipóteses e intensões de verdades relacionadas à tentativa de uma interpretação lógica dos acontecimentos humanos”<sup>4</sup>, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior. E, “ao se pensar a história, na invenção dela, isso nos remete a descontinuidades, ao heterogêneo, a singularidades e a afirmação do caráter subjetivista da

---

<sup>4</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. *Ensaio de teoria da História*. Bauru, Edusc. 2007.

produção histórica”<sup>5</sup>. Dessa forma, o trabalho historiográfico requer o apontamento não apenas das lembranças, mas também dos esquecimentos.

Neste panorama, a perspectiva teórica e conceitual deste trabalho se insere na interpelação da história do tempo presente, e, portanto, se aproxima de conceitos abordados pelo historiador alemão, Reinhart Koselleck.<sup>6</sup> Como também, as concepções teóricas de Pierre Bourdieu, no que tange a teoria dos campos de disputas. Fundamenta-se também nas teorias de Boito Júnior, dentre vários/as, que concebem a destituição de Dilma Rousseff enquanto um golpe parlamentar, jurídico e midiático. Contudo, este trabalho pretende ir além, e apontar também, a dimensão machista na destituição de Dilma Rousseff numa perspectiva histórica. Portanto, utiliza-se do mesmo modo, das fundamentações dos estudos de gênero, sobretudo, no livro *Feminismo para os 99%* de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, além dos estudos de Flávia Biroli<sup>7</sup>, dentre várias outras referências feministas, que serão trabalhadas ao longo da escrita.

A história do tempo presente tem alguns pressupostos relevantes e “não é uma dimensão ligada apenas ao imediato, mas sim, permeada por camadas de passados, lembranças e experiências”. Essa linha de estudos é, regularmente, amparada na hipótese da eclosão do “regime de historicidade presentista”, delineado por François Hartog como a “experiência contemporânea do tempo”. No livro *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, François Hartog afirma que, “o tempo histórico, se seguirmos Reinhart Koselleck, é produzido pela distância criada entre o campo da experiência, de um lado, e o horizonte da expectativa, de outro: ele é gerado pela tensão entre os dois lados.”<sup>8</sup> Esta perspectiva historiográfica surge na Europa com o interesse pelo testemunho e a história das Grandes Guerras Mundiais<sup>9</sup>.

Na América Latina, este campo surgiu mais recentemente, sendo que, “no caso brasileiro, essas alterações tiveram reflexos importantes no perfil dos cursos de história, que

---

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

<sup>7</sup> BIROLI, Flávia. Aborto em debate na Câmara dos Deputados. *Cfemea, Ipas e Observatório de Sexualidade e Política*. Brasília, 2016. Disponível em: <[https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/aborto\\_debate\\_camara\\_deputados.pdf](https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/aborto_debate_camara_deputados.pdf)>. Acesso em:

<sup>8</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo et al. Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. In: REIS, Tiago Siqueira et al (Org.). *Coleção História do Tempo Presente*. v.1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. Disponível em: <<https://itemnpo.unifesspa.edu.br/images/Coleo-Histria-do-Tempo-Presente---Volume-I.pdf>>. Acesso em: 17/07/2021, p. 39.

<sup>9</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, nº 23, p. 85-86, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080/8071>>. Acesso em: 17/07/2021.

ampliaram suas linhas de pesquisa e incorporaram o estudo do tempo presente”<sup>10</sup>. “Nos anos 1980, especialmente no período da abertura política (...), um número crescente de programas de pesquisas foi criado, em universidades ou em diferentes instituições voltadas para a preservação da memória”<sup>11</sup>.

Com a Lei de Acesso às Informações, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, abriu-se novas possibilidades, “funcionando como um estímulo para o reconhecimento e a legitimidade da história do tempo presente, assim como permitindo o esclarecimento dos muitos pontos obscuros que a dificuldade de acesso às fontes criava”<sup>12</sup>.

As abordagens desse campo atravessaram uma série de críticas e o reflexo disso colaborou com a reestruturação da história do tempo presente em torno de eixos de estudo como a cultura política<sup>13</sup>, as discussões sobre memória e os usos do passado. “Através dessa categoria de análise, seria possível ao/a pesquisador/a observar as diversas camadas de passado que permeiam o tempo em que vive, pois o tempo histórico é composto por rupturas e permanências”<sup>14</sup>.

Esta abordagem constitui um desafio para a historiografia, visto que, “evidencia algumas percepções de tempo histórico em disputa política”, quando os objetos estudados envolvem as posições dos/as investigadores/as. “Ao atribuir sentidos e relativizar a profusão de imagens e informações dispersas dos meios de comunicação, as quais tendem a esvaziar a temporalidade, a historiografia volta-se aos fenômenos políticos e ao presente de modo a oferecer densidade à análise social”<sup>15</sup>.

As contribuições de Paul Ricœur a esse respeito são importantes ao sustentar o argumento de que esse desconhecimento permite uma “desfatalização” da análise e um recurso privilegiado ante a narração e o evento. Ainda de acordo com essa linha de raciocínio, Ricœur (2003) defende que a “história do tempo presente” possui trunfos epistemológicos que permitem ao historiador estar atento “ao que permanece virtual no presente, ao que nele ainda está aberto ao possível”<sup>16</sup>.

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 99-100.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>13</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo et al. Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. In: REIS, Tiago Siqueira et al (Org.). *Coleção História do Tempo Presente*. v.1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p. 11. Disponível em: <<https://itemnpa.unifesspa.edu.br/images/Coleo-Histria-do-Tempo-Presente---Volume-I.pdf>>. Acesso em: 17/07/2021.

<sup>14</sup> KOSELLECK, Reinhart (2015). Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 305-328.

<sup>15</sup> LOHN, *op. cit.*, p. 13.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 87-88.

Compreende-se que o político não se reduz apenas ao Estado, considerado uma construção histórica referida tanto a espaços de discussões, quanto a práticas e experiências elaboradas nas interações sociais, ou seja, nas sociabilidades. “Ações e horizontes de expectativa” assim arranjos implica em “lutar contra a tendência a se considerar o passado do ponto de vista do acabado, do imutável, do irretocável (...), o que leva a um presente como processo histórico indeterminado”.<sup>17</sup> Na perspectiva da história do tempo presente, encontramos a temática sobre o golpe de 2016 e a sua dimensão machista.

Com esta concepção, percebe-se que, “o debate travado nos meios políticos e acadêmicos sobre o processo de destituição de Dilma Rousseff do cargo de Presidente da República está bem distante de chegar a um consenso”<sup>18</sup>, uma vez que, alguns/as sujeitos legitimam a destituição da presidenta, enquanto que, para outros/as, é evidente que sofremos um terrível golpe na democracia brasileira em 2016. E para outros/as, ainda torna-se difícil coadunar com essas explicações, e, é exatamente por isso, que os/as historiadores/as terão que se debruçar muito ainda em pesquisas e explicações. Mas, é importante reiterar que para realizar sua abordagem, a presente dissertação utiliza-se da concepção de que ocorreu um golpe.

Deste modo, é significativo inteirar que muitos/as autores/as já se debruçaram sobre o tema e souberam com maestria analisar os acontecimentos acerca do golpe de 2016. Bravamente resistindo à “opinião oficial”, que hoje coaduna com uma parcela da sociedade, ligada aos grupos mais retrógrados do país, os apoiadores do golpe.

No âmbito acadêmico, a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Uberlândia, dentre outras, foram algumas das que levantaram este debate tão fundamental na atualidade política brasileira, quando alguns/as eméritos/as professores/as ousaram desafiar o governo golpista, como o professor e cientista político, Luis Felipe Miguel fez em 2017.

Quando, em outubro ou novembro de 2017, encaminhei minha proposta de disciplina na graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília para o semestre seguinte, imaginei que ouviria as reclamações de praxe de estudantes e colegas de extrema-direita na universidade, mas não mais do que isso. O curso era intitulado “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil. Não foi pensado como uma intervenção política - exceto, claro, no sentido de que o processo de ensino e aprendizagem é sempre um ato político.”<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> FERREIRA, *op. cit.*, p. 15.

<sup>18</sup> MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 14, nº 2, 2020, p. 67. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28759/28131>>. Acesso em: 17/07/2021.

<sup>19</sup> MIGUEL, Luis Felipe. In: GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia Claudia Santana de Mattos; SALGUEIRO, Wilberth (Orgs.). *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2019. Disponível em: [https://literaturaeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeducacao.ufes.br/files/field/anexo/foi\\_golpe\\_-\\_versao\\_pdf.pdf](https://literaturaeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeducacao.ufes.br/files/field/anexo/foi_golpe_-_versao_pdf.pdf). Acesso em 26/02/2021.

É importante dar destaque a alguns estudos que defendem a teoria do golpe, a exemplo do livro, *O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil*, organizado pela professora e historiadora, Mara do Nascimento, dentre outros/as: “Partimos da compreensão de que o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar, jurídico e midiático. Golpe das elites contra os/as trabalhadores/as. Golpe dos homens contra as mulheres, enfim, um golpe contra a diversidade”<sup>20</sup>.

(...) a despeito das polêmicas sobre a interpretação casuística das “pedaladas fiscais” e dos decretos de abertura de créditos suplementares como crime de responsabilidade, práticas, aliás, que haviam sido adotadas por vários outros governos no âmbito federal, estadual e municipal sem terem sido tipificadas como crimes passíveis de *impeachment*, é preciso observar que, na votação de admissibilidade do processo de *impeachment*, ocorrida na Câmara Federal no dia 17 de abril de 2016, as declarações de voto feitas pela grande maioria dos deputados federais estiveram muito distantes de dar centralidade aos aspectos jurídicos do processo. Outras razões e motivações ganharam mais centralidade e orientaram o voto dos 367 parlamentares que se manifestaram favoráveis à admissibilidade.<sup>21</sup>

Leonardo Valente Monteiro<sup>22</sup> afirma que a destituição de Dilma Rousseff é compreendida como um “golpe não clássico, de natureza jurídico-parlamentar”. Partindo do pressuposto de que a deposição de Dilma teria como objetivo central, “o reforço da hegemonia política do capital financeiro internacional e da burguesia a ele associada por meio da reivindicação e implementação de uma versão extremada da política neoliberal”, tendo como principal força política dirigente o “capital financeiro internacional e a burguesia a ele associada”, como forças institucionais perpetradoras, “o Congresso Nacional e Aparato judicial composto por STF<sup>23</sup>, Judiciário, MP<sup>24</sup>, Lava Jato”, as bases sociais, a alta classe média e os meios empregados, “o uso casuístico da lei do impeachment e conluio entre aparato judicial e mídia corporativa para legitimar a lisura técnica do golpe”<sup>25</sup>.

Na análise de Boito Jr. (2018), o “golpe do impeachment” é caracterizado fundamentalmente como resultante de uma ofensiva política do grande capital internacional e da fração burguesa a ele associada (força política dirigente do golpe) que é ancorada na mobilização da alta classe média (base social do golpe) - o que teria permitido a restauração do neoliberalismo (mudança no conteúdo da política econômica, social e externa do governo). A ofensiva restauradora do neoliberalismo ocorre em meio a um processo de crise do neodesenvolvimentismo, que se alicerçava na hegemonia política da grande burguesia interna, com apoio do movimento popular

<sup>20</sup> FERREIRA, Jorgetânia da Silva; JUNIOR, Mário costa de Paiva Guimarães. O golpe de 2016 no Brasil: um projeto das elites contra o povo. In: DO NASCIMENTO, Mara Regina et al (Org.). *O Golpe de 2016 e a corrosão da Democracia no Brasil*. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2020, p. 52.

<sup>21</sup> MARTUSCELLI, *op. cit.*, p. 70.

<sup>22</sup> MONTEIRO, Leonardo Valente. *Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil*. Revista de Ciências Sociais, v. 49, nº 1, p. 55-97, 2018.

<sup>23</sup> Supremo Tribunal Federal.

<sup>24</sup> Ministério Público.

<sup>25</sup> MARTUSCELLI, *op. cit.*, p. 99.

e sindical organizado, e dos trabalhadores da massa marginal, concebidos como principais beneficiários dos programas sociais dos governos petistas.<sup>26</sup>

Armando Boito Júnior também afirma que, “a luta das mulheres, dos negros e das minorias sexuais, (...) teve impacto no processo político nacional”. Além do que, de acordo com ele, “é sabido que a chamada ‘bancada da Bíblia’ no Congresso Nacional aderiu ao *impeachment* com o objetivo de impor um retrocesso nas conquistas desses movimentos”, sendo que, o primeiro ato do governo golpista foi “extinguir os ministérios voltados para as suas demandas”.<sup>27</sup> Em vista disso, é importante reiterar que esta pesquisa aborda os conceitos elaborados por Boito Júnior e demais defensores da perspectiva que considera a destituição de Dilma Rousseff como um golpe parlamentar, jurídico e midiático, para que não haja dúvidas.

Mesmo após constatar esta visão de Boito Júnior e demais pesquisadores/as, ainda restam algumas inquietações. E, por isso, é necessário investigar também a dimensão machista que esteve presente ao longo do golpe. E, isto não é uma tarefa fácil, pois o machismo, sendo ele estrutural, está presente em todas as esferas da sociedade, e, portanto, esta perspectiva causa bastante incômodo. Algumas pessoas, podem afirmar que não houve machismo, e que, o golpe ocorreu apenas devido a questões econômicas. Contudo, não reconhecer a dimensão machista é desconhecer que as mulheres estão em todas as esferas, inclusive, na esfera econômica. E elas são bastante impactadas com os cortes dos gastos sociais. Para tanto, entender o conceito de interseccionalidade é fundamental.

Carla Akotirene<sup>28</sup> afirma que interseccionalidade é “uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas”<sup>29</sup>. A ideia da interseccionalidade, que considera as múltiplas discussões sobre as mulheres, tais como classe social, raça e gênero, ajuda a compreender que a investida do setor econômico sobre o Pré-sal, as privatizações, a retirada dos direitos trabalhistas, a perda das políticas sociais, dentre outros, afetam demasiadamente as mulheres em situação de vulnerabilidade, sobretudo as negras,

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>27</sup> BOITO JÚNIOR, Armando et al. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana et al (Org.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 26.

<sup>28</sup> Bacharela em serviço social, mestra e doutoranda em estudos sobre mulheres, gênero e feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

<sup>29</sup> AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? [Entrevista cedida a] Carla Batista. PE: *Portal Geledés*, 08 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>>. Acesso em: 19/02/2022.

LGBTQIA+, idosas, com deficiência, que, na “base da pirâmide”, são as que mais sofrem as consequências dessas perdas.

(...) muito antes de o conceito de interseccionalidade ter sido cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002). O conceito de interseccionalidade tem sido utilizado contemporaneamente para expressar a ideia de que diversos eixos de opressão além do gênero marcam as experiências de vida das mulheres. No entanto, (...) essa ideia já havia sido afirmada pelas feministas do Combahee River Collective na década de 1970. A articulação entre gênero, raça, classe e orientação sexual feita pelas autoras do Coletivo do Rio Combahee é totalmente coerente com as afirmações contidas no manifesto do Feminismo para os 99%. No Brasil, teóricas e ativistas negras também foram precursoras ao afirmar a necessidade de articulação entre as dimensões de gênero, raça e classe. Ao mesmo tempo em que o coletivo Combahee River e, posteriormente, Angela Davis, bell hooks e outras teóricas feministas estadunidenses afirmavam a necessidade de incorporação da dominação de classe e de raça em um projeto político feminista radical, no Brasil, teóricas e escritoras como Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus caminhavam na mesma direção.<sup>30</sup>

O interesse por esta temática surgiu há algum tempo, mas de forma diferente. Antes, minhas problemáticas e curiosidades historiográficas giravam em torno do confronto entre o *impeachment* de Fernando Collor de Mello e o golpe de Dilma Rousseff, a propósito de realizar uma comparação crítica e comprovar a hipótese das diferenças entre eles, tendo o foco principal no golpe de 2016. A teoria era que o primeiro teria sido realizado pela população brasileira de classe média e trabalhadora, devido às políticas de austeridade, a hiperinflação, os arrochos salariais e os confiscos de poupança do governo Collor, e o segundo, executado pela elite, visando ataques contra as camadas populares no Brasil, para retirar direitos conquistados, com uma característica reacionária e machista.

Para tal intento, inicialmente, havia sido realizado um trabalho descritivo com a finalidade de começar uma análise documental de alguns periódicos do jornal da Convergência Socialista<sup>31</sup>, dos anos de 1989 a 1992, numa perspectiva da imprensa operária da época, com o objetivo de utilizá-lo, não como verdade absoluta, mas como fonte, para analisar as questões que concernem ao governo Collor, das greves que se desenrolaram em decorrência da sua política e do processo que desembocou no seu *impeachment*. Mas, a pandemia de coronavírus trouxe um enorme obstáculo. Teria que procurar fontes *online*, dado que, as fontes da imprensa operária a serem utilizadas, estão no CDHIS-UFU, que se encontrava fechado. Haveria que rever tudo. Encontrar novas fontes, novas problemáticas, nova pesquisa.

<sup>30</sup> ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. [Resenha a] SANCHES, Beatriz. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

<sup>31</sup> Estes jornais foram doados por Raul Pereira de Oliveira, historiador, professor de história aposentado e militante do Partido dos Trabalhadores ao Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS-UFU), os quais eu digitalizei.

Porventura, algumas inquietações prevaleciam no cerne da discussão. Seria a constituição do golpe de 2016, apenas uma tentativa de acabar com a corrupção, ou visava dilapidar com a representação política do Partido dos Trabalhadores? Representava a busca de transformação no estado de coisas existente no sentido mais progressista, ou visava o retorno de uma política retrógrada, representada por grupos, que sempre estiveram no poder, como aqueles ligados aos industriais, ao agronegócio e ao setor financeiro? Ou seja, que organizações, entidades e/ou classes se beneficiariam do golpe contra Dilma Rousseff e de que maneira isso ocorreu? Desta forma, percebi que esta temática não condizia com as minhas verdadeiras preocupações. Era fruto da necessidade de justificar os motivos pelos quais afirmamos que o impedimento de Dilma foi um golpe, diferentemente do de Collor. Na realidade, a maioria delas, apontavam para a investigação sobre a peculiaridade da dimensão classista e machista na deposição de Dilma. Sendo que, a minha militância no movimento feminista de esquerda, auxiliava na busca destas inquietações. É importante saber também que, alguns apontamentos na entrevista do mestrado me fizeram refletir sobre isso.

Neste percurso, tanto as fontes quanto a bibliografia a ser problematizada mudaram com uma fluidez inigualável. Não apenas pelas alterações das problemáticas, mas também, por me deparar com a história do tempo presente e as inúmeras fontes que encontrei ao longo do caminho, tais como, vídeos, o documentário “Democracia em Vertigem”, documentos oficiais, reportagens em jornais e revistas, entrevistas, dentre outros. Até mesmo cogitei entrevistar a ex-presidenta. Mas, não poderia utilizar todas estas fontes. Teria que encontrar um caminho.

Por conseguinte, ainda era necessária uma delimitação mais específica desta problemática, para saber, realmente, o que eu gostaria de desenvolver e pesquisar. Compreendi que, dentro desta temática, minhas apreensões mais essenciais giravam em torno do fato de Dilma ter sido a primeira mulher presidenta do Brasil, considerado um marco simbólico no avanço das mulheres no adentramento ao poder neste país.

Mas, como dito, não poderia utilizar todas as fontes, porque sabemos que, para cada fonte diferente, exige-se um tratamento diferente. Então, eu teria que selecionar melhor. Isto não seria uma tarefa fácil, porque todas pareciam igualmente interessantes. Assim, eu teria que selecionar de acordo com as demandas das minhas problemáticas. Dessa forma, refleti sobre quais as razões de querer trabalhar as diferenças entre a destituição de Collor e Dilma. Percebi que, meus motivos se guiavam pelo caráter machista e classista que foi atribuído ao golpe contra Dilma Rousseff e, finalmente compreendi, que poderia abordar esta questão sem utilizar a história comparada entre os dois impedimentos. Tive que refletir profundamente sobre o que eu

queria com esta dissertação e cheguei à conclusão que a misoginia dirigida a presidenta Dilma era o que mais me incomodava.

Com este intento, outras problemáticas foram levantadas, tais como: que aspectos do machismo estariam contidos na derrubada de Dilma Rousseff? O machismo e a misoginia foram usados como arma política neste processo, ocultando também outros interesses? Haveriam estes aspectos arraigados nas justificativas dos parlamentares durante a votação deste processo? Teriam as políticas de inclusão das mulheres e LGBTQIA+ afetado as camadas conservadoras, machistas e homofóbicas e contribuído para as discussões que disseminaram nas calúnias e injúrias misóginas contra a presidenta? Destas problemáticas, também surgiram outras, tais quais: de que modo se deu a inserção das mulheres no poder ao longo da história no Brasil e qual a importância da participação delas na política? O empoderamento das mulheres é importante para a democracia?

Então, iniciei uma pesquisa mais específica para encontrar, primeiramente, uma bibliografia mais adequada a esta reformulação. Contudo, ainda havia uma enorme quantidade de fontes, visto que, para alguns temas, a “história do tempo presente dispõe de uma superabundância de fontes, o que é, concomitantemente, uma vantagem e um desafio para o historiador”<sup>32</sup>, pois, o excesso de fontes também pode se constituir em um obstáculo tanto quanto a falta delas. Isso acontece, quando não delimitamos as problemáticas de maneira mais detalhada, porque, mesmo que se queira, não há tempo suficiente para pesquisar todos os aspectos de forma demasiadamente generalizada. Logo, delimitarei ainda mais as problemáticas para, em seguida, realizar o levantamento deste novo material apropriado.

Ao realizar uma breve pesquisa no banco de dados da Scielo encontrei 168 resultados de artigos com a palavra-chave ‘Dilma’. E, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes encontrei 1247 dissertações e 521 teses, utilizando a mesma palavra-chave. Entretanto, eu não teria como ler toda esta bibliografia em um curto período. Por isso, selecionei aquelas que tiveram mais afinidade com a abordagem do tema pretendido, o machismo e a misoginia.

Em relação às fontes, como parte delas seria a imprensa, pesquisei nos sites dos jornais da Folha de São Paulo, G1 e do Estadão, além das revistas Veja, IstoÉ, Época, Carta Capital, Revista Fórum, dentre outros. Bem como, os sites da Câmara dos Deputados e do Senado, quando selecionei os Anais da Câmara dos Deputados do dia específico da votação, como uma importante fonte a ser abordada na terceira seção.

---

<sup>32</sup> JUNIOR, Edson José Perosa. A narrativa de eventos traumáticos na história do tempo presente: os desafios para o historiador. *Diálogos*, v. 22, nº 1, 2018, p. 191.

Após as seleções, as fontes e bibliografias foram numeradas, unicamente, com a finalidade metodológica de catalogação para pesquisa e estudo. Mesmo assim, restavam alguns cuidados ao abordá-las, para que as minhas problemáticas fossem auferidas. Eu já possuía uma perspectiva de escrita acerca do tema. Sobretudo, “de que forma as fontes extraídas (...) podem ser utilizadas na construção da narrativa historiográfica. Geralmente encontramos o desejo das vítimas em preservarem sua memória e a ânsia dos perpetradores em terem essa memória esquecida”.<sup>33</sup>

A presente dissertação contém três seções, além da introdução, as considerações finais e referências bibliográficas. A primeira delas, *A participação das mulheres na política brasileira*, dispõe de alguns levantamentos acerca da participação política das mulheres no Brasil, numa perspectiva histórica, seguido por uma explanação a respeito da luta das mulheres por respeito e pela democracia. Além de algumas sucintas caracterizações intrínsecas na dimensão machista do golpe de Dilma Rousseff, e, porque a sua derrubada contém um caráter simbólico do machismo.

A segunda seção, *A dimensão machista no golpe de 2016*, desenvolve uma discussão mais específica acerca da dimensão machista do golpe, e como este fato repercutiu e atingiu uma imensa maioria de mulheres. Aborda, peculiarmente, a forma como o machismo e a misoginia foram usados como arma política. E, a forma que a imprensa contribuiu para a propagação de uma imagem misógina de Dilma Rousseff, e, em consequência disto, ajudou a consolidar o golpe de 2016. Analisa algumas fontes da imprensa e da mídia, embasada em alguns artigos, que serviram de base e inspiração para a escrita, na abordagem das reportagens, manchetes e editoriais dos jornais, mídias e revistas selecionadas, como também algumas imagens do *facebook*, gráficos e fotos.

Para tal intuito, são utilizadas duas reportagens de revistas de grande circulação: a primeira é da revista IstoÉ, de 1º de abril de 2016, intitulada: *Uma presidente fora de si*. A outra reportagem é da revista Veja, do dia 18 de abril de 2016, intitulada: *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*. Estas duas reportagens, ambas de abril de 2016, servem como amostras simbólicas para analisar qual o significado delas, com a finalidade de averiguar a disseminação de uma visão distorcida sobre a ex-presidenta. O dia 1º de abril é considerado o Dia da Mentira, uma data burlesca e jocosa para a sociedade brasileira. E a reportagem da Veja foi divulgada um dia após a aprovação do relatório da comissão ao impedimento da presidenta Dilma pelo plenário da Câmara dos Deputados. Esta seção termina por estabelecer uma discussão acerca

---

<sup>33</sup> JUNIOR, *op. cit.*, p. 198.

das políticas assistenciais do PT, que, de acordo com o programa do partido, beneficiou boa parte das mulheres, sobretudo da classe trabalhadora, e como estas políticas incomodaram os setores ultraconservadores da elite<sup>34</sup> brasileira.

A terceira seção, *O golpe e a resistência feminista*, inicia com uma breve cronologia do golpe, a fim de contextualizar melhor politicamente a análise. Esta cronologia poderia ser retirada, mas alguns/as professores/as da rede estadual do ensino básico solicitaram-na para auxiliar nas suas aulas, pois, existem poucas análises resumidas acerca do tema com esta abordagem específica. Por isso, a seção foi mantida com a finalidade de ajudar.

Por conseguinte, a seção propõe-se a uma investigação, através das fontes dos *Anais da Câmara dos Deputados*, especificamente, do dia da votação do impedimento, e procura investigar as dimensões do machismo que estiveram presentes ao longo do golpe de 2016, com uma abordagem acerca da justificativa dos votos dos deputados e o que estes representavam na sociedade, ao debater a relação com a chamada “Bancada da Bíblia”, que, através da religião neopentecostal tem poder em regular corpos e práticas; o agronegócio, conhecido como “Bancada do Boi”; e a “Bancada da Bala”. Sendo estas três, em sua maioria, associadas, direta ou indiretamente, ao movimento contra o feminismo. Estabelece uma relação entre estes discursos machistas e sexistas e a manutenção dos moldes da “família tradicional brasileira”, leia-se branca, patriarcal e burguesa, que estabelecem o *status quo* no Brasil, enquanto mantenedora da propriedade privada. Esta fonte foi selecionada pelas peculiaridades das justificativas de votação de alguns/as deputados/as e serão melhor explicadas ao longo da seção, que desfecha ao apontar alguns dos principais movimentos de mulheres que protagonizaram os protestos em resistência ao golpe. Para tal, utiliza-se também, na qualidade de fontes, algumas reportagens, fotos e panfletos dos movimentos de mulheres.

Por fim, as *Considerações finais* não pretendem apontar respostas prontas ou um fechamento definitivo, mas sim, visa alimentar o debate acadêmico, levando em conta, que a relevância deste trabalho se deve ao fato de analisar a atual situação política brasileira, no sentido de ampliar os estudos historiográficos sobre a história do tempo presente e os estudos de gênero. Promover e alimentar o debate também na sociedade, sobretudo, de forma democrática. Sendo assim, a conclusão intenciona gerar uma breve exposição final das interpretações que foram engendradas.

Existe uma imagem extremamente misógina, que foi muito divulgada pelos apoiadores do golpe, enquanto tática de injúria para destruir a imagem de Dilma Rousseff. Era uma

---

<sup>34</sup> SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. São Paulo: Leya, 2019.

imagem, em formato de adesivos da presidenta com as pernas abertas, que eram fixados nos tanques de gasolina dos carros<sup>35</sup>. E, de maneira perversa simulava um estupro. Contudo, optei por não utilizar esta imagem por razões de não reproduzir tal brutalidade. Para saber mais sobre a análise desta imagem, pode-se consultar a pesquisa da área de comunicação realizada por Perla Haydee da Silva<sup>36</sup>.

Desse modo, cabe pensar a dimensão machista que esteve presente neste processo, pois é urgente olhar para a história das mulheres no tempo presente, em que elas, ainda hoje, precisam, constantemente, defender o seu protagonismo.

---

<sup>35</sup> SALOMÃO, Tiago. Adesivo com Dilma sendo “penetrada” por bomba levanta a questão: isso é protesto?. *InfoMoney*, 1º de julho de 2015. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/columnistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>>. Acesso em: 16/02/2022.

<sup>36</sup> SILVA, Perla Haydee da. *De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff*. Dissertação de mestrado. Cuiabá-MT, 2019.

## 1. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

### 1.1. O PRELÚDIO POLÍTICO DAS MULHERES NO BRASIL

É deveras intrigante, que, para se referir à profissão de uma mulher, a qual administra uma casa alheia, contratada por alguma família brasileira privilegiada, com a finalidade de cuidar do lar e da educação de crianças de outrem, possa ser usada a palavra, *governanta*<sup>37</sup>, ao se referir a esta trabalhadora tão valorosa. Mas, para falar de uma mulher no poder político, não se pode usar estes substantivos no feminino. E, não estou falando a respeito das regras gramaticais, mas sim, sobre a polêmica em torno do gênero tornado um ato político.

Começar esta seção com esta reflexão inicial não é meramente uma provocação, mas, é profundamente simbólico e relevante na iminência de resgatar historicamente a luta das mulheres pela atuação na política, para enfim, compreendermos o quanto é significativo, e, ao mesmo tempo inexorável para elas, a participação nos espaços de poder. Sendo este, na maioria das vezes, um local muito solitário para elas. No sentido de que, não obtém muito apoio da família, cônjuges, e, em muitos casos, nem mesmo dos partidos.

Existem vários livros relevantes sobre a história do feminismo, e, é claro que não podemos esquecer das feministas célebres como Ângela Davis, Simone de Beauvoir, Lélia Gonzalez, Judith Butler, dentre várias outras. E, apesar desta dissertação não pretender abordar toda a história do feminismo, gostaria de destacar algumas bibliografias que estimularam este trabalho. O livro ilustrado, *Uma breve história do feminismo no contexto euro-americano*<sup>38</sup>, recentemente lançado, que aborda a história das mulheres ao longo do tempo, desde a antiguidade, publicado em 2019, pela cientista política, jornalista, escritora e tradutora alemã, Antje Schrupp. O livro de Maria Amélia de Almeida Teles, *Breve história do feminismo no*

---

<sup>37</sup> Uma Governanta de Residência tem a função de cuidar do vestuário e objetos de hóspedes e familiares, executar atividades administrativas, atender hóspedes e familiares, controlar serviços de lavanderia e rouparia, supervisionar arrumação de aposentos e demais áreas, secretariar agendas e telefonemas, servir alimentos e bebidas, além de “demonstrar competências pessoais”, e ganha em média R\$1.421,55 no mercado de trabalho brasileiro, para uma jornada de trabalho de 43-44 horas semanais, de acordo com dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

<sup>38</sup> SCHRUPP, Antje. *Uma breve história do feminismo no contexto euro-americano*. São Paulo: Blucher, 2019. Disponível em: <<https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/uma-breve-historia-do-feminismo-1484/historia-184>>. Acesso em: 28/06/2021.

*Brasil*<sup>39</sup>, e, também, o organizado por Mary Del Priore, *História das mulheres no Brasil*<sup>40</sup>, que trazem conhecimentos valiosos, desde os tempos do Brasil colônia. Existem outras obras de relevância atual, como, por exemplo, o *Feminismo para os 99%*, de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser<sup>41</sup>, *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*, de Judith Butler<sup>42</sup> e o livro de Lélia Gonzalez *Por um Feminismo Afro-latino-americano*<sup>43</sup>, dentre outros.

Antes de iniciarmos a discussão, é importante destacar que o feminismo não reivindica oprimir os homens como muitos acreditam. O feminismo<sup>44</sup> é um movimento que tem como objetivo ampliar os direitos civis e políticos da mulher, bem como a busca pela equidade de gênero. E ele só existe porque o machismo está presente de forma estrutural na sociedade. O machismo é uma ideologia pautada na superioridade masculina, ou seja, é a defesa da submissão da mulher expressa por comportamentos, opiniões e sentimentos que declaram a desigualdade de direitos e habilidades. Em outras palavras, o machismo é a ideologia estruturada nas sociedades patriarcais que considera as mulheres como subalternas aos homens, sendo que, a mulher é obrigada a se portar de forma específica. Esta ideologia julga o sexo feminino como inferior, seja pelo aspecto físico, social, intelectual etc. Desta forma, as mulheres estão sujeitas a todo tipo de arbitrariedades, injustiças, violência e abusos.

O machismo estrutural é a construção, a organização, a disposição e a ordem dos elementos que compõem o corpo social, dando sustentação à dominação patriarcal. Essa estrutura enaltece os valores constituídos como ‘masculinos’ em direto e desproporcional detrimento da condição autônoma dos valores constituídos como ‘femininos’ em todas as suas manifestações (...) em especial na mulher e nas sexualidades que não são heteronormativas. (...) E indo além, o machismo estrutural coloca todos os gêneros que escapem a qualquer classificação binária e dicotômica (ou seja as que entendem que só existe masculino = homem e feminino = mulher) como aberrações e os relega à invisibilidade. É daí que é importante chamarmos atenção e pedir respeito e união à legítima luta LGBTQIA+ por visibilidade, pois ser visível significa existir – só não sabe disso quem já é visível (...) Consideramos, por fim, o machismo como um exercício de poder, forma de controle e dominação, pois no machismo a construção dos corpos obedece à construção do corpo ‘masculinizado’ (no sentido de construído como masculino) como referência (para quem tem pênis) e do ‘feminilizado’ (no sentido de construído como feminino) como desdobramento, ausência, inversão do masculino (para quem não tem pênis) – disso, tira-se conclusões

<sup>39</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

<sup>40</sup> DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em: <<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 29/06/2021.

<sup>41</sup> ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%*. Um Manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

<sup>42</sup> BUTLER, Judith. *Corpos que Importam: os limites discursivos do sexo*. Trad. Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo, 2019.

<sup>43</sup> GONZALEZ, Lélia. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

<sup>44</sup> LOURENÇO, Beatriz. Dicionário feminista: conheça termos importantes para o movimento. *Revista Galileu*, 14 de março de 2020. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/03/dicionario-feminista-conheca-termos-importantes-para-o-movimento.html>>. Acesso em: 18/02/2022.

morais da condição do ‘feminino’ como ausência e naturalmente inferior por natureza ao ‘masculino’. Desse pressuposto, se desdobram as regras morais, e, nelas, a exigência do comportamento (casto, pudico, recatado) das mulheres.<sup>45</sup>

Neste sentido, o enfrentamento político é muito grande. E há uma enorme importância de reconhecermos a natureza estrutural do machismo na sociedade, pois as raízes da nossa desigualdade são enormes. Mesmo quando as mulheres se colocam dispostas a mudar a realidade, isso se torna extremamente difícil, pois, neste tipo de sociedade, as mulheres não têm as mesmas condições que os homens.

No Brasil, diversos dados evidenciam que (...): nós, mulheres, ganhamos cerca de 30% menos que os homens, para exercermos as mesmas funções, com as mesmas qualificações (às vezes até com qualificação superior). Ocupamos menos de 1/4 das posições de liderança em empresas. Entre as 250 maiores empresas brasileiras, apenas 4% têm mulheres no comando. (...) Isso acontece de maneira praticamente inconsciente – é o que chamamos de “machismo estrutural”. Ele funciona mais ou menos da seguinte maneira: (...) nossos esquemas mentais mais elementares entendem que diversas características que associamos às mulheres sejam negativas nas posições de maior poder em nossa sociedade. Assim, discriminamos sem perceber candidatas mulheres, exigindo mais delas do que de candidatos homens, especialmente em carreiras “consideradas<sup>46</sup>” pouco feminizadas.<sup>47</sup>

Nesse ângulo, de acordo com Mariana Mazzini Marcondes, a transversalidade de gênero se torna importante na “estratégia de atuação da estruturação da política para mulheres e igualdade de gênero, envolvendo um conjunto de instrumentos, organismos, instâncias e mecanismos de gestão e participação social”<sup>48</sup>. A transversalidade de gênero, “trata-se da expressão do *gender mainstreaming*, difundida, principalmente, a partir da IV Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim, em 1995”<sup>49</sup>. De acordo com Mariana Mazzini, “através da transversalidade de gênero pode-se reorientar as políticas públicas e garantir melhoria das condições de vida das mulheres”<sup>50</sup>.

A pesquisadora em educação, Zuleika Leonora Schmidt Costa, em sua tese de doutorado em educação, defende a ideia de que caberia “à escola desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa, assim os educadores se veriam no dever de orientar seus/suas alunos/as. Devem

<sup>45</sup> HINTZE, Hélio. *Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira*. São Paulo: Paco e Littera; 1ª Ed., 2021.

<sup>46</sup> Grifo feito por mim.

<sup>47</sup> MOSCHKOVICH, Marília. “Machismo estrutural”, oculto e terrível. *Outras Palavras*, 29 de Outubro de 2013. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/machismo-estrutural-oculto-e-terrivel/>>. Acesso em: 26/01/2022.

<sup>48</sup> GONDIM, Isnailda. Compreendendo a transversalidade das políticas públicas de gênero. *Agência do Acre*, 30 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/compreendendo-a-transversalidade-das-politicas-publicas-de-genero/>>. Acesso em: 26/01/2022.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

<sup>50</sup> *Ibidem*.

contribuir para que eles sejam melhor informados/as, além de orientá-los/as, complementando a educação oferecida pela família”<sup>51</sup>. Assim, ao considerar que o machismo deve ser combatido em todas as esferas, ela propõe a discussão sobre gênero nas escolas, visando combater as desigualdades e as violências de gênero.

É essencial compreender também que, apesar dos conceitos de “machismo”<sup>52</sup> e “misoginia”<sup>53</sup> estarem relacionados, eles possuem algumas especificidades importantes. Como foi colocado acima, o machismo de um modo geral perpetua a crença de que o homem é superior à mulher, e, portanto, ela deveria a ele obediência servil, e é expresso por comportamentos, opiniões e sentimentos que promovem a desigualdade de direitos entre os dois. Enquanto a misoginia, advém do machismo, mas envolve o elemento do ódio, repulsa e aversão às mulheres.

Sabemos o quanto é valorosa a luta para que haja cada vez mais mulheres, pessoas negras, com deficiência e LGBTQIA+ na política<sup>54</sup>, já que, são em sua grande maioria, afetadas/os por enormes opressões e desigualdades na sociedade. Uma vez que, as mulheres conquistaram o seu direito à participação na política, de modo significativamente recente, sobretudo com a luta das sufragistas<sup>55</sup>. Com as discussões sobre interseccionalidade, observa-se que estas opressões são ainda maiores entre as mulheres negras e LGBTQIA+.

Com a finalidade de resgatar a memória dessa luta, para, em síntese, compreendermos a importância das mulheres na política, será feito um breve resgate histórico deste processo, para, ao final, se chegar ao nosso tema específico. Deduz-se que a participação das mulheres na política gera um profundo incômodo aos machistas. Portanto, nesta experiência social, a movimentação de mulheres dos distintos campos rumo ao poder político se consolidou através de muitas lutas e ações para que conseguissem chegar ao parlamento.

Há que retroceder um pouco, para elucidar melhor esta história. Após a Proclamação da República no Brasil, ocorreram algumas discussões, durante a elaboração da Constituição

---

<sup>51</sup> COSTA, Zuleika L. S. *Educação e orientação sexual na educação básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015*. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Centro Universitário La Salle. Canoas, 2017.

<sup>52</sup> MACHISMO: você Entende Mesmo o que Significa?. *Politize!*, 8 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/>>. Acesso em: 16/02/2022.

<sup>53</sup> A palavra misoginia se forma na Grécia antiga e tem origem em duas palavras gregas: *miseó*, que significa “ódio”, e *gyné*, que significa “mulher”. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/02/o-que-e-misoginia.html>>. Acesso em: 16/02/2022.

<sup>54</sup> Significado de LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexual. O + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero, como o exemplo, pansexual, dentre outras.

<sup>55</sup> BATISTA, Liz. Quem foram as sufragistas. *Acervo Estadão*, 13 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.quem-foram-as-sufragistas.11940.0.htm>>. Acesso em: 28/06/2021.

brasileira de 1891, na Assembleia Constituinte, acerca do sufrágio feminino, em que foi vetado. A maioria dos deputados se posicionaram contra, porque justificavam que as mulheres eram, “naturalmente”, inferiores aos homens. “O Deputado Barbosa Lima defendia que ‘a participação da mulher na vida pública abalaria os alicerces da família’.”<sup>56</sup>

O movimento das sufragistas, no Brasil, viria a iniciar efetivamente, por volta da “década de 1910, liderado pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935), fundadora do Partido Republicano Feminino”<sup>57</sup>. E, com a iminência das greves operárias, em “1917, o referido partido promoveu uma marcha pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, com a participação de 90 mulheres. Por sua atuação como feminista e indianista, Leolinda sofreu perseguições, chegando a ser chamada de ‘mulher do diabo’<sup>58</sup>”. Assim como, ainda hoje, a política constitui um espaço profundamente hostil para a imensa maioria das mulheres. Naquele contexto, em que ocorre no Brasil:

(...) a emergência do movimento feminista, tendo à frente a professora Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e a bióloga Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), que fundaram a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, um grupo de estudos cuja finalidade era a luta pela igualdade política das mulheres em 1918.<sup>59</sup>

Já em 1922, com o advento da Semana de Arte Moderna, a Revolta do Forte de Copacabana e a fundação do Partido Comunista do Brasil, Bertha Lutz, em conjunto com outras feministas, organizaram a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* (F.B.P.F.)<sup>60</sup>, filiada à *International Woman Suffrage Alliance*<sup>61</sup>, que defendia os direitos políticos das mulheres e, prioritariamente, o sufrágio feminino.

O centro do estatuto desta Federação previa a defesa do voto feminino, como reconhecimento dos direitos políticos e a cidadania das mulheres. Além de Bertha, a maioria

<sup>56</sup> *Ibidem*.

<sup>57</sup> SPERB, Paula. A história do voto feminino no Brasil. *Folha Uol*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2020/10/voto-feminino-no-brasil/>>. Acesso em: 28/06/2021.

<sup>58</sup> ORIÁ, Ricardo. As sufragistas: a luta pelo voto feminino. *Agência Câmara de Notícias*, 15 de Fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/analise.html>>. Acesso em: 28/06/2021.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> TELES, *op. cit.*, pág. 44.

<sup>61</sup> A Aliança Internacional da Mulher (IAW) remonta à realização de uma conferência em 1902 em Washington, nos Estados Unidos, e é fundada oficialmente em 1904, com a finalidade de lutar em prol dos direitos das mulheres no mundo todo, quando da realização de uma conferência em Berlim, na Alemanha, renomeada por *International Woman Suffrage Alliance* (IWSA). Em 1926, o nome da IWSA foi alterado para *International Alliance of Women for Suffrage and Equal Citizenship* (IAWSEC) num congresso em Paris. Em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, a organização obteve a denominação atual, somado a um subtítulo: *International Alliance of Women: Equal Rights – Equal Responsibilities*. Maiores informações disponíveis em: <<https://www.womenalliance.org/what-is-iaaw/>>. Acesso em: 28/06/2021.

das mulheres da Federação pertencia a uma elite intelectual e econômica, muitas vezes, também profissional, o que lhes permitia bom trânsito entre a elite política.

Em “25 de outubro de 1927 foi sancionada no Rio Grande do Norte, a Lei nº 660, que regulava o serviço eleitoral do estado e garantia a todos os cidadãos, sem distinção de sexo, o direito de votar e de ser votado”<sup>62</sup>. “Nesse mesmo dia, a professora Celina Guimarães Viana (1890-1972), natural de Mossoró (RN), entrou com uma petição ao juiz eleitoral solicitando sua inscrição no rol dos eleitores daquele município”<sup>63</sup>. Um mês após a publicação da lei, vinte outras mulheres se registraram como eleitoras<sup>64</sup> na cidade de Natal. Contudo, estas mulheres tiveram seus votos “*inapuráveis*” pela comissão de poderes do senado. E, somente um ano depois disso, foi eleita a primeira prefeita mulher do país:

(...) Alzira Soriano, eleita para comandar a cidade de Lajes (RN), com 60% dos votos. Tomou posse no cargo em 1º de janeiro de 1929. Em sua administração, promoveu a construção de estradas, mercados públicos municipais e a melhoria da iluminação pública. Com a Revolução de 1930, perdeu o mandato por não concordar com o governo de Getúlio Vargas.<sup>65</sup>

Não obstante, apenas em 24 de fevereiro de 1932<sup>66</sup>, foi aprovada, de fato, no país, a participação feminina nas eleições brasileiras. E, em 1933<sup>67</sup>, outras mulheres puderam atuar, oficialmente, enquanto candidatas<sup>68</sup>, porém de maneira avulsa, sem apoio de partidos políticos. “O voto se tornou facultativo às mulheres e obrigatório apenas para funcionárias públicas”<sup>69</sup>.

<sup>62</sup> A CONSTRUÇÃO da Voz Feminina na Cidadania. *Tribunal Superior Eleitoral*. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/contrucao-da-voz-feminina-na-cidadania.pdf>>. Acesso em: 10/05/2021.

<sup>63</sup> ORÍÁ, *op. cit.*, 2021.

<sup>64</sup> Primeiras eleitoras no Estado do Rio Grande do Norte: Celina Guimarães Vianna, Júlia Alves Barbosa, Beatriz Leite Moraes, Eliza da Rocha Gurgel, Martha de Medeiros, Maria Salomé Diógenes Pinto, Hilcla Lopes de Oliveira, Concita Câmara, Belém Câmara, Áurea Magalhães, Maria José, Luíza de Oliveira, Maria Leopoldina, Carolina Wanderley, Ermelinda Teixeira de Mello, Joana Cacilda Bessa, Francisca Dantas, Clotilde Correia Ramalho, Carolina Fernandes de Negreiros e Maria de Lourdes Lamartine.

<sup>65</sup> Segundo dados oficiais contidos em fonte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nessa-segunda-24-1>>. Acesso em: 09/05/2021.

<sup>66</sup> Decreto nº 21.076 do Código Eleitoral do Presidente Getúlio Vargas, que normatizou as eleições no Brasil regulamentando o alistamento e o processo eleitoral no país.

<sup>67</sup> Em 1933, Carlota de Queirós é eleita a primeira deputada federal do País.

<sup>68</sup> Candidatas na eleição de 1933: Alzira Reis Vieira Ferreira, Anna Vieira Cesar, Bertha Maria Julia Lutz, Carlota Pereira de Queiroz, Catharina Valentim Santanna, Edith Dinoah da Costa Braga, Edith Mendes da Gama Abreu, Edwiges Sá Pereira, Georgina de Araújo Azevedo Lima, Ilka Labarthe, Julitta Monteiro Soares da Gama, Leolinda de Figueiredo Daltro, Lucilia Wilson Coelho de Souza, Lydia de Oliveira, Maria Pereira das Neves, Maria Rita Burnier Pessoa de Mello Coelho, Martha de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Natércia da Cunha Silveira, Theresa Rabello de Macedo, Almerinda de Farias Gama (candidata classista). Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

<sup>69</sup> SPERB, *op. cit.*, 2021.

Mesmo assim, antes 1934<sup>70</sup>, data da fundação da *União Feminina do Brasil*<sup>71</sup>, as mulheres só podiam votar se fossem viúvas, ou casadas, com a permissão do marido. Neste mesmo ano, foi eleita a primeira parlamentar negra da História do Brasil para a Assembleia de Santa Catarina.

(...) seriam admitidas a inscrever-se como eleitoras a mulher solteira *sui juris*, que tenha economia própria e viva de seu trabalho honesto ou do que lhe rendam bens, empregos ou qualquer outra fonte de renda lícita, a viúva em iguais condições e a mulher casada que exerça efetivamente o comércio ou indústria por conta própria ou como chefe, gerente, empregada ou simples operária de estabelecimento comercial ou industrial e bem assim que exerça efetivamente qualquer lícita profissão, com escritório, consultório ou estabelecimento próprio ou em que tenha funções devidamente autorizadas pelo marido, na forma da Lei Civil.<sup>72</sup>

Observa-se que ter a permissão do marido era um requisito para a inserção das mulheres neste meio político. Portanto, na sociedade brasileira, desde os tempos remotos, as mulheres necessitam da validação dos homens para disputar esses espaços de poder. É interessante perceber que, quando as mulheres vão para a política, uma das primeiras conexões que a grande maioria delas perdem é o apoio dos seus companheiros. Já os homens continuam sendo cuidados pelas mulheres, cuja maioria, não os abandona nesta empreitada.

Com o golpe de Estado perpetrado por Getúlio Vargas em 1937, e a União Feminina colocada na ilegalidade, a luta das mulheres se difundiu com a luta pela democracia, contra a ditadura e contra os ideais nazifascistas. Esses ideais estavam em pleno vigor mundialmente naquele período. Assim, as discussões mais específicas em torno dos direitos das mulheres ficaram mais difíceis de entrar na pauta dos movimentos.

Nesse percurso, é significativo destacar outra notável mulher na política brasileira, conhecida como Pagu. Patrícia Rehder Galvão foi escritora, poetisa, diretora, tradutora, desenhista, cartunista, jornalista e militante comunista. Apesar de não participar diretamente da Semana de Arte Moderna em 1922, ela teve grande expressividade no movimento antropofágico, no qual estreou “como colaboradora, na segunda fase - “segunda dentição” - da Revista de Antropofagia”.<sup>73</sup>

Um pouco mais adiante, “a revolução de 30 sacudia o país, e a crise mundial do capitalismo, deflagrada pela depressão de 1929, acabaria repercutindo na estrutura econômica

<sup>70</sup> Com a Constituição Federal promulgada em 1934 essas “condições” foram suspensas, devido à pressão das mulheres organizadas.

<sup>71</sup> Movimento político criado em maio de 1935, filiado à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foi fechada e colocada na clandestinidade em 11 de julho do mesmo ano, juntamente com a ANL, pelo Decreto nº 229, de Getúlio Vargas. Olga Benário Prestes foi uma das dirigentes presas.

<sup>72</sup> VOTO da Mulher. *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE), 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em: 10/05/2021.

<sup>73</sup> DE CAMPOS, Augusto. *Pagu: vida e obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 32.

da sociedade brasileira, modificando-a”. Neste momento, Pagu ingressou no Partido Comunista do Brasil<sup>74</sup> (PCB), e, em 1931 passou a assinar uma coluna feminista, *A Mulher do Povo*, no pasquim *O Homem do Povo*. “Pagu segue a palavra de ordem da organização: ‘proletarizar-se’. Apanhada num comício em Santos”, durante a sua participação na greve de estivadores em Santos (SP) ela foi presa pela polícia de Getúlio Vargas.

Pagu fez duras críticas à ditadura de Getúlio e foi presa várias vezes. Após a publicação do seu livro *Parque Industrial*, ela deixa o país. “Cansada, e talvez visada pela polícia, Pagu segue para o exterior, percorrendo os Estados Unidos, Japão, China, União Soviética, Alemanha e França. Durante o périplo, trabalha como correspondente dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *A Noite*”. Após ser presa na França, ela é deportada ao Brasil, que se encontra em uma agitada polarização ideológica entre os Integralistas e o PCB. “A Aliança Nacional Libertadora (ANL), agrupando, numa ‘frente única’, elementos de esquerda, sindicatos, alguns tenentes, expandia-se sob a presidência geral de Luís Carlos Prestes”.

Em 1940, Pagu sai do Partido Comunista e passa por uma crise existencial, e elabora duras críticas ao regime stalinista, “flagrando o enrijecimento autoritário do Partido e sua exacerbação burocrática”. Participa da redação do periódico *Vanguarda Socialista* junto com Geraldo Ferraz e Mário Pedrosa. Se por um lado, Pagu reprovava o autoritarismo do “partidão”, por outro, também criticava o reacionarismo da direita, como a União Democrática Nacional (UDN). “Em 1950, Pagu concorre, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), a uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo”, mas não foi eleita.<sup>75</sup>

Outra grande feminista que não se pode esquecer de destacar é Olga Benário Prestes, militante comunista, nascida na Alemanha e de origem judaica. Mudou-se para a União Soviética e depois veio para o Brasil, em 1934, por indicação da Internacional Comunista, a fim de apoiar o Partido Comunista, e, juntamente com Luís Carlos Prestes, para organizar uma revolução com o apoio de Moscou. Após a Intentona Comunista, Olga e Prestes conseguiram viver na clandestinidade por alguns meses, mas acabaram presos em 1936.

Na prisão, Olga descobriu que estava grávida de Prestes. Mesmo assim, foi deportada para a Alemanha Nazista pelo governo de Getúlio Vargas. Sendo ela judia e comunista, foi presa pela Gestapo ao chegar na Alemanha e levada para uma prisão de mulheres, onde teve

---

<sup>74</sup> Conhecido como Partidão, o PCB mudou o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla na década de 1960.

<sup>75</sup> DE CAMPOS, *op. cit.*, p. 47.

sua filha, Anita Leocádia Prestes, que acabou sendo entregue à avó D. Leocádia. Olga foi executada em 23 de abril de 1942, com 34 anos de idade, na câmara de gás.<sup>76</sup>

(...) as dificuldades para recompor o retrato de Olga seriam muito maiores do que supunha. No Brasil não havia praticamente nada sobre ela - e surpreendi-me ao descobrir que até mesmo a historiografia oficial do movimento operário brasileiro, produzida por partidos ou pesquisadores marxistas, relegaram invariavelmente a ela o papel subalterno de “mulher de Prestes”. (...) uma viagem à República Democrática Alemã (RDA), onde, ao contrário do que ocorrera no Brasil, localizei um verdadeiro tesouro. Heroína nacional cujo nome batiza dezenas de escolas e fábricas, Olga teve sua memória carinhosamente preservada pelos comunistas de sua terra. Nos arquivos do Instituto de Marxismo-Leninismo, no Comitê de Resistentes Antifascistas ou nos pequenos museus montados no campo de concentração de Ravensbrück e no campo de extermínio de Bernburg (ambos preservados tais como foram encontrados pelas tropas aliadas), obtive cópias de todos os documentos e fotografias referentes a Olga Benário<sup>77</sup>.

“Com o fim da Segunda Guerra Mundial, surge no Rio de Janeiro, o *Comitê de Mulheres pela Democracia*, num esforço para resgatar a democracia e a conquista de igualdade de direitos em termos profissionais, administrativos, culturais e políticos”. Além, do surgimento, também, da “*Associação das Donas de Casa Contra a Carestia*”<sup>78</sup>. Contudo, estas entidades não sensibilizaram os parlamentares na elaboração da Constituição de 1946, à qual excluiu mais de dez milhões de mulheres analfabetas do direito ao voto.

O ano de 1947, marca a criação da *Fundação das Mulheres do Brasil* (FMB)<sup>79</sup>, tendo como presidente, Alice Tibiriçá. A fundação promovia debates e congressos para discutir sobre os direitos políticos das mulheres, a carestia, a anistia, as liberdades democráticas, a maternidade, defesa da infância, sindicalização das mulheres, dentre outros assuntos pertinentes. É a partir desta época, que passou-se a comemorar o dia das mães e o dia Internacional das Mulheres no Brasil. Porém, assuntos como “a libertação da mulher, a autonomia, controle da fertilidade, aborto e sexualidade não eram sequer abordados”<sup>80</sup>.

Na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, estas organizações foram suspensas. E, alguns anos mais tarde, com o golpe militar executado em 1964, as associações femininas foram extremamente reprimidas, tendo, portanto, que atuar de forma mais clandestina. Podemos destacar também, neste período no Brasil, o despertar da atuação de uma grande mulher, Luíza Erundina de Sousa<sup>81</sup>, nascida em Uiraúma, na Paraíba. Ela começou

<sup>76</sup> MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>78</sup> TELES, *op. cit.*, p. 48.

<sup>79</sup> Sob a influência do PCB.

<sup>80</sup> TELES, *op. cit.*, p. 51-57.

<sup>81</sup> Erundina ganhou grande reputação na política por ter sido eleita a primeira mulher prefeita de São Paulo e também deputada federal desta região por seis mandatos, foi reeleita em 2018 com mais de 176 mil votos.

sua carreira profissional como professora primária, e, aos 24 anos se tornou diretora de educação e cultura na prefeitura de Campina Grande. Junto à Igreja Católica, “atuou no atendimento aos imigrantes e moradores de favelas da periferia” desta cidade. Tendo participação também nas Ligas Camponesas de Francisco Julião Arruda de Paula”<sup>82</sup>. Em 1967 ela havia deixado

(...) a Paraíba para fazer o mestrado em ciências sociais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Concluído o curso em 1970, regressou a João Pessoa, onde fez concurso para professora da Universidade Federal da Paraíba. Apesar de ter sido aprovada em primeiro lugar, não pôde assumir seu posto devido à acusação de “subversiva”. Transferiu-se então definitivamente para São Paulo, onde, em 1971, foi aprovada em concurso para assistente social da Prefeitura e iniciou paralelamente a carreira de professora universitária. (...) Em 1980, a convite de Luís Inácio Lula da Silva, foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT). Nessa legenda, foi eleita, em novembro de 1982, vereadora à Câmara Municipal de São Paulo (...) nas eleições municipais de 1985 candidatou-se a vice-prefeita de São Paulo na chapa do PT, (...) que recebeu 20% dos votos. Na eleição de 1986, elegeu-se deputada estadual constituinte (...) Em junho de 1988, disputou na convenção de seu partido a indicação de candidata à prefeitura de São Paulo com o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (...) o que lhe permitiu vencer o pleito com 1.534.592 votos - quase 30% do eleitorado paulistano.<sup>83</sup>

No Brasil, repercutiram os impactos do Maio de 1968, que começou na França, trazendo os ares da transformação social. Conduzindo à luta contra as guerras imperialistas, à rebeldia da juventude, à luta pelo socialismo, pelas liberdades, contra as discriminações, pelos direitos civis dos/as negros/as, LGBTs, mulheres e à luta contra a ditadura.

Com a Lei de Segurança Nacional<sup>84</sup>, grande parte do movimento de mulheres foi incorporado às organizações de esquerda. Em vista disso, várias ativistas foram presas, torturadas, mortas e desaparecidas. E, com a repressão política, inclusive nas fábricas, universidades, sindicatos e bairros populares, muitas foram levadas à guerrilha armada na luta pelo fim da ditadura. Nesta conjuntura, ocorreram muitas violações dos direitos humanos. Considerando a brutalidade dos militares neste período, muitas mulheres foram afetadas. Inclusive, com muitas mães perdendo seus filhos e filhas, que desapareceram durante a repressão. É neste contexto da ditadura, que Dilma Rousseff também se inseriu nas atividades políticas atuando dentro esquerda, sendo, inclusive, presa em 1970, e submetida a torturas em

<sup>82</sup> VERBETE Biográfico. *Lúisa Erundina*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luisa-erundina-de-sousa>>. Acesso em: 17/07/2021.

<sup>83</sup> *Ibidem*.

<sup>84</sup> DECRETO-LEI 898. Lei de Segurança Nacional criada no contexto da Guerra Fria e tinha como principal objetivo ‘combater’ os ideais comunistas no Brasil, de 29 de setembro de 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19/08/2021.

São Paulo (Oban e DOPS), no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e, somente em 1972, conseguiu sair da prisão. Dilma:

(...) iniciou sua militância na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), aos 16 anos. Depois, ingressou no Comando de Libertação Nacional (Colina), movimento adepto da luta armada. Em 1969, começou a viver na clandestinidade e foi obrigada a abandonar o curso de economia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que havia iniciado dois anos antes. Em julho daquele ano, o Colina e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) se uniram, criando a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). No entanto, ela afirma que nunca participou efetivamente da luta armada.<sup>85</sup>

Neste período surgiu o *Movimento pelo Custo de Vida*, liderado por mulheres da periferia e pelos setores da Igreja Católica ligados à *Teologia da Libertação*. Lutavam por moradia, escola, transporte, reforma agrária, melhores salários e pelo congelamento de preços dos gêneros alimentícios, dentre outras mobilizações.

No ano de 1975, que foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o *Ano Internacional da Mulher*, no Brasil, as mulheres já começavam a se reorganizar, porém com muita dificuldade. Neste ano, é fundado o jornal, *Brasil Mulher*, abrindo espaço, novamente, para as discussões feministas na imprensa. Em 1976, surge o jornal *Nós Mulheres*, que contribuiu para o avanço das ideias feministas nesta época. Em 1981, um grupo de mulheres feministas, em São Paulo, fundou, também, o jornal bimestral, *Mulherio*.<sup>86</sup>

Este jornal, que tinha como responsável, Adélia Borges, era sediado na Fundação Carlos Chagas, tendo a sua duração até por volta de 1987, e tratava de temas, tais como, a licença paternidade, a democracia doméstica, a situação da mulher negra, direito à creche, descriminalização do aborto, dentre outros temas relativos. Em 1982, este jornal publicou propostas para as mulheres que se candidataram ao poder legislativo.

Os *Congressos das Mulheres Paulistas*<sup>87</sup> desencadearam um momento de ascensão das lutas feministas no país, colocando também em evidência, a discussão acerca da violência contra as mulheres e debates sobre mecanismos de defesa, tais como, as denúncias contra o estupro. O que revelou a necessidade de criação de órgãos e entidades que coibissem as práticas abusivas. E, devido a isto, durante a década de 1980, foram criados alguns órgãos, conselhos e entidades com esta finalidade, tais quais, a Delegacia de Defesa da Mulher, o Centro de Orientação Jurídica e Psicológica (Coje), SOS-mulher, casas abrigo, Conselho Estadual da Condição Feminina, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, dentre outros.

<sup>85</sup> BIOGRAFIAS da resistência: Dilma Rousseff. *Memórias da Ditadura*. [s.d.]. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/>>. Acesso em: 29/06/2021.

<sup>86</sup> TELES, *op. cit.*, p. 87-95.

<sup>87</sup> O primeiro congresso foi realizado em 1979, o segundo, em 1980 e o terceiro, em 1981.

Desde então, após a promulgação da nossa atual Carta Magna<sup>88</sup>, o feminismo veio se alastrando pelo Brasil. Poderia citar vários exemplos disso, pois houveram muitos movimentos feministas relevantes, mas, não haveria como elucidar todas essas manifestações, pois senão, a dissertação se estenderia demasiadamente. E temos um objetivo específico. Contudo, é importante destacar a chamada Primavera Feminista<sup>89</sup>, como uma evidência importante para o objeto em questão, visto que, em decorrência disso, o movimento feminista brasileiro se fortalecia no período em que Dilma estava na presidência. E não se pode negar que este foi um dos motivos que causou a reação da direita ultraconservadora, contrárias ao avanço dos direitos das mulheres, como a descriminalização do aborto, além do avanço dos direitos dos demais setores oprimidos, a exemplo da população negra e os LGBTQIA+.

## 1.2. AS MULHERES E A LUTA PELA DEMOCRACIA

Com a transição para a democracia, durante a Constituinte de 1986, dos 559 deputados eleitos, apenas 26 eram mulheres. Apesar disto, a organização feminista unificada nos movimentos conseguiu aprovar quase todas as reivindicações das mulheres na Constituição, à exceção da descriminalização do aborto. É também graças à participação feminina, que a Constituição de 1988 é considerada uma das mais democráticas no Brasil até hoje.

A promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988 acarretou em novas buscas pela identidade feminina. A consideração que todas as pessoas são iguais perante a Constituição, leva a compreender que a mulher possui os mesmos direitos do homem, a participação feminina na sociedade busca ultrapassar o que um dia lhes foi negado (...).<sup>90</sup>

Malgrado, depois de mais de um século de luta, houve pouquíssimos progressos concretos na situação das mulheres brasileiras. E mesmo que, recentemente, as mulheres tenham levantado um pouco mais a sua voz na perspectiva da atuação política, em seus posicionamentos e enfrentamentos, e, por causa disso, muitos/as dizem que ocorreu um avanço nesse quesito, ainda assim, é extremamente pouco, levando em conta a representatividade delas na sociedade.

---

<sup>88</sup> Será esclarecido no próximo tópico.

<sup>89</sup> EDITORIAL. Primavera feminista no Brasil: em outras nações, as mulheres lutam por salários iguais. No Brasil, para não retrocederem em suas conquistas. *El País*, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html)>. Acesso em: 19/02/2022.

<sup>90</sup> ANTONELLO, Isabelle Pinto; NOREMBERG, Alessandra. *A trajetória feminina na política brasileira*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14579/3279>>. Acesso em: 10/05/2021.

Após mais de trinta anos da promulgação da nossa atual Carta Magna, apesar de terem sido incorporadas muitas das pautas feministas, mesmo assim, a participação das mulheres em cargos de poder ainda é ínfima, quando comparada à masculina. Além disso,

No Brasil, por exemplo, é comum que partidos incluam mulheres em suas campanhas apenas para cumprir a lei e acessar fundos partidários, sendo que elas não possuem reais chances de ser eleitas. É o fenômeno das chamadas candidatas laranjas, que está no centro de um escândalo envolvendo o PSL, partido do presidente do país, Jair Bolsonaro.<sup>91</sup>

Conforme dados da PNAD<sup>92</sup> de 2019, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira seria constituída por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Entretanto, de acordo com dados compilados pela *Inter-Parliamentary Union*<sup>93</sup>, no Brasil, ocupamos o 134º lugar entre 193 países, à frente apenas, basicamente, de alguns países árabes, do Oriente Médio e de ilhas polinésias, nestes termos. Sobretudo,

Segundo o Mapa Mulheres na Política 2019, um relatório da Organização das Nações Unidas e da União Interparlamentar divulgado neste mês, no ranking de representatividade feminina no Parlamento, o Brasil ocupa a posição 134 de 193 países pesquisados, com 15% de participação de mulheres. São 77 deputadas em um total de 513 cadeiras na Câmara, e somente 12 senadoras entre os 81 eleitos. (...) Já no ranking de representatividade feminina no governo, o Brasil ocupa apenas a posição 149 em um total de 188 países. O governo de Jair Bolsonaro tem somente 9% de representatividade feminina, com apenas duas mulheres entre os 22 ministros. A média mundial é de 20,7%.<sup>94</sup>

Na atual democracia, um dos mecanismos que representam a vontade popular é o sistema eleitoral, já que, supostamente, a população elege representantes que vão traduzir os seus ideais e os da sociedade em geral. Contudo, uma das formas de garantir efetivamente essa democracia, seria a prerrogativa da diversidade de pessoas eleitas pelo povo, trazendo, além da classe trabalhadora, também, os setores oprimidos, tais como, as mulheres, as pessoas negras, LGBTQIA+ e as pessoas com deficiência, para que as demandas dos diferentes grupos sejam levadas em conta. Senão, o que prevalece é meramente os interesses e o poder de uma elite burguesa, masculina e branca.

<sup>91</sup> COSTA, Camilla; TOMBESI, Cecília. Dia Internacional da Mulher: 6 gráficos que mostram como as mulheres avançaram (ou não) na América Latina. *BBC News Brasil e BBC News em Londres*, 8 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977>>. Acesso em: 18/02/2022.

<sup>92</sup> PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019, p. 6. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf)>. Acesso em: 28/06/2021.

<sup>93</sup> MULHERES no Parlamento. *Inter-Parliamentary Union*, 1º de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010219.htm>>. Acesso em: 28/06/2021.

<sup>94</sup> BAIXA Representatividade de Brasileiras na Política se Reflete na Câmara. *Agência Câmara de Notícias*, 29 de Março de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>>. Acesso em: 28/06/2021.

A participação política pode ser formal ou informal: na primeira, a população elege seus representantes através do voto e tem como instrumento o sistema eleitoral; na segunda, essa participação se dá principalmente através de movimentos sociais em busca de ter direitos efetivados. Um exemplo de grupo que sempre se utilizou da política informal são as mulheres, que, como foram afastadas dos processos formais de poder durante décadas, não tendo direito sequer ao voto, tiveram que utilizar-se da maneira informal para tentar concretizar seus direitos.<sup>95</sup>

No caso específico das mulheres, para tentar diminuir essa sub-representatividade, elas conquistaram as cotas de candidaturas por gênero, desde 1995, instituídas através da Lei nº 9.100/1995, que deu as normas para as eleições municipais de 1996, assegurando no mínimo 20% (vinte por cento) das vagas de cada partido político especificamente para as mulheres. Em 1997, essa porcentagem foi ampliada para 30%, o mínimo, e 70% o máximo de candidaturas para cada sexo, através da Lei nº 9.504 (Lei Geral das Eleições). Em 2009, a Lei nº 12.034, de 29 de setembro ampliou a proteção à participação política da mulher, fortalecendo o sistema de reserva de vagas de candidaturas. Devido às cotas,

Nas Eleições 2012, 134.296 mulheres se candidataram aos cargos de prefeito e vereador, o que representou um aumento de 9,56% em relação à eleição municipal de 2008. Destas mulheres, 132.308 (31,8% do total de candidatos) estavam aptas a concorrer ao cargo de vereador. Para prefeito, os dados correspondiam a 13,3%, o que equivale a um total de 1.988 mulheres candidatas. Do total de eleitos em 2012, 8.287 foram mulheres, representando 13,19%. Ao todo, foram eleitas 657 prefeitas, que correspondem a 11,84% do total das 5.568 vagas, e 7.630 vereadoras, o que equivale a 13,32% dos eleitos. O número comprova um crescimento em relação a 2008, quando 7.010 mulheres foram eleitas a esses mesmos cargos, representando 12,2% do total.<sup>96</sup>

Estes dados nos mostram que, apesar de não resolver a situação, as cotas tornam-se necessárias, enquanto um sistema de proteção dos direitos políticos das mulheres. “A proteção desse direito advém de normas internacionais, como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e da *Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*”<sup>97</sup>. Mesmo assim, em 2018, as mulheres ainda constituem apenas 15% do Congresso, mesmo que sejam a maioria do eleitorado brasileiro.

A democracia, enquanto um sistema político em que os dirigentes são eleitos, é constituído por uma forma de governo, em que, supostamente, o povo exerce a soberania. Neste sentido, a participação das mulheres na política condiz com os preceitos democráticos.

<sup>95</sup> SALES, Tainah Simões; VERAS, Hanna Rayssa Batista. A participação feminina na política brasileira. *Revista de Direito*, v. 12, nº 2. Viçosa, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/10256/6052>>. Acesso em: 29/06/2021.

<sup>96</sup> BRASIL. Eleições 2016 marcam 84 anos da conquista do voto feminino. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). 08 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/eleicoes-2016-marcam-84-anos-da-conquista-do-voto-feminino?SearchableText=mulheres%20candidatas>>. Acesso em: 30/06/2021.

<sup>97</sup> SALES et al, *op. cit.*, 2020.

Em “Direito e Democracia: entre facticidade e validade”, Habermas apresenta uma descrição da esfera pública que procura dar conta das críticas feministas (...). Para Habermas, a esfera pública passa a constituir, portanto, um espaço plural e aberto a toda espécie de manifestação<sup>98</sup>.

Não é à toa que as mulheres se destacaram e continuam se destacando na luta pela democracia sempre que esta encontra-se ameaçada. E a luta pela ampliação da participação política das mulheres favorece a democracia e vice-versa. E, no quesito desta luta, o campo de força das mulheres foi tão vitorioso, que tiveram que montar uma verdadeira trama para tirar Dilma Rousseff do poder.

(...) A permanência da misoginia é a vitória do autoritarismo antidemocrático instaurado hoje no Brasil. Se há machismo estrutural é porque há um sistema de privilégios masculino que depende das práticas e dos discursos misóginos. (...) A questão do golpe contra Dilma Rousseff nos coloca hoje essa grande questão. Não haverá democracia se houver misoginia, pois a misoginia carrega o princípio da negação do outro que nos coloca agora no atual esvaziamento do Estado de Direito e do fim da democracia que sempre será a única esperança que podemos ter na política.<sup>99</sup>

Márcia Tiburi tem razão ao afirmar que, o “feminismo é a própria democracia, mas uma democracia profunda que começa se colocando a questão dos direitos das mulheres e avança pondo em questão os direitos de todos os que sofrem sob jugos diversos em cenários em que o poder não passa de violência.”<sup>100</sup>

Quem estudar a história da misoginia vai descobrir uma das mais interessantes e perigosas estratégias do poder: criar a figura do mal pelo discurso. Refiro-me ao ato de falar mal mesmo, de discursar contra um outro qualquer que se quer destruir, de fazer fofoca, de criar a maledicência e com ela a figura do “mal”. (...) Para entender o que se passa ao nível dos discursos, antes de mais nada, é preciso aprender a desconfiar do que é dito nos meios de comunicação de massa. A boca do povo sempre foi muito controlada pelo Estado e pela Igreja e continua sendo pelos meios de comunicação. É bom lembrar que as vozes nunca são neutras. Ou defendem a liberdade ou defendem interesses. O feminismo é a defesa da liberdade das mulheres. Por que os direitos das mulheres estão intimamente ligados à ideia de liberdade em geral. Não são redutíveis a interesses de um grupo. São mais complexos e urgentes do que interesses porque implicam a realização da democracia. (...) Contra isso podemos dizer que o poder que historicamente esteve na mão dos homens foi transformado em violência. Trata-se de um problema histórico a ser corrigido no presente.<sup>101</sup>

<sup>98</sup> RODRIGUEZ, José Rodrigo. Democracia e Feminismo: Qual racionalidade?. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 114, jan./jun. 2017, p. 199-222. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/466>>. Acesso em: 26/01/2022.

<sup>99</sup> TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. *Revista Cult*. 20 de julho de 2016. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>>. Acesso em: 04/05/2021.

<sup>100</sup> TIBURI, Márcia. Feminismo e democracia. *Revista Cult*, 18 de março de 2015. Disponível em: <[https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-e-democracia/#:~:text=O%20feminismo%20%C3%A9%20a%20pr%C3%B3pria,poder%20n%C3%A3o%20passa%20de%20viol%C3%Aancia](https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-e-democracia/#:~:text=O%20feminismo%20%C3%A9%20a%20pr%C3%B3pria,poder%20n%C3%A3o%20passa%20de%20viol%C3%Aancia.)>. Acesso em: 19/02/2022.

<sup>101</sup> *Ibidem*.

Apesar de não se ter avançado muito na inclusão das mulheres no parlamento, mesmo assim, a democracia foi crucial para que o movimento de mulheres pudesse agir livremente para lutar pelos seus direitos. Devido às dificuldades de inserção nas esferas de poder, as ações políticas das mulheres ocorrem de maneira informal nos movimentos sociais, protestos e manifestações. Assim, vê-se que, o movimento de mulheres ajudou a construir nossa atual Constituição de 1988 e, em decorrência disso, esta garante o direito delas se expressarem livremente. Inspirada também nos ideais iluministas, a nossa atual Carta Magna garante a liberdade de expressão, porquanto compreende-se que às mulheres também seriam dados estes direitos. Vejam alguns dos pressupostos básicos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
 I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
 II - garantir o desenvolvimento nacional;  
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
 IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.<sup>102</sup>

Em contrapartida, existem limites para a liberdade de expressão. Na própria Constituição é vedado o anonimato e os crimes contra a dignidade humana. Assim, não se pode defender os discursos de ódio, como por exemplo, aqueles contidos nas ideologias nazistas. O “ato de estigmatizar, desqualificar e insultar grupos de mulheres, negros, homossexuais (...), tem como objetivo central negar um estatuto de igualdade aos seus destinatários, cerceando, como consequente, a igual dignidade da pessoa humana”<sup>103</sup>. Ou seja, estes discursos não representam os valores da democracia, mas, ao contrário, são absolutamente antidemocráticos. Portanto, “nota-se que quando há tentativa de exclusão do exercício da cidadania de qualquer sujeito por meio de manifestação odiosa, viabiliza o comprometimento da própria democracia”.<sup>104</sup>

Significa dizer que a compreensão jurídica acerca do tema é que a liberdade de expressão e manifestação de ideias não são direitos absolutos, pois encontram limites nos direitos essenciais dos/as outros/as cidadãos/ãs. Em outras palavras, têm-se o direito de reunir para debater e expressar pensamentos e ideias, inclusive de protestar por determinadas pautas.

<sup>102</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nº 1/1992 a 90/2015, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994. 48ª. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015, p. 11.

<sup>103</sup> GITIRANA, Julia Heliodoro Souza; KERSTING, Maria Fernanda Viñas. Limites da liberdade de expressão e a caracterização do discurso de ódio. *Revista de Direito - FAE*, v. 2 nº 1. Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://revistadereito.fae.edu/direito/article/view/46>>. Acesso em: 20/02/2022.

<sup>104</sup> *Ibidem*.

Contudo, os atos de natureza racista, preconceituosa ou discriminatória, que incitam ou provocam ações ilegais e contrárias ao Estado Democrático de Direito, ou atentem contra a vida, a honra e a imagem das pessoas são passíveis de punições. A título de exemplo, compreende-se que são vedadas as calúnias, difamações e injúrias<sup>105</sup>. Estes são considerados crimes, porque atingem os princípios básicos da dignidade humana: a vida, a honra, a intimidade, a privacidade e o direito à imagem.

Neste sentido, o conceito de sororidade é importante para as mulheres, pois, dessa maneira, é possível unir forças para lutar coletivamente. “Sororidade trata de empatia e solidariedade real feminina. Isso inclui deixar de incitar a rivalidade entre o gênero (...) parte do princípio que, juntas, as mulheres poderiam ter mais conquistas, seja uma incentivando, apoiando ou só deixando de julgar a outra.”<sup>106</sup>

### 1.3. MULHERES NO PODER E A LUTA POR RESPEITO NA POLÍTICA

Infelizmente, o machismo está enraizado de uma maneira bem profunda em nossa sociedade, e se expressa em crenças, expressões, falas e atitudes. Quando um homem chega se agarrando, se esfregando e beijando uma mulher em uma festa, sem que ela queira e no momento em que um homem pede desculpas a outro homem, como o marido, por exemplo, pelo mau comportamento que o primeiro teve em relação a esta mulher. Na objetificação da mulher e os assédios sexuais na rua. Ao se acreditar que a mulher tem que “se dar ao respeito” para merecer ser respeitada. Na medida em que, a roupa ou a sobriedade da vítima de estupro é levada em consideração na hora da denúncia na delegacia de polícia. Na crença de que o homem não precisa fazer as tarefas domésticas, ou que ele deve apenas “ajudar”. Na convicção de que todas as mulheres devem ser dóceis, “puras” e recatadas. No diferente julgamento entre as mulheres, que são consideradas “putas” quando possuem vários/as parceiros/as, mesmo que a prostituição não seja a sua profissão, e os homens, que são considerados “garanhões” quando fazem o mesmo. Quando um homem violenta verbalmente ou fisicamente uma mulher pelo simples fato dela o rejeitar. No momento em que, um homem interrompe a fala de uma mulher

---

<sup>105</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, artigos nº 138, 139 e 140. Dos Crimes Contra a Honra. Brasília: Código Penal, 1940. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/dos-crimes-contr-a-honra>>. Acesso em: 20/02/2022.

<sup>106</sup> SCIULO, Marília Mara. O que é sororidade? Entenda a origem e o significado do termo. *Revista Galileu*, 08 de março de 2020. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/03/o-que-e-sororidade-entenda-origem-e-o-significado-do-termo.html>>. Acesso em: 20/02/2022.

(*Manterrupting*<sup>107</sup>). No caso em que, ele se apropria da ideia de alguma mulher (*Bropropriating*<sup>108</sup>). Na ocasião em que, um homem quer explicar algo que a mulher já sabe, mesmo que ele perceba que ela é especialista no assunto (*Mansplaining*<sup>109</sup>). Na manipulação psicológica (*Gaslighting*<sup>110</sup>). Na crença de que apenas os homens podem ter acesso a bens materiais. Sem falar da discriminação no mercado de trabalho, na dupla ou tripla jornada de trabalho, em toda a forma de violência física ou psicológica e em todas as calúnias, injúrias e difamações, chegando por fim ao feminicídio<sup>111</sup>. Sendo que, este tratamento também varia de acordo com a origem socioeconômica da mulher, sua classe social, religiosidade, origem territorial e etnia.

Em consequência disso, para além da sub-representação na política, é indispensável registrar que as mulheres, que são candidatas e/ou eleitas, não têm sido respeitadas no meio político da maneira com que os homens sempre foram. E, sabemos como é importante a presença cada vez maior de mulheres no poder, visto que, as suas necessidades não são tratadas de forma séria pelos homens. E, uma das principais barreiras para a devida efetivação da democracia é o machismo estrutural, advinda de uma sociedade patriarcal. Sendo que, neste tipo de sociedade, os homens têm enormes vantagens na política desde os primórdios.

Nesse contexto, existem também as barreiras partidárias. De acordo com pesquisa realizada pelo Senado Federal em 2014 (BRASIL, 2014), a falta de apoio dos partidos políticos foi apontada por 41% das entrevistadas como a principal causa para poucas mulheres na política. O receio de enfrentar dificuldades dentro dos partidos políticos, assim como a competição com concorrentes homens demonstra uma barreira para a candidatura de mulheres.<sup>112</sup>

A história política das mulheres é constituída de muitos ataques. Portanto, esta parte do texto, visa incitar o debate na perspectiva das mulheres no espaço do poder, e como, ainda hoje,

<sup>107</sup> O termo foi usado pela primeira vez por Jessica Bennet e ficou popular após um estudo feito pela Universidade de Yale que concluiu que senadoras americanas se pronunciam menos do que seus colegas homens de posições inferiores.

<sup>108</sup> Assim como *Manterrupting*, foi Jessica Bennet quem usou o termo *Bropropriating* pela primeira vez, no artigo “*How Not to Be ‘Manterrupted’ in Meetings*”, publicado na revista *Time*.

<sup>109</sup> A palavra foi criada a partir da junção entre “*man*” (“homem”) e “*explain*” (explicar), em inglês, e ficou conhecida com a publicação do livro *Os Homens Explicam Tudo Para Mim*, escrito por Rebecca Solnit.

<sup>110</sup> Este é o tema do livro “*O Fenômeno Gaslighting*”, escrito pela psicóloga Stephanie Moulton Sarkis. O termo tem origem na peça *Gas Light* (1938), do dramaturgo Patrick Hamilton, em que uma das formas de o marido manipular a esposa era diminuir a intensidade da luz a gás para ela acreditar que estava ficando louca.

<sup>111</sup> O feminicídio define o assassinato de uma mulher por causa da discriminação e menosprezo quanto à sua condição de gênero. Nesses casos, muitas vezes o homem considera a mulher sua propriedade (novamente, a objetificação), retirando dela o direito à vida. Atualmente a taxa de feminicídios no Brasil é registrada como a 5ª mais alta do mundo. Segundo o Mapa de Violência 2015, o número de assassinatos chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. O mesmo Mapa aponta que, entre 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram por serem mulheres. O Dossiê Feminicídio destaca que no ano de 2010 se registravam 5 espancamentos a cada 2 minutos, em 2013 já se observava 1 feminicídio a cada 90 minutos e, em 2015, o serviço de denúncia Ligue 180 registrou 179 relatos de agressão por dia. Dados sobre o feminicídio disponíveis em: <<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Feminic%C3%ADdio-no-Brasil-.pdf>>. Acesso em: 26/01/2022.

<sup>112</sup> SALES et al, *op. cit.*, 2020.

mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, elas continuam encontrando enormes dificuldades de se fazer ouvir e ser respeitadas. Sendo menosprezadas, subestimadas, e, portanto, interrompidas e silenciadas em praticamente todos os espaços políticos, sobretudo, as mulheres indígenas, negras, LGBTQIA+ e pobres.

Veja um exemplo no caso de Marielle Franco, que, logo em seguida, foi brutalmente assassinada a tiros, em 14 de março de 2018, sendo que, até a presente data, os mandantes do crime não foram sequer identificados, quiçá punidos. Marielle Francisco da Silva foi eleita vereadora pelo PSOL do Rio de Janeiro. Ela era graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, em 2007), foi assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), acumulou experiência acadêmica e profissional nas áreas de Sociologia e Administração, com ênfase em Administração Pública, Segurança Pública e Ação coletiva. Ela é interrompida pelos deputados em ocasião de sua fala e, portanto, teve que suspender seu raciocínio inicial para pedir respeito à sua fala:

Eu peço que a Presidência da Casa, no caso de maiores manifestações que venham a atrapalhar minha fala, proceda como fazemos quando a Galeria interrompe qualquer vereador. Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores desta Casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita Presidente da Comissão da Mulher nesta Casa.<sup>113</sup>

Nesse sentido, é importante fazermos, conjuntamente, uma breve discussão sobre o empoderamento e desempoderamento, esse fluxo de aumento e diminuição de poder das mulheres na política, principalmente, tendo em perspectiva o golpe que destituiu a primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT), e o que este golpe simbolizou para uma grande parte das mulheres.

Dilma Rousseff iniciou seu percurso político durante a ditadura militar e foi presa e torturada naquele período. Mas, seu percurso político não acabou aí. Entre 1986 e 1988, durante o governo de Alceu Collares (PDT) na prefeitura de Porto Alegre, Dilma foi secretária municipal da Fazenda. Em 1989, ela assumiu a diretoria-geral da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Tendo permanecido nessa função até o ano de 1990. Em 1993, assumiu a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do governo estadual.

Dilma ingressou no PT em março de 2001 e, em 2002, após as eleições presidenciais, que deram a vitória a Lula, ela coordenou a equipe de infraestrutura do governo de transição e

---

<sup>113</sup> MARIELLE FRANCO (PSOL), em seu último discurso na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro no dia 08 de março de 2018. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/cd266fdef87ea5fc8325824a006d079d?OpenDocument>>. Acesso em: 09/05/2021.

foi convidada pelo presidente eleito para o Ministério das Minas e Energia. Em 2005, ela foi Ministra-chefe da Casa Civil. Após as eleições de 2006, que reelegeu Lula,

A Casa Civil, conduzida por Dilma, fortaleceu-se como núcleo coordenador de todas as ações e políticas do governo, sempre em articulação estreita com a Presidência. Considerada pelo presidente uma colaboradora dotada de grande capacidade administrativa e de direção, a ministra assumiu a responsabilidade de comandar a elaboração e a execução do principal projeto do segundo governo Lula: o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). (...) Em abril de 2009, a ministra anunciou que estava iniciando tratamento para combater um câncer linfático, mas não se afastou do cargo. Ainda nesse ano, participou dos debates que se seguiram à descoberta das grandes reservas de petróleo encontradas na chamada camada “pré-sal” de alguns pontos do mar territorial brasileiro. A proposta governamental de um marco regulatório para a exploração do pré-sal foi elaborada sob a coordenação da Casa Civil e adotou, mais uma vez, uma solução híbrida, já utilizada na formatação do setor elétrico: permitir a participação de empresas privadas na exploração das reservas, mas num regime de “partilha” em que o Estado (através da Petrobras e de uma nova empresa estatal, a ser criada com o fim específico de atuar nessa área) teria uma participação maior na exploração e também um papel regulador mais acentuado. Além disso, o projeto estabelecia que uma parcela dos recursos obtidos com a exploração do petróleo da camada pré-sal deveria compor um fundo destinado a investimentos em áreas como saúde e educação<sup>114</sup>.

No início de 2010, durante o 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff foi indicada como pré-candidata do PT à presidência da República. Em seguida, obedecendo à lei eleitoral, afastou-se do cargo de chefe da Casa Civil.

Como vimos, Dilma Rousseff tem uma vasta biografia, e, mesmo assim, durante a sua destituição foi desrespeitada e humilhada de forma totalmente desumana. Ao comparar o tratamento dado ao presidente Collor, durante o seu processo de *impeachment*, podemos observar as diferenças no tratamento. Sydney Sanches, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal que presidiu o processo de *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992, apesar de ter sido a favor da deposição de Dilma, mesmo assim, foi obrigado a reconhecer em entrevista ao G1 que o processo de impedimento de Collor foi “mais tranquilo” do que o da presidenta Dilma Rousseff<sup>115</sup>. Contudo, ele não menciona que o motivo de tamanho desrespeito e violência foi, além da sua trajetória, o fato dela ser mulher.

Segundo Maíra Kubik Mano, “a senadora Regina Sousa (PT-PI) fez um discurso, muito entusiasmado, que resumiu bem uma percepção comum declarada por parlamentares de esquerda e pesquisadoras que validam a tese do machismo”:

---

<sup>114</sup> BIOGRAFIA de Dilma Rousseff. *Centro de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>>. Acesso em: 26/01/2022.

<sup>115</sup> GARCIA, Gustavo. Impeachment de Collor foi ‘mais tranquilo’, diz presidente do STF em 92. *G1*, 25 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/impeachment-de-collor-foi-mais-tranquilo-diz-presidente-do-stf-em-92.html>>. Acesso em: 26/01/2016.

“Minha Presidenta, o recado que estão lhe dando nesse processo é também para todas as mulheres que lutam. É o recado do machismo, do patriarcado, do colonialismo ainda tão arraigado nas mentes retrógradas deste país. O que estão dizendo é o mesmo recado dado ao longo da história, a todas as mulheres que ousam (...). Com seu impedimento eles nos dizem que mulher não pode, precisa de permissão, ou “aí não é o seu lugar. (...) Esse golpe foi atravessado pelo machismo, pela desigualdade de gênero e pela misoginia por todos os lados, e suas marcas permanecerão. Da primeira mulher a presidir a República ser derrubada sob os argumentos de incompetência à que moveu o processo contra ela (...) ser simplesmente classificada como ‘louca’, simbolicamente quem perde somos todas nós.<sup>116</sup>

É importante compreender que, além dos abusos contra a ex-presidenta, várias outras mulheres também sofreram algum tipo de assédio quando o golpe ainda estava em curso no país, além de várias parlamentares mulheres que foram silenciadas e atacadas, dentro e fora do Parlamento, na sua vida pública, e também privada.

(...) Ainda na votação do processo de impeachment na Câmara, em abril deste ano, era possível perceber uma tentativa clara de silenciamento quando as deputadas iam anunciar seus votos e tinham que lidar com a barulheira e vaia por parte de seus colegas homens. Vários episódios se sucederam durante esses meses. Um deles vitimou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) logo após o desfecho do impeachment, em um voo. Um passageiro a xingou dentro do avião e, quando a senadora começou a gravá-lo, o homem tentou retirar à força o celular de sua mão, o que motivou a intervenção da Polícia Federal.<sup>117</sup>

Durante o processo do golpe de 2016, pudemos observar que Dilma Rousseff foi vítima de extrema violência misógina, de acordo com as próprias declarações da presidenta, que foi atacada com palavras e práticas misóginas por parte dos golpistas, na imprensa oficial, nas redes sociais e nas ruas. Além, de uma série de cartazes e memes misóginos, extremamente ofensivos, que foram propagados pelo país, como aquele que mostrava a presidenta com as pernas abertas no tanque de gasolina dos carros. Estes cartazes foram muito bem analisados pelas pesquisadoras em comunicação, Perla Haydee e Bárbara Rodrigues Nunes, às quais abordarei um pouco mais abaixo no texto. Sendo que, estas pesquisas também nos servem muito para este estudo.

Ora, a misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. Quero dizer com isso que a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ela associados no espectro amplo do ódio à diferença.<sup>118</sup>

<sup>116</sup> Analisa Maíra Kubik Mano, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp e docente do departamento de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

<sup>117</sup> BASTOS, Mariana. Processo de impeachment escancara nas redes e no Congresso violência política contra a mulher. *Gênero e Número*. 15 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/processo-de-impeachment-escancara-nas-redes-e-no-congresso-violencia-politica-contr-a-mulher/>>. Acesso em: 12/05/2021.

<sup>118</sup> TIBURI, *op. cit.*, 2016.

Quem acompanhou as discussões nas redes sociais acerca das feministas, sobretudo durante o processo do golpe, até as eleições de 2018, pôde perceber, como elas foram traçadas pelos golpistas como mulheres ‘anti-higiênicas e feias’, em contraposição às mulheres brancas e ricas da direita, que representam o que se chama de 1% da população. “No *Twitter* a tag #*FeministsAreUgly* (feministas são feias) chegou aos *Trending Topics* mundial”<sup>119</sup> em 2015.

E se, para alguns, sobretudo os homens, isto seja considerado apenas um ‘drama’, temos que afirmar como isto é grave, inclusive por incitar discursos de ódio e segregação na sociedade<sup>120</sup>. Para tal, precisamos recordar que os judeus foram comparados a ratos durante o nazismo, causando repugnância na sociedade alemã.

É claro que, não há o objetivo de comparar, mas sim, de demonstrar o perigo que representa este tipo de prática e discurso de ódio na política. É preciso entender, que estas narrativas repercutem na sociedade e na vida de centenas de mulheres.

Maíra lembra que todas as mulheres protagonistas do recente processo de impeachment, independentemente da posição ideológica, foram vítimas de algum tipo de violência política explícita, seja por parte dos próprios parlamentares, por parte da mídia ou por comentários agressivos nas redes sociais. “No entanto, por mais que todas essas mulheres passem por processos violentos simbolicamente, isso não significa que elas lutem conjuntamente contra essa opressão que sofrem. Pelo contrário, elas posicionam-se de maneira diferenciada, não atuando enquanto um grupo, mas dividindo-se em função de orientações político-partidárias e ideológicas, e sendo atravessadas por outros marcadores sociais, em especial raça/etnia e classe”, completa.<sup>121</sup>

Esta violência foi tamanha, que, alguns meses após o golpe, foi gerado um movimento de mulheres, já que, Jair Bolsonaro, um dos maiores propagadores dos discursos de ódio misóginos durante o processo do golpe de Dilma, saiu politicamente vitorioso neste processo. E, por todo o machismo reacionário que ele representa, as mulheres saíram às ruas em 2018, neste movimento que ficou conhecido como #EleNão<sup>122</sup>. E, apesar dele não estar diretamente relacionado ao *impeachment* de Dilma Rousseff, pode ser melhor explicado, se tomarmos a

<sup>119</sup> FEMINISTAS são Feias. Blog do movimento feminista *Movimento Não me Khalo*, 11 de maio de 2015. Disponível em: <<https://naomekahlo.com/quot-feministas-sao-feias-quot/>>. Acesso em: 28/06/2021.

<sup>120</sup> RAMOS, Marcella; et al. Como funciona o maior grupo de propagação de ódio na internet brasileira, que lucra com misoginia, racismo e homofobia. *O Globo*, 29 de junho de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/como-funciona-maior-grupo-de-propagacao-de-odio-na-internet-brasileira-que-lucra-com-misoginia-racismo-homofobia-22835030>>. Acesso em: 28/06/2021.

<sup>121</sup> BASTOS, *op. cit.*, 2016.

<sup>122</sup> CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana; ROSSI, Amanda. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos, *BBC News Brasil*, 30 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 02/07/2021.

destituição da presidenta, enquanto um processo golpista, avalizando a sua dimensão machista e ultraconservadora.

Podemos citar vários exemplos trágicos que demonstram como o golpe de Dilma envolve a dimensão machista. Mas, não teremos como abordar todos eles. Não obstante, alguns monitoramentos das redes de internet e análises discursivas realizadas por pesquisadores/as competentes “conferem legitimidade à preocupação de que as mulheres na política têm tratamento diferente aos dos homens, apontando o sexismo<sup>123</sup> como principal fonte desta diferença”<sup>124</sup>. A própria presidenta Dilma Rousseff declarou várias vezes este tratamento, que lidamos ao longo do texto.

“Eu fui descrita como uma mulher dura, e sempre disse que era uma mulher dura no meio de homens meiguíssimos”, disse Dilma em tom irônico. “Eu nunca vi ninguém acusar um homem de ser duro, e a gente sabe que eles são”, afirmou. “Muitas vezes disseram para mim: mas você é sensível. Esta afirmação é estarrecedora, porque significa que conseguiram construir em torno de mim um nível de desumanização muito alto”, disse a presidente.<sup>125</sup>

Na maior parte das vezes, as mulheres na política são vistas como bodes expiatórios, incompetentes, exageradas, loucas, autoritárias, as que deixam as suas emoções afloradas, e, por isto, não são levadas a sério. Portanto, esperam que elas sejam o tempo todo comedidas, sendo que, esta é uma visão submissa da mulher.

Estudiosas do tema, como Máira Kubik Mano e Flávia Biroli, alertaram para o fato de que essa é uma crítica normalmente dirigida a políticas mulheres. Dificilmente a competência de um homem é questionada com base em seu temperamento. Tanto Dilma quanto Kirchner viraram capa de revistas (Isto É, no Brasil, e Notícias, na Argentina) por matérias que insinuavam que ambas dirigiam seus países à base do uso de medicações psiquiátricas.<sup>126</sup>

Conforme afirmam as pesquisadoras em comunicação Perla Haydee e Bárbara Nunes, mesmo se compararmos os insultos dirigidos a homens e mulheres na política, percebemos que os referidos às mulheres são aqueles que expõem e aludem à integridade física e atingem o âmago mais profundo de humilhação psicológica delas, inclusive, com alusões que remetem à

<sup>123</sup> O sexismo é semelhante ao machismo, mas tem algumas concepções específicas, pois visa determinar o comportamento social que a sociedade acha adequado ou não para os gêneros, como os usos e costumes de cada um/a. Portanto, é uma forma de discriminar através do gênero, pela maneira dela ser e exercer determinadas funções no mundo, reproduzindo um modelo binário. Ter medo de que um menino ‘vire gay’ por brincar com boneca, por exemplo, é um pensamento sexista.

<sup>124</sup> DA SILVA, *op. cit.*, 2019.

<sup>125</sup> AMORIM, Felipe. ‘Há vários elementos de machismo e misoginia no impeachment’, diz Dilma. *Uol*, 29 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/29/ha-varios-elementos-de-machismo-e-misoginia-no-impeachment-diz-dilma.htm>>. Acesso em: 30/06/2021.

<sup>126</sup> BASTOS, *op. cit.*, 2016.

injúrias e calúnias sexuais. Em contrapartida, os insultos dirigidos aos homens são bem mais ponderados, remetendo ao caráter e honra, de forma mais generalizada.

Um levantamento feito pelo Labic (Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo) durante a semana da votação final do impeachment comparou os adjetivos atribuídos a Temer (...) e a Dilma (...) em comentários no Twitter. Ambos foram alvos de muitos insultos, mas enquanto o atual presidente foi classificado, entre tantos outros termos pejorativos, de “golpista”, “perdedor”, “usurpador” e “canalha”, Dilma foi alvo de xingamentos específicos, dirigidos a mulheres (“puta”, “louca”, “vaca” e “amélia”).<sup>127</sup>

O tempo todo, as mulheres estão sendo julgadas e tidas como inferiores, vistas em segundo plano, como um apêndice para auxiliar os ‘grandes homens’ que, ancorados, buscam que elas trabalhem para eles. Muitas vezes, suas ações são negadas e invisibilizadas. E, quando constatado o machismo, os homens não admitem, e sempre procuram alguma evasiva. Vejam também como Michel Temer, depois de coadunar com o golpe, simplesmente se ‘desculpa’ aos ‘senhores da Casa Grande’ na cerimônia de posse, meramente pelo alongado do discurso:

(...) desde já pedindo desculpas pelo possível (...) alongado da exposição, eu quero dizer, reiterar, que a minha intenção era realizar essa cerimônia, digamos assim, com a maior sobriedade possível. Estamos fazendo porque, sem embargo do entusiasmo de todos os senhores, todos nós compreendemos o momento difícil, delicado, ingrato que estamos todos passando.<sup>128</sup>

Obviamente, o golpe parlamentar de 2016 não ocorreu somente devido à questão machista, pois, como visto, existe uma vasta bibliografia que revela diversos objetivos dos golpistas, como por exemplo, o ataque aos direitos conquistados dos trabalhadores, privatizações, interesse pelo Pré-Sal etc. Entretanto, um prisma importante, e ainda pouco abordado, que não podemos esquecer é o aspecto misógino, com que ela foi tratada neste processo, ao qual ela representava a primeira mulher presidenta da República.

Como vimos, Dilma Rousseff alertou várias vezes em entrevista e até mesmo em seu *Twitter*, quando ela posta em seu perfil que *há um componente machista e misógino nesse golpe. A sensibilidade da gente é confundida com a fragilidade; a força com falta de coração.*<sup>129</sup> E, em seu discurso após a deposição:

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. (...) Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir

<sup>127</sup> *Ibidem*.

<sup>128</sup> Discurso de posse de Michel Temer. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 01/07/2021.

<sup>129</sup> ROUSSEFF, Dilma. *Há um componente machista e misógino nesse golpe. A sensibilidade da gente é confundida com a fragilidade; a força com falta de coração.* 21 de julho de 2016, 9:19 AM. Twitter: @dilmabr.

indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. (...) O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. (...) O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.<sup>130</sup>

A Partir disso, coloco outra controvérsia que precisa ser debatida, porque, em uma breve pesquisa, não consegui encontrar precedentes para as escutas telefônicas, os conhecidos “grampos ilegais”, de outros presidentes da República no Brasil. Então, resta a pergunta, que outro/a presidenta da República teve a sua privacidade invadida e publicizada com interceptação de ligações, tanto quanto Dilma?

Devemos lembrar que, de acordo com a Lei nº 9.294, de julho de 1996, que trata diretamente do tema escuta telefônica, afirma que “interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça”<sup>131</sup>. Mesmo que o juiz estivesse gravando o Lula, constitui ilegalidade permanecer gravando a presidenta, à qual, ele não tinha permissão para gravar, quiçá editar e divulgar na Rede Globo. A demonstração de desrespeito foi tamanha com a presidenta Dilma, que, mesmo sem nenhuma prova contra ela, espalharam suas interceptações telefônicas pela imprensa, vide Rede Globo em 16 de março de 2016<sup>132</sup>.

Os áudios divulgados não provavam nada sobre as supostas pedaladas fiscais, apenas revelavam a nomeação de Lula a ministro Chefe da Casa Civil, o que, a princípio, não constitui nenhum crime. Muito pelo contrário, percebe-se que a violação foi cometida contra a ex-presidente Dilma, de acordo com a própria legislação apontada acima. “Segundo a colombiana Juliana Sanin, pesquisadora do tema, não é uma reação dirigida a apenas algumas mulheres com poder. A violência política, explica ela, emana de uma percepção de “intrusão” da mulher nos espaços “pertencentes aos homens”<sup>133</sup>.

Em vista destas explanações, nos restam algumas perguntas e inquietações. Mediante todo este desrespeito contra a ex-presidenta, independente de quaisquer posições ideológicas,

<sup>130</sup> Discurso da presidenta Dilma Rousseff após sofrer o golpe em 31 de agosto de 2016.

<sup>131</sup> Lei nº 9.294. Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal, 24 de julho de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19296.htm)>. Acesso em: 01/07/2021.

<sup>132</sup> CASTRO, Fernando; NETTO, Vladimir; NUNES, Samuel. Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça. *GI*, 16 de março de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>>. Acesso em: 01/07/2021.

<sup>133</sup> BASTOS, *op. cit.*, 2016.

podemos dizer que o golpe de Dilma possui uma dimensão machista. Podemos abordar a dimensão machista a partir do paradigma específico de gênero enquanto espaço de disputas. Ou seja, para os homens brancos ricos, que tomaram o poder, e seus/suas defensores/as, não houve golpe. Mas, para quem conhece a constituição e os meios de funcionamento da democracia, houve. Podemos dizer que o machismo não foi o único fator para o golpe, mas, mesmo assim, ele esteve presente. Nesse caso, reitera-se que esse estudo considera que a misoginia se deu como arma política contra Dilma Rousseff, com vista na retirada de direitos conquistados etc. Sua base, seu alicerce, dentro do movimento feminista foi atingido brutalmente. Mais abaixo será melhor explicado este raciocínio.

Um dos fatores primordiais que marcaram o golpe de 2016, foi o fato de Dilma ser a primeira mulher a conquistar a cadeira de Presidente da República no Brasil, e, portanto, o seu impedimento teve uma característica diferente. É por isso, que a dimensão machista do golpe tem uma proporção de maior relevância, pelo que ela representava, enfatizando, por ter sido perpetrado justamente contra uma mulher, teve um peso simbólico muito forte do machismo, refletido na sociedade.

A importância da presidência de Dilma Rousseff, portanto, decorre em parte de seu afastamento de padrões previamente identificados em relação aos poderes e caminhos das mulheres. Ela exerceu autoridade dominante como presidente do Brasil, foi eleita para este cargo (e reeleita) ao invés de ser nomeada ou surgir por sucessão presidencial, e não confiou em ser “esposa de” ou “filha de” um poderoso político para fazer até o topo (...). Seu caso, no entanto, ilustra que ganhar poder é apenas um obstáculo importante que as mulheres precisam superar e presidentes dominantes não necessariamente gozam de total autonomia para governar ou gerar apoio suficiente para cumprir sua agenda.<sup>134</sup>

Discutiremos nos adiante, como os perpetradores do golpe se apoderaram de um discurso misógino e machista, enquanto uma espécie de arma política para barrar e ainda retroceder nas conquistas das mulheres, em nome da ‘família tradicional brasileira’, tendo a figura do patriarca como o ‘soberano’.

A cena de posse do presidente interino e ilegítimo, cercado dos seus ministros, também ilegítimos, é memorável como demonstração do que significa, no concreto real, o conceito de patriarcado: um sistema de poder dos homens. A ausência absoluta de mulheres na formação do gabinete do governo interino é, em si, um indicador da ordem conservadora que naquele momento toma conta do poder político no país. Os arranjos posteriores de inclusão irrisória de mulheres não servem para superar em nada o significado da cena original. Ao contrário, as mulheres que se dispuseram a compor essa farsa só contribuem para sustentar o poder que lhes oprime. É importante ressaltar que, desde a campanha eleitoral em 2014, as expressões misóginas já se mostravam como uma arma de confronto das forças políticas conservadoras. Após a vitória nas urnas da presidenta eleita Dilma Rousseff essas forças, inconformadas com a derrota e

---

<sup>134</sup> JALALZAI, Farida; DOS SANTOS, Pedro A. G.. *Empoderamento e desempoderamento das mulheres no Brasil: a ascensão e queda da presidente Dilma Rousseff*. Introdução. Excerpt: Temple University Press, 2021.

desrespeitando as regras do processo democrático eleitoral, intensificaram os ataques e utilizaram de maneira recorrente todas as formas de preconceitos contra as mulheres na política como um mecanismo de desqualificação pessoal e do poder de uma mulher como presidenta da República.<sup>135</sup>

É importante que façamos várias indagações, pois, o que significa para uma mulher na política brasileira a denúncia de uma violência que ela sofreu dentro da política, ou mesmo em processo de *impeachment*? Estas mulheres possuem algum amparo legal?

Enquanto outros países latino-americanos, como Bolívia, Peru e México, já possuem legislações específicas para coibir a violência política, no Brasil o assunto é pouco tratado na esfera acadêmica e nem sequer é cogitado como objeto de proposta de lei. “Sempre houve uma invisibilidade da violência contra a mulher. Entre as violências se apresentarem e as pessoas refletirem sobre isso, há um vácuo. As pessoas imaginam que as mulheres que chegam na política institucional estão a salvo desse tipo de situação. Nem sequer reconhecem esse tipo de violência quando ela existe”, afirma a deputada Maria do Rosário (PT-RS), que foi alvo de uma das maiores afrontas machistas na história política recente do país. Em 2014, o deputado Jair Bolsonaro (RJ) lhe disse, diante das câmeras de TV, que não a estupraria porque ela não merecia. Além de ter que lidar com a situação real, o antagonismo com o parlamentar ainda lhe rendeu violências políticas adicionais, vindas da internet. Desde então, Maria do Rosário vem sendo sistematicamente insultada nas redes sociais. Em 2015, ela chegou a contratar uma consultoria para mediar o diálogo com seus eleitores no ambiente virtual. “A intenção era saber, por exemplo, como as pessoas viam meus projetos de lei, tentar estabelecer um diálogo com o público, mas o que o monitoramento encontrou foi uma avalanche de insultos, e xingamentos. Pelo que pude identificar, havia uma preferência por um discurso misógino e moralista. Há uma reivindicação de que as mulheres com vida pública voltem a ocupar somente o seu papel na esfera privada.<sup>136</sup>

Assim, após esta citação, longa, mas muito necessária, percebemos que não há muitos amparos legais efetivos no campo da defesa das mulheres na política no Brasil. E, apesar de sermos capazes de apontar críticas em relação ao governo Dilma, podemos perceber que as razões dos golpistas contém aspectos retrógrados, machistas e misóginos.

Para Flávia Biroli, a violência política contra as mulheres é exacerbada por uma tensão clara entre o movimento feminista em franca expansão no Brasil e grupos conservadores, cujos representantes principais na política institucional são os políticos, incluindo mulheres, vinculados a grupos religiosos.”A hipótese principal é de que o acesso maior das mulheres, feministas e organizações às estruturas do governo federal, facilitado pela eleição da primeira mulher à presidência e a proliferação do feminismo, ativaram uma reação conservadora contra a igualdade de gênero. Essa reação é expressa pela violência contra algumas mulheres em particular, mas também contra as mulheres em geral”, escreveu a professora da UnB em um estudo recente sobre violência política.<sup>137</sup>

<sup>135</sup> ÁVILA, Maria Betânia. Um golpe patriarcal. Teoria e Debate, Ed. 149, 16 de junho de 2016. Disponível em: <<https://soscopo.org/?p=4347>>. Acesso em: 22/04/2021.

<sup>136</sup> *Ibidem*.

<sup>137</sup> *Ibidem*.

## 2. A DIMENSÃO MACHISTA NO GOLPE DE 2016

### 2.1. O CAMPO DE LUTA DAS MULHERES

É importante enfatizar o caráter atualizado da discussão acerca do que significa a articulação de um campo de força que as mulheres no Brasil iniciaram. E, como a dimensão machista inserida no golpe, objetiva a retirada de direitos. Mas, é fundamental estabelecer que, as mulheres representam uma força motriz, enquanto mão de obra, doméstica ou não, e que são profundamente necessárias para a reprodução do capital. Porque, elas também estão presentes na classe trabalhadora. Desse modo, a trama do golpe contra Dilma Rousseff, também é uma urdidura de gênero. Por isso, os esses “homens de bem”<sup>138</sup> se sentiram incomodados, e com a onda conservadora e reacionária permitiram que os golpistas se sentissem à vontade.

Existem diversos estudos sobre o golpe de 2016, e, ainda assim, é fundamental continuar, copiosamente, neste esforço contínuo de pesquisa e análise deste processo, que ainda é bem polêmico na história do tempo presente. É fato que, nem todas as pessoas concordam que houve um golpe neste período, quiçá reconhecem a dimensão machista como algo relevante. Por isso, ainda se faz necessário fortalecer um entendimento acertado desse importantíssimo momento da nossa história, num contexto, em que todas as fontes são questionadas por grande parte da sociedade, principalmente por adeptos ao atual governo, e também com o predomínio das *fakes News*<sup>139</sup>, tomadas como uma forma de fazer política.

Obviamente, as inquietações trazidas neste trabalho, não pretendem abranger todos os aspectos acerca do golpe<sup>140</sup> de 2016, mas sim, tentam se aprofundar nas dimensões machistas deste marco histórico, que adquiriu com a simbologia da deposição da primeira mulher presidenta<sup>141</sup> do Brasil. E, já existe uma vasta bibliografia com este viés interpretativo.

No livro, *Women's Empowerment and Disempowerment in Brazil: The Rise and Fall of President Dilma Rousseff* (Empoderamento e Desempoderamento das Mulheres no Brasil: ascensão e queda da presidente Dilma Rousseff), recentemente publicado nos EUA, Pedro A.

---

<sup>138</sup> Lê-se os homens da burguesia branca e endinheirada.

<sup>139</sup> Notícias e informações falsas ou mentirosas, que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas na internet e mídias virtuais, especialmente, nas redes sociais ou em aplicativos de mensagens.

<sup>140</sup> Esta dissertação utiliza-se da bibliografia que considera o *impeachment* de 2016, contra Dilma Rousseff, um golpe parlamentar, jurídico e midiático.

<sup>141</sup> Utilizo esta forma do pronome de tratamento, porque é válido. Contudo, ao longo do texto inseri uma breve explanação sobre a polêmica da simbologia feminista desta palavra alcunhada por Dilma.

G. dos Santos e Farida Jalalzai, defendem a ideia de que o impeachment de Dilma teve um caráter machista. “Para os autores da obra, a ascensão da petista à presidência suscitou uma reação desvairada que buscava não apenas tirá-la do poder, mas também enfraquecer a participação de mulheres na política”<sup>142</sup>.

Embora a misoginia não seja a única razão pela qual a presidenta Rousseff foi derrubada, foi um elemento importante na tentativa de desempoderar a presidenta (colocando-a em seu lugar) e, conseqüentemente, enfraquecer as mulheres que buscavam entrar nos espaços masculinos na sociedade brasileira.<sup>143</sup>

Numa época de crise, em que vivemos uma pandemia mundial de coronavírus (Covid-19), é relevante estudar os conflitos e crises contemporâneas, que geram rupturas políticas, visto que, existem organizações que reivindicam essas análises, mesmo que o capitalismo seja tratado como sistema forte e indestrutível, já que, aqueles que, no passado tentaram subvertê-lo foram obrigados a recuar, como no caso da União Soviética. “Na atual conjuntura no Brasil, na qual o processo de polarização tem se radicalizado, inviabilizando o diálogo, os historiadores da história do tempo presente têm um grande desafio e um grande papel a desempenhar”<sup>144</sup>.

O capitalismo continua promovendo guerras, doenças e mortes, colocando o meio ambiente em colapso e as vidas humanas em risco, para fazer crescer a indústria e o comércio, que em nome do lucro, promove a exploração do meio ambiente e de pessoas para produzir mercadorias, cada vez mais descartáveis, se utilizando de mão de obra semiescravizada, ou mesmo ainda, escravizada. Leonardo Sakamoto<sup>145</sup> aponta:

“(...) sobre como se caracteriza o trabalho escravo no país hoje, o que chama de escravidão contemporânea, além de refletir sobre o motivo pelo qual essa degradação do trabalho está enraizada na nossa sociedade. Ele analisa também o avanço do capitalismo e a luta no combate a esse problema. “O trabalho escravo contemporâneo não é resquício de uma civilização pré-capitalista que sobreviveu. Ele é um instrumento do próprio capital para facilitar a acumulação e o processo de modernização, garantindo competitividade ao produtor rural”, comentou.<sup>146</sup>

<sup>142</sup> PAGLIARINI, André. Livro defende que impeachment de Dilma foi machista e atingiu mulheres na política. *Folha de São Paulo*. 1º de maio de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/livro-defende-que-impeachment-de-dilma-foi-machista-e-atingiu-mulheres-na-politica.shtml>>. Acesso em: 16/06/2021.

<sup>143</sup> JALALZAI et al, *op. cit.*, 2021.

<sup>144</sup> FERREIRA, *op. cit.*, p. 101.

<sup>145</sup> SAKAMOTO, Leonardo. *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Organização Internacional do Trabalho, 2006.

<sup>146</sup> O TRABALHO Escravo Reinventado pelo Capitalismo Contemporâneo. Entrevista especial com Leonardo Sakamoto. *Instituto Humanitas Unisinos*, 28 de novembro de 2007. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/11011-o-trabalho-escravo-reinventado-pelo-capitalismo-contemporaneo-entrevista-especial-com-leonardo-sakamoto>>. Acesso em: 16/02/2022.

Nesta mesma lógica, o capitalismo se apropria do trabalho feminino como parte de uma estrutura política e econômica deste sistema de exploração, e a inserção das mulheres no mundo do trabalho, à princípio, se traduz nesta mão de obra, considerada barata no mercado produtivo. E, a conquista de maiores direitos políticos e igualdade salarial para elas, representaria uma perda para os capitalistas, sendo que, o machismo colabora para justificar os salários mais baixos.

(...) a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas é parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho. (...) o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho.<sup>147</sup>

Essa desigualdade, impele as mulheres à constante luta pela sua emancipação, por direitos a melhores condições de vida. Esta luta está situada em um campo de disputas. E, entender este campo de disputas, é fundamental para compreender porque o golpe de 2016 envolve uma dimensão machista. Para melhor entender o que representa este campo de disputas, farei um breve esclarecimento.

Já se falou tanto sobre isso, mas ainda não conseguimos superar esses problemas. As várias crises continuam sendo uma das principais contradições desse sistema, sem que fossem extintas as inquietações acerca do assunto em questão. Portanto, é importante compreender que o feminismo se empenha pela democracia e está em consonância com a luta por um mundo mais igualitário, democrático, plural e ecológico<sup>148</sup>.

Pierre Bourdieu<sup>149</sup>, que, dentre suas publicações, escreveu *A Dominação Masculina*<sup>150</sup>, apesar de ter sido criticado por seu destaque unilateral na assimilação da dominação masculina pelas próprias mulheres, pela omissão à perspectiva da resistência da luta feminista e a desconsideração dos estudos sobre gênero e a teoria feminista, não obstante, em seu estudo

<sup>147</sup> ANTUNES, Ricardo L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 109.

<sup>148</sup> TIBURI, Márcia. Feminismo e democracia. *Revista Cult*, 18 de março de 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-e-democracia/>>. Acesso em: 02/06/2021.

<sup>149</sup> Filósofo por formação, desenvolveu importantes trabalhos de etnologia, antropologia, e conceitos de profunda relevância no campo da sociologia, como *habitus*, campo de luta e capital social. Sua obra é extensa e abrangente, com contribuição para diversas áreas do conhecimento, especialmente na educação e cultura.

<sup>150</sup> BOURDIEU, Pierre; KÜHNER, Maria Helena (Trad.). *A dominação masculina*. 11ª Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

sobre a teoria<sup>151</sup> dos campos<sup>152</sup>, *habitus*<sup>153</sup> e capital social<sup>154</sup> pode ser considerado relevante para compreendermos a dimensão do campo de lutas do feminismo no processo do golpe.

De acordo com a sua teoria, o campo é um constante e dinâmico espaço de lutas, disputas, contradições e transformações. Esta luta é feita de maneira diacrônica e com estratégias, que não são necessariamente conscientes para os agentes. Esta concepção não é dissonante das teorias de luta de classes e dialética de Karl Marx. Para Bourdieu:

O campo é caracterizado pelas relações de força resultantes das lutas internas e pelas estratégias em uso. Sejam estratégias defensivas ou subversivas. Mas, também, pelas pressões externas. Os campos se interpenetram, se inter-relacionam. Por exemplo, o campo escolar e o campo social são distintos, mas não independentes. Do campo escolar, que é orientado para a sua própria reprodução, emanam os trabalhadores, os intelectuais, os agentes do campo social, com as suas orientações particulares<sup>155</sup>.

Dessa forma, poderíamos considerar que o golpe de 2016 possui vários campos, e, a dimensão machista seria um dos campos situado na luta entre o machismo, identificado nos principais propagadores do golpe, e o feminismo, identificado, fundamentalmente, no movimento de resistência. Isto não estaria em dissonância com os outros campos, em que esta disputa foi construída, como o campo econômico, por exemplo, já que, de acordo com Bourdieu, a noção de campo pode ser aplicada universalmente.

E, de acordo com este campo em disputa, temos os/as agentes sociais e suas estratégias, seus objetivos, conquistas e resistência. As/os agentes sociais do feminismo construíram sua luta ao longo de um extenso percurso com estratégias próprias e específicas. Dentre as estratégias, temos a luta formal e informal. No campo informal temos os movimentos sociais de luta das mulheres, que exercem pressão por mais direitos, e, dentre as estratégias formais

<sup>151</sup> THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*. 2006, v. 40, n° 1, 2006, p. 27-53. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>>. Acesso em: 16/02/2022.

<sup>152</sup> Os campos, por sua vez, é o espaço comum de concorrência entre os agentes sociais que possuem interesses diferentes. Eles estão situados em lugares pré-fixados em função da hierárquica e desigual distribuição dos recursos, que gera diferentes posições na estrutura social. O conceito de campo refere-se a todos os espaços onde se desenvolvem relações de poder. É aplicável a todos os domínios da vida social, tais como a educação, a cultura, a ciência, a literatura, a economia, a política, etc.

<sup>153</sup> O *habitus* é um sistema de repertórios de modos de pensar, gostos, comportamentos, estilos de vida, herdado da família e reforçado na escola. É a articulação dos capitais econômico, cultural, social e simbólico que confere a determinados grupos alta posição na hierarquia social.

<sup>154</sup> Para Bourdieu, a estrutura social é um sistema hierárquico em que os diversos arranjos interdependentes de poder material e simbólico determinam a posição social ocupada por cada grupo. O poder tem múltiplas fontes, por isso, a influência que um determinado grupo exerce sobre os demais é fruto da articulação entre elas: capital financeiro, capital cultural, capital social e capital simbólico. A cada um desses, Bourdieu chama de capital, pois representam a capitalização de um ativo importante para ter-se uma posição de destaque em determinada sociedade e contexto histórico. A distribuição desigual desses poderes, que também podemos chamar de recursos, consolida e reproduz a hierarquia social ao longo do tempo.

<sup>155</sup> BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

temos a disputa eleitoral das mulheres pelo parlamento e as políticas sociais criadas e aplicadas para as mulheres. Neste sentido, a luta feminista vem avançando. Nesta perspectiva, podemos considerar que Dilma, enquanto mulher, se insere, também, no campo do feminismo, inclusive, reivindicando esta pauta. Sendo este, um ponto forte da sua luta, visto que, ela simbolizava a mulher no mais alto cargo de poder da nação.

O pioneirismo de Dilma, enquanto a primeira mulher presidenta do Brasil, representa um marco histórico e uma glória para o PT. Glória que, teoricamente, não pode ser revertida, já que, não se pode voltar atrás. Obviamente, não é apenas essa a conquista do PT, mas, sem dúvida é uma grande vitória simbólica deste partido no campo das lutas (capital simbólico<sup>156</sup>). Portanto, não é de se estranhar que esta luta tenha sido extremamente atacada pelos golpistas, porque consideraram o “calcanhar de Aquiles” da presidenta. Por isso, atacaram um dos seus principais campos de força e atuação, um dos seus pilares centrais, sua referência de base, enquanto mulher e feminista.

Reforçando nossa posição defendida ao longo do trabalho significa dizer que acreditar que o golpe de 2016 “não” envolve a dimensão machista, ou que envolve “apenas” a dimensão machista é desmerecer a luta das mulheres. É não identificar este movimento como algo relevante no campo das disputas políticas, inclusive, na chegada de Dilma Rousseff ao cargo da presidência. É não perceber que o movimento feminista foi responsável, até mesmo, por existir mulheres na política, e desacreditar que as elas são agentes transformadoras que influenciam politicamente. Mesmo que, as outras dimensões também as afetem, como a dimensão econômica, por exemplo. Em outras palavras, dizer que o golpe está situado apenas na dimensão do machismo é o mesmo que acreditar que as mulheres não reagem, que não se defendem, o que não é verdade. Mas, ao mesmo tempo, negar a dimensão machista é omitir a luta e resistência das mulheres, que, para elas, é imensamente árdua, tenaz e audaz.

Uma das caríssimas pautas das mulheres, por exemplo, é a descriminalização do aborto<sup>157</sup>. Defender esta pauta é lutar pela emancipação das mulheres e pelos direitos reprodutivos, pelo planejamento familiar, dentre outros, já que, numa sociedade patriarcal, as mulheres não têm direito de definir os rumos de sua própria vida, e o fardo mais pesado da maternidade fica a cargo delas. Assim, esta disputa gira em torno de adeptos de grupos, a

---

<sup>156</sup> *Ibidem*.

<sup>157</sup> PIMENTEL, Silvia; VILLELA, Wilza. Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil. *Cien. Culto*, São Paulo, v. 64, nº 2, pág. 20 e 21 de junho de 2012. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252012000200010&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01/02/2022.

maioria religiosos, que querem decidir pelas mulheres se elas vão ou não reproduzir, criminalizando e estereotipando as mulheres que não cumprem este papel.

Desse modo, não foi à ao acaso que Eduardo Cunha promoveu uma ofensiva contra o movimento feminista em 21 de outubro de 2015, através da aprovação do Projeto de Lei, PL 5.069/13 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados<sup>158</sup>. Isto gerou o descontentamento do movimento feminista, já que, o referido projeto restringia o atendimento médico a mulheres vítimas de estupro e dificultava a descriminalização do aborto. Alguns dias depois<sup>159</sup>, o movimento de resistência das mulheres foi às ruas contra a aprovação deste projeto<sup>160</sup>.

Neste mesmo período, Eduardo Cunha, estava sendo pressionado pela Operação Lava Jato e, no dia 03 de novembro, o Conselho de Ética da Câmara instaurou um processo para investigar a quebra de decoro parlamentar contra o então presidente da Câmara, devido a contas bancárias secretas na Suíça<sup>161</sup>. Neste momento, percebemos que as bases do Partido dos Trabalhadores, acabaram influenciando na decisão do partido em votar a favor do processo contra Cunha. E, entre as suas bases, obviamente, encontra-se também o movimento de mulheres.

Os petistas Valmir Prascidelli (SP), Léo de Brito (AC) e Zé Geraldo (PA) informaram aos jornalistas que a decisão foi tomada em conjunto com representantes das bancadas da Câmara e do Senado. “Estávamos quase votando a favor do voto em separado que pedia uma condenação mais branda para o investigado. Mas conversamos com nossas bases para saber qual era o sentimento de todos e notamos que a maioria gostaria que o Cunha fosse investigado conforme o relatório do Fausto Pinato”, ponderou Geraldo.<sup>162</sup>

Contudo, não se pode interpretar equivocadamente, nem tampouco dizer, de forma nenhuma, que o movimento de mulheres foi responsável pelo golpe contra Dilma. Muito pelo contrário! A vingança, o ódio e a misoginia de Cunha e dos setores ultraconservadores contra as mulheres e o PT, foram alguns dos fatores que igualmente influenciaram e representaram

<sup>158</sup> ROSSI, Marina. Ofensiva na Câmara para complicar atendimento a vítima de abuso sexual. *El País*, 22 de outubro de 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/23/politica/1445557952\\_906110.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/23/politica/1445557952_906110.html)>. Acesso em: 27/01/2022.

<sup>159</sup> No dia 31 de outubro de 2015.

<sup>160</sup> MARTÍN, María; ROSSI, Marina. Mulheres protestam contra Cunha pela terceira vez em duas semanas. *El País*, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/politica/1447346906\\_965515.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/politica/1447346906_965515.html)>. Acesso em: 27/01/2022.

<sup>161</sup> PASSARINHO, Nathalia. Conselho de Ética instaura processo para investigar Eduardo Cunha. *GI*, 03 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/conselho-de-etica-instaura-processo-para-investigar-eduardo-cunha.html>>. Acesso em: 27/01/2022.

<sup>162</sup> BENITES, Afonso. PT sob pressão decide apoiar processo contra Cunha, mas votação é adiada. *El País*, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449065059\\_909942.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449065059_909942.html)>. Acesso em: 01/02/2022.

um aspecto crucial na tomada de decisões do parlamentar em aceitar o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma.

## 2.2. IMPRENSA, MÍDIA E MACHISMO: A MISOGINIA COMO ARMA POLÍTICA

A imprensa oficial brasileira também teve um papel importante na construção misógina da imagem da presidenta Dilma no período do golpe. Vimos reportagens e capas de revistas de grande circulação com esta perspectiva, a exemplo das revistas IstoÉ e Veja. Observem imagens das duas reportagens:

Figura 1: Foto da Capa da IstoÉ



Fonte: IstoÉ, 01 de abril de 2016.

Figura 2: Foto da Reportagem da Veja



Fonte: Veja, 18 de abril de 2016.

Um dia após a votação na Câmara dos Deputados do prosseguimento do processo de *impeachment* de Dilma ao Senado<sup>163</sup>, a revista Veja lançou essa reportagem com o título, *Marcela Temer, Bela recatada e do Lar*. Qual seria a intenção, em que constam as entrelinhas desta reportagem? Mas, antes da discussão, é importante saber que o “mito da beleza”, muitas vezes é usado contra as mulheres. “A reação contemporânea é tão violenta, porque a ideologia

<sup>163</sup> O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016 e teve como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. Fonte: *Agência Senado*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 09/05/2021.

da beleza é a última das antigas ideologias femininas que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis.”<sup>164</sup> Em seu livro, Naomi Wolf utiliza-se de dados estatísticos para revelar como o culto à imagem da “bela fêmea” prejudica as conquistas das mulheres.

Neste caso, a revista *Veja* veiculou a matéria em abril, em que anunciou Marcela Temer como a primeira-dama. E, apesar da votação do *impeachment* ter sido totalmente encerrada apenas em 31 de agosto de 2016, Dilma já havia sido afastada do cargo. A redação da matéria, que, aparentemente, é inofensiva, na verdade, está carregada de sentido sexista e classista. No texto, Marcela Temer assume uma posição de “modelo de mulher ideal” a ser seguido, retratada como: aquela que não reclama, que não se insubordina, mas sim, assume uma personagem de “enfeite”, que aceita, passivamente, a conduta sexista<sup>165</sup> de “mulher do lar”, imposta pela sociedade, trazendo também, uma forte noção de objetificação<sup>166</sup>.

Tem uma pergunta bem séria que precisamos responder antes de mais nada. Por que a mulher de Temer aparece agora nesse momento de caos político? Ora, porque esse é o momento do golpe de Temer, Cunha e vários outros políticos e organizações, contra Dilma. (...) E como o jogo político é também estético, nada melhor do que tentar melhorar a imagem do vice-presidente-golpista. O que se quer, portanto, com o perfil que usou os adjetivos “bela, recatada e do lar” como qualificação da esposa de Temer? Seguindo a lógica da especulação política sobre a mulher dos homens, Marcela Temer, seguindo um padrão antigo, serviu de ideal de mulher, de ideal de primeira dama. É muito perigoso quando tentam transformar alguém em “ideal”. Evidentemente, Marcela aparece como um capital político nesse momento, para o desbotado vice-presidente. Usa-se Marcela, mulher de Temer, em primeiro lugar para tentar melhorar a imagem do vice-presidente. Ao se dizer que ela é “bela, recatada e do lar”, o que para muita gente pode significar, inexpressiva e sem graça, como fica manifesto nas redes sociais hoje em dia, quer-se dizer que o vice-presidente também tem algo de “belo” e de “recatado”, quem sabe um “decoro e, como não se pode dizer que seja “do lar”, quer-se dizer que é um homem de família.<sup>167</sup>

A princípio, é importante destacar que existe uma imensa maioria de mulheres que não se encaixam nesses padrões perpetrados por esta reportagem da revista. Afinal, quantas mulheres na sociedade brasileira têm condições de ter os mesmos privilégios de Michela?

Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em

<sup>164</sup> WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 13.

<sup>165</sup> Postura que rotula e predetermina o lugar social das pessoas através do sexo, por exemplo, dizer que toda mulher é dócil e que todo homem é forte.

<sup>166</sup> É importante entender que, a intenção do debate não é afrontar as mulheres que assumem e querem continuar neste papel, mas sim, apontar a afronta às mulheres que não querem, e não precisam aceitar.

<sup>167</sup> TIBURI, Márcia. A mulher de César e a mulher de Temer. *Revista Cult*. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mulher-de-cesar-e-mulher-de-temer/>>. Acesso em: 04/05/2021.

São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família. (...) Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele). (...) “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”.<sup>168</sup>

Como se percebe, a imagem de Marcela Temer divulgada pela revista *Veja* é da mulher dócil e submissa voltada apenas para os afazeres domésticos, uma mulher recatada e bonita. Nesse sentido, o aspecto da beleza de Marcela, ressaltado pela revista, tem também um teor racista, visto que, a ex-primeira-dama é uma mulher loira, tipicamente caucasiana. Esta missiva deixa a entender o ponto de vista editorial da *Veja* acerca do ideal das mulheres, projetado na sociedade patriarcal, de origem colonial e escravagista, em que, as mulheres brancas e recatadas serviam para casar e as escravas, eram estupradas pelos seus senhores.

A prática do estupro, essa violência bárbara contra as mulheres, persiste dramaticamente nos dias atuais. De outro lado, a violência sexual e a mercantilização do corpo das mulheres é um conteúdo comum e corrente das redes privadas de rádio e televisão, por meio de publicidades, novelas, noticiários, programas humorísticos e outros.<sup>169</sup>

Assim, percebe-se um posicionamento sexista e misógino da revista. Ao estabelecer a separação entre “mulher do lar”, pressupõe-se que algumas não são. E estipula padrões ideais de comportamentos a serem seguidos pelas mulheres. O que chamamos de sexismo contraria a luta feminista secular por igualdade de direitos e participação na sociedade. Este discurso repercute na sociedade ao despertar a repulsa e a reprovação aos padrões de comportamento opostos aos veiculados. Esta repulsa é o que chamamos de misoginia. Um mês após esta publicação:

A senadora Regina Sousa (...) foi alvo de dupla violência: racismo e misoginia. O apresentador Danilo Gentili comentou no Twitter que a senadora parecia a “tia do café”. “Recebi isso porque não caibo na moldura esperada de uma senadora por conta do meu biotipo, pelo meu cabelo ‘pixaim’. Eles acham que eu tenho que alisar. Foi um comentário muito infeliz. Tenho muito carinho pelas mulheres que servem café no Senado”, afirmou ela, que chegou a entrar com processo contra o apresentador. “Não sei se vai dar em alguma coisa porque a justiça é racista e machista. O que eu queria mesmo é que mudasse o comportamento das pessoas e que esse episódio as levassem a refletir sobre isso.”<sup>170</sup>

<sup>168</sup> LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”: A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice. *Veja*. 18 de abril de 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 04/05/2021.

<sup>169</sup> ÁVILA, *op. cit.*, 2016.

<sup>170</sup> BASTOS, *op. cit.*, 2016.

Tanto que o assunto causou furor entre as feministas, que lutaram por gerações pelo direito ao trabalho, a educação, a valorização profissional, liberdade ao seu corpo, de atuação na política e o direito de ir e vir, enquanto pessoas independentes e autônomas.

Uma matéria do G1 registra que, este texto da revista Veja, “em questão de horas, provocou um tsunami de *posts* no *Facebook* criados por mulheres em tom de crítica à reportagem. Começaram, então, a pipocar pela *timeline*, fotos de mulheres no bar, na pista de dança, bebendo com as amigas, sendo o que querem ser.”<sup>171</sup> Vejam alguns destes *posts*<sup>172</sup>:

**Figura 3:** Print Bela, Recatada e da Balada



Fonte: Página do Facebook, 2016.

**Figura 4:** Print Nós é Bela, Mas é Cada Virote que Nós Dá



Fonte: Página do Facebook, 2016.

**Figura 5:** Print Protesto Bela Recatada e Do Lar



Fonte: Página do Facebook, 2016.

**Figura 6:** Print De Onde Ela Quiser

Bela, recatada, preta, mãe solteira, umbandista, universitária (e bolsista do Prouni), jornalista de nascença e abusada (pq não sou obrigada), do lar, do bar, do mar e de onde eu quiser!



Fonte: Página do Facebook, 2016.

<sup>171</sup> WILLMERSDORF, Pedro. ‘Bela, recatada e do lar’: campanha na web ironiza perfil de Marcela Temer em revista. *G1*, 20 de abril de 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/bela-recatada-do-lar-campanha-na-web-ironiza-perfil-de-marcela-temer-em-revista-19131206.html>>. Acesso em: 28/06/2021.

<sup>172</sup> BELA, Recatada e do Lar. *Página do Facebook*, 2016. Disponível em: <[https://mobile.facebook.com/Belarecatada-e-do-lar-745592922141462/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://mobile.facebook.com/Belarecatada-e-do-lar-745592922141462/?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 16/02/2022.

É certo que, as feministas afirmam que o “lugar da mulher é onde ela quiser”. Mas, se levarmos em conta que o machismo é estrutural, a opinião pública conta muito para o rompimento ou a perpetuação destes padrões sociais, calcados unicamente no poder masculino. Estes padrões marginalizam as famílias que não são constituídas pelo paradigma da denominada família “burguesa”, que seria concebida somente por um pai e uma mãe.

Durante a votação do processo contra Dilma Rousseff, por exemplo:

(...) chamou a atenção o número de deputados que disseram votar em defesa dos valores da família. Na justificativa de seus votos, os parlamentares empregaram a palavra “família” 136 vezes, mais do que o dobro de citações à palavra “corrupção”, mencionada – 65 vezes. “Essa defesa da família retoma um discurso conservador que funciona como uma espécie de chamada às mulheres para retomar o seu lugar convencional, que é o espaço doméstico. No pensamento conservador, quem vai cuidar dos idosos e das crianças se as mulheres estão ocupando posições políticas?”, questiona Biroli<sup>173</sup>. “Uma das questões que hoje faz parte da investida conservadora é impedir a discussão de gênero nas escolas, justamente um debate que pode romper estereótipos. Essa também é para mim uma forma de violência política.”<sup>174</sup>

Portanto, mesmo que haja comemoração quando algumas poucas mulheres são eleitas, elas ainda continuam sendo vítimas de uma visão machista também na política. O que pode ser considerado reflexo da sociedade que as elege. A elas é negado o direito de fala, e, portanto, são silenciadas por homens que acreditam ter sempre a razão, e o direito à voz acima delas. Não é difícil perceber que a presença e a palavra das mulheres é bem menos ouvida, na maioria das vezes. A forte presença masculina durante a votação do *impeachment* evidencia este argumento, em que o desrespeito às falas das deputadas foi marcante. Normalmente, esses homens são brancos e privilegiados, que sempre estiveram à frente das discussões políticas segregando as mulheres que estão fora destes padrões. Neles, Dilma Rousseff não se encaixa, visto que,

Está longe de ser a “bela, recatada e do lar” que, conforme vimos na mídia golpista, se pode ter à cama nos tempos do machismo narcísico e impotente. Contra isso, revistas tentaram fazê-la passar por louca, má, agressiva, doente. Manipulações da imagem fazem parte da era do espetáculo político. (...) É a ideologia patriarcal que constrói a ideologia da maternidade, a ideologia da sensualidade e a ideologia da beleza que homens, sobretudo os brancos, tanto quanto as igrejas, os partidos, a publicidade, a mídia e a sociedade civil de um modo geral jogam sobre as mulheres sempre renovando, pela violência simbólica e estrutural, a alienação de suas vidas e corpos como se faz há milênios. (...) Mulheres, como outros trabalhadores, são oprimidas e seduzidas para que não pensem e não ajam de modo a desconstruir o que está muito bem guardado por conservadores. Dilma Rousseff foi confrontada a todo momento com aqueles quesitos do jogo de linguagem misógino que sustenta a ideologia machista às vezes de um modo mais velado, às vezes de um modo mais escancarado, como acontece com todas as mulheres que chegam ao poder. (...) Imaginem o que deve ser chegar ao poder quanto tantos inelegíveis tem você na mira de suas armas e quando a maledicência é uma arma

<sup>173</sup> Flávia Biroli professora da UnB em um estudo recente sobre violência política.

<sup>174</sup> BASTOS, *op. cit.*, 2016.

poderosa nos tempos midiáticos, em que televisão e redes sociais elevam o verbal e o discursivo ao mais importante de todos os capitais.<sup>175</sup>

Assim, percebe-se que a imprensa cria uma imagem<sup>176</sup> idealizada de Marcela Temer, ao mesmo tempo em que elabora uma imagem negativa de Dilma, como a exemplo da revista *IstoÉ*, que havia publicado uma reportagem em 1º de abril de 2016, intitulada *Uma presidente fora de si*<sup>177</sup>. A reportagem da revista *IstoÉ* exibia uma imagem de Dilma raivosa e desequilibrada emocionalmente, ao fazer uma discrepante comparação com “Maria, a louca”.

Assim, o machismo, o sexismo e a misoginia foram usados como arcabouço, em uma espécie de arma política para o golpe contra Dilma Rousseff. Utilizando a persuasão dos segmentos ultraconservadores, ultraliberais e reacionários, através da imprensa, como também das mídias, tais quais, o *Facebook*, o *WhatsApp*, o *Twitter*, dentre outros.

Poderia evidenciar vários exemplos como esses, mas não é necessário, porque existem estudos da área de comunicação, como os de Perla Haydee e Bárbara Nunes, que abordam este aspecto da mídia de forma mais específica, em relação à misoginia contra Dilma ao longo deste processo. E, a partir da leitura de tais estudos, pode-se avançar na busca pela compreensão mais ampla da dimensão machista no golpe<sup>178</sup>.

O uso das mídias e da imprensa como fonte pelo/a historiador/a tem crescido cada vez mais. Porém, é importante salientar que, diferentemente do que dizem os/as propagadores/as das *fake news*, este uso científico é acompanhado de fundamento teórico e metodológico. Sendo que, o uso da imprensa varia em sua metodologia de pesquisa, levando-se em conta o recorte, as problemáticas, o objeto de pesquisa e sua abordagem.

Não obstante, os periódicos, assim como quaisquer fontes históricas, devem ser usados de forma crítica pelo/a historiador/a. Não devemos descartá-lo como fonte, mas tampouco tratá-lo como a verdade absoluta, pois, ele é a representação do pensamento de determinados grupos e seus respectivos interesses. Por isso, é importante que não se estude os periódicos de maneira isolada, sendo que o contraponto com outras fontes é fundamental.

A imprensa possui sua própria pluralidade de posicionamentos, que, nem sempre são convergentes, e o que está escrito nele, não pode ser considerado totalmente fidedigno. Por

<sup>175</sup> TIBURI, *op. cit.*, 2016.

<sup>176</sup> PREARO-LIMA, Rafael; IÓRIO, Patrícia Silvestre Leite Di. Bela, panaforzada e do lar: reflexões sobre um caso de aforização. *Linguagem em (Dis)curso*. 2017, v. 17, nº 03, p. 381-398. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-4017-170306-2417>>. Acesso em: 02/02/2022.

<sup>177</sup> PARDELLAS, Sergio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si, 2016. *IstoÉ*. 01 de Abril de 2016. Disponível em: <[http://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/)>. Acesso em: 14/05/2021.

<sup>178</sup> *Op. cit.*, 2019.

vezes, ocorre o equívoco de acreditar que a pesquisa a imprensa dará uma noção global do contexto pesquisado, ou então, realiza-se uma pesquisa com resultados pré-concebidos.

A partir da sua experiência trabalhando no *The Times*, Robert Darnton escreve no capítulo *Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica*, em que faz um estudo crítico da composição de um periódico. A partir desse texto, é possível ter uma boa noção da estrutura jornalística, a relação entre redatores, editores e repórteres, a hierarquização de poder por editoriais, a questão da manipulação das reportagens, a relação entre o repórter e suas fontes, bem como, as divergências presentes em uma sala de redação.

Igualmente, é importante levarmos em conta, o contexto político e social de cada reportagem que se localiza em um tempo histórico. A análise política é diferente, por exemplo, entre jornais alternativos, político-partidários e contestatórios e a mídia considerada “da ordem vigente”. E, também, variantes podem afetar a edição de um jornal, tais como, a censura, ou até mesmo, crises políticas e econômicas.

A imprensa contém a defesa de interesses e posicionamentos políticos, de grupos econômicos, ou mesmo de uma causa social, que por vezes expressam a pressão e a preferência do público por determinados conteúdos. Ela também pode representar interesses de governantes, grupos financeiros e anunciantes. Muitas vezes, esses interesses estão disfarçados em anúncios publicitários, dentre outros, e, por isso, a análise deve ser cuidadosa. O próprio jornalismo representa as classes de leitores e mostra sua relação de poder. Sendo fundamental compreender qual público o jornal pretende atingir. Neste sentido, além de estar atento aos elementos objetivos e subjetivos, o/a historiador/a também deve observar os interesses da própria revista, jornal, como a tendência editorial adotada, dentre outros aspectos. Muitas vezes, o/a próprio/a jornalista seleciona o objeto que quer transmitir com a sua visão de mundo, e interpreta, à sua própria maneira, sendo que, a reportagem, matéria etc., ainda pode sofrer alterações da redação. Por isso, é fundamental os questionamentos das fontes jornalísticas, assim como nas demais fontes.

O/a historiador/a pode extrair os elementos relevantes de determinado acontecimento para a sua pesquisa, mas, é importante compreender, que, esses elementos são selecionados e fabricados pela revista, jornal etc. Por conseguinte, fazer a análise do discurso é imprescindível. Dessa forma, o/a historiador/a constrói a sua narrativa, que pode ou não ser diferente daquela do/a jornalista. Quase todos consomem os produtos da comunicação de massa, por diversas razões, tais como a informação e entretenimento. É particularmente evidente que o que se sabe sobre assuntos de interesse público, depende enormemente do que dizem os desses veículos. Somos muito influenciados pela imprensa, jornalismo e mídias variadas. Sendo assim, a análise

da imprensa, como fonte de pesquisa, não pode ser realizada de forma isolada do contexto social ao qual está inserida, mas sim, representa, fundamentalmente, um instrumento de difusão de determinadas ideias e posicionamentos, promovendo, constantemente, a intervenção da opinião pública e na vida das pessoas.

É importante saber que,

As redes privadas de televisão do país, que tanto investiram e continuam investindo para que aconteça a ruptura da legalidade democrática, obviamente para favorecê-las como corporações, dedicaram todo seu potencial para alienar e mascarar o significado do que estava de fato acontecendo. Mas a situação se mostrou tão grotesca que todos os truques utilizados, para produzir os enganos, se mostraram inúteis. No primeiro momento veio a perplexidade e, em seguida, a indignação, a crítica e o repúdio apareceram por toda parte, no país e no exterior, nas ruas, nos campos, nas redes sociais, em todas as formas de expressão e em todas as dimensões.<sup>179</sup>

Assim, desde a campanha eleitoral de 2014, o campo político das forças ultraconservadoras utiliza expressões misóginas como arma de confronto validadas pela imprensa. Após Dilma Rousseff ter sido eleita, essas forças, “inconformadas com a derrota e desrespeitando as regras do processo democrático eleitoral, intensificaram os ataques e utilizaram de maneira recorrente todas as formas de preconceitos contra as mulheres na política” e mecanismos de violência e desqualificação pessoal contra Dilma.

A violência contra as mulheres no Brasil é de alta intensidade e se constitui como uma das questões mais emblemáticas da persistência do poder patriarcal no país. No plano simbólico a violência sexista é utilizada como um elemento de desqualificação política e como ameaça para todas as mulheres. Mesmo quando se dirige a uma mulher específica ou a mulheres que exercem cargos de poder, essa violência simbólica, necessariamente, atinge todas as mulheres. No plano político, a violência sexista tem sido utilizada, permanentemente, como uma arma contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, mostrando, dessa forma, que o machismo é um elemento central para uma forma de disputa política baseada na truculência e na ausência de princípios éticos.<sup>180</sup>

Obviamente, a violência sexista atinge as mulheres de um modo geral, inclusive, as mulheres trans. Ao predeterminar padrões de comportamento exclusivos para homens e mulheres, como no caso do sexismo tradicional ou oposicional.

Como a discriminação antitrans está mergulhada no sexismo tradicional, não basta os ativistas trans apenas desafiarem as normas binárias de gênero (ou seja, o sexismo oposicional) – nós devemos também desafiar a ideia de que a feminilidade é inferior à masculinidade e que o feminino é inferior ao masculino. Em outras palavras, necessariamente, o ativismo trans deve ser em sua essência um movimento feminista.<sup>181</sup>

<sup>179</sup> ÁVILA, *op. cit.*, 2016.

<sup>180</sup> *Ibidem*.

<sup>181</sup> SERANO, Julia. Manifesto da Mulher Trans. *Geledés*, 1º de setembro de 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/manifesto-da-mulher-trans/>>. Acesso em: 03/02/2022.

Assim, a violência sexista é espelhada na sociedade. A título de exemplo, por volta dos anos 2000, a militar Maria Luiza da Silva<sup>182</sup> foi aposentada, compulsoriamente, da Força Aérea Brasileira (FAB) por ser considerada “incapaz”. Entretanto, ela tinha um currículo exemplar e não possuía nada que a caracterizasse como tal. O que diferenciava Maria Luiza era que ela era a primeira mulher transexual da FAB. Em 2019 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou um Atlas da Violência, em que consta que, os homicídios contra a população negra, sobretudo de jovens negros, mulheres e LGBTQAI+ havia aumentado muito. Entre 2012 e 2017, o número de mulheres mortas por arma de fogo na residência cresceu 28,7%. Somente entre 2016 e 2017, o número de notificações de violência contra homossexuais e bissexuais cresceu 127%. Sendo que, o homicídio das mulheres negras haviam aumentado em cerca de 29,9% entre 2007 e 2017. Veja o atlas da violência na página a seguir:

---

<sup>182</sup> LEITE, Hellen. Caso Maria Luiza chega ao fim após 20 anos de disputa judicial com a FAB. *Correio Braziliense*, 29 de maio de 2020. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/05/29/interna\\_cidadesdf.859398/caso-maria-luiza-chega-ao-fim-apos-20-anos-com-a-fab.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/05/29/interna_cidadesdf.859398/caso-maria-luiza-chega-ao-fim-apos-20-anos-com-a-fab.shtml)>. Acesso em: 03/02/2022.

## Atlas da Violência 2019



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Estatística (IPEA). Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34784&catid=406&Itemid=432](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&catid=406&Itemid=432)>. Acesso em: 20/02/2022.

### 2.3. O MACHISMO E O SEXISMO DIANTE DO GOLPE DE 2016

O mundo contemporâneo exige que tenhamos conhecimento sobre a diversidade de olhares nele existentes, e sobre as conexões presentes nas relações sociais, políticas, econômicas, religiosas, culturais, dentre outros. E a análise do objeto na pesquisa histórica exige do/a pesquisador/a certa flexibilidade para compreender, que a mesma, não se encontra isolada, nem se apresenta de forma estanque no seio social, mas se espalha pelo tecido social, estabelecendo relações que precisam ser consideradas na investigação.

Portanto, não cabem mais formas ultrapassadas de preconceito e intolerância às discussões de gênero e diversidade, para que possamos, inclusive, cultivar a cultura do diálogo intelectual em contraposição à simples imposição de ideias. Neste sentido, é importante também compreender que o/a historiador/a possui um lugar social de fala.

O objetivo deste estudo é continuar ressaltando a necessidade de estabelecermos conexões necessárias na compreensão da crise política de 2016, enquanto um golpe parlamentar, jurídico e midiático, em que, a elite não suportava ver o que simbolizava o governo Dilma, “a primeira mulher na presidência do Brasil”, à qual se propunha representar a parcela da classe trabalhadora e das camadas oprimidas e não apenas os setores empresariais. Outro incômodo destes setores é o fato de Dilma ser considerada, por esta mesma elite, como uma “ex-guerrilheira”.

Ademais, apesar do governo do PT não ter sido socialista, essa elite não apeteceu, nem mesmo as políticas afirmativas e assistenciais mínimas, promovidas por aquele governo, no que se refere ao programa político deste partido, o qual visava melhorar um pouco as condições de vida destas camadas oprimidas, e, obviamente, das mulheres. Por isso, analisar a destituição de Dilma Rousseff na sua dimensão machista e sexista, é fundamental para entendermos o que representou esta crise política no Brasil.

Segundo o recente estudo da área de comunicação realizado por Perla Haydee da Silva, o machismo na política, mesmo estando mascarado e disfarçado, se projeta de uma maneira bem concreta, e afeta, diretamente ou indiretamente, as mulheres na vida pública<sup>183</sup>. Mediante insinuações misóginas por parte dos agressores, que se perpetuam no poder, na propagação de falas ofensivas, no silenciamento, na difusão de opiniões preconceituosas, mentiras irresponsáveis, difamações, injúrias, calúnias, brincadeiras inoportunas, assédio moral ou sexual, ironias hostis, deboches e chacotas, etc. Posturas que não condizem com uma discussão política qualificada na referência às mulheres, mas, ainda assim, circulam entre os políticos, a imprensa oficial, mídias variadas da internet, assuntos cotidianos e atividades políticas diversas, perpetuando juízos de valores discriminatórios, que constroem e segregam as mulheres nos espaços públicos.

O reflexo disto é a violência perpetrada no dia a dia das mulheres, revelada e consentida por grande parte da sociedade, que se expressa e se consuma nos discursos de ódio, como a exemplo dos comentários postados nas páginas de *Facebook* do grupo MBL<sup>184</sup> envolvendo a ex-presidenta. E que foram devidamente abordados por Perla Haydee<sup>185</sup>, no seu trabalho de pesquisa de doutorado, e por Bárbara Nunes Rodrigues<sup>186</sup>, na sua dissertação de mestrado, ambas da área da comunicação. Evidenciando uma linguagem sexista, que envolve discriminar,

---

<sup>183</sup> *Op. cit.*, 2019.

<sup>184</sup> Movimento Brasil Livre, que se consolida como um dos principais propulsores das manifestações anti-Dilma.

<sup>185</sup> DA SILVA, *op. cit.*, 2019.

<sup>186</sup> NUNES, Bárbara Rodrigues. *A imagem de Dilma Rousseff: a construção do estereótipo feminino na crise política*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, 2018.

estereotipar e marcar como desequilibrada e inadequada, a imagem das mulheres, que apresentam comportamentos, condutas e experiências de gênero, que fogem do que é socialmente decretado e aceito neste protótipo dos chamados ‘homens de bem’.

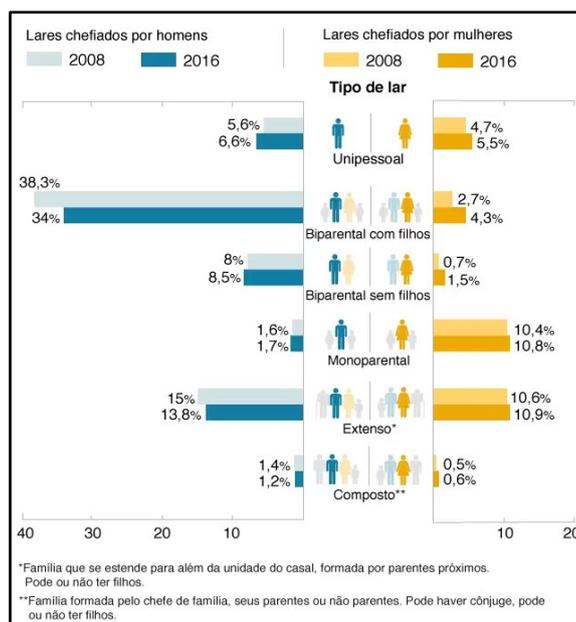
As concepções machistas e sexistas destes homens afetam a política. No dia 17 de setembro de 2018, o atual vice-presidente de Jair Bolsonaro, general Hamilton Mourão, que, naquela ocasião ainda era candidato, afirmou que “famílias pobres compostas apenas pela “mãe e a avó” são “fábricas de desajustados”, que tendem a “ingressar” no narcotráfico”<sup>187</sup>. São estes os homens poderosos que emergiram após a queda de Dilma.

É importante salientar que, pesquisas revelam que as famílias brasileiras são compostas, em sua grande maioria, pela pluralidade. Compete listar algumas delas:

(...) a seguir. São elas: Família ‘Tradicional’; União Estável; Família Homoafetiva; Família Paralela ou Simultânea; Família Poliafetiva; Família Monoparental; Família Parental ou Anaparental; Família Composta, Pluriparental ou Mosaico; Família Natural, Extensa ou Ampliada; Família Substituta; Família Eudemonista.<sup>188</sup>

Veja abaixo um gráfico acerca da chefia dos lares em toda a América Latina:

**Gráfico 1:** Lares Chefiados por Homens e Mulheres na América Latina, 2008-2016



Fonte: BBC News Brasil e BBC News de Londres. Gráfico elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977>>. Acesso em: 18/02/2022.

<sup>187</sup> CASA de Mãe Solteira é ‘Fábrica de Desajustados’, diz Mourão. IstoÉ. 18 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/casa-de-mae-solteira-e-fabrica-de-desajustados-diz-mourao/>>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>188</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias I. *Rev., Atual. e Ampl.*. 10ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Não obstante, acerca da família brasileira, a revista *Veja* publicou, em 2012, uma reportagem sobre o novo ‘perfil’ da família brasileira. Com a foto de um casal, marido, esposa filho e filha crescidos, todos vestidos com a camisa da seleção brasileira, e apresentou, nesta matéria, uma “mudança estrutural dos grupos familiares, da maior participação da mulher no mercado de trabalho, das baixas taxas de fecundidade e do envelhecimento da população.”<sup>189</sup>

**Figura 7:** Print da Reportagem da Revista *Veja*



Fonte: *Veja*, 17 de Outubro de 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/a-nova-familia-brasileira/>>. Acesso em: 28/06/2021.

Ao pesquisar este censo de 2010, em uma breve análise, percebe-se que “a chefia feminina na família aumentou cerca de 35%, de 22,9%, em 1995, para 30,6% em 2005. O crescimento foi maior em Santa Catarina (64,1%) e em Mato Grosso (58,8%). Além de ser mais expressiva entre as idosas (27,5%).”<sup>190</sup> Poderia se pensar que isto significa um avanço, se, na

<sup>189</sup> SILVA, Pollyane Lima; RITTO, Cecília. A nova família brasileira. *Veja*, 17 de outubro de 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/a-nova-familia-brasileira/>>. Acesso em: 28/06/2021.

<sup>190</sup> CENSO 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=774&t=ibge-detecta-mudancas-familia-brasileira.&view=noticia>>. Acesso em: 28/06/2021.

verdade, não se tratasse do aumento da sobrecarga de trabalho e exploração das mulheres. Assim, as discriminação pactuada pelo machismo e sexismo corroboram para baratear a mão de obra feminina, e, ainda mais, das mulheres negras e LGBTQIA+, em que se acrescentam a discriminação do racismo e da LGBTfobia.

Logo, é perceptível que, na verdade, este discurso machista e sexista não se trata meramente de excessos ou ignorância, como muitos/as afirmam.

Trata-se de um programa consequente com reforçar o patriarcado para aumentar a exploração de todos os trabalhadores, começando pelas mulheres a quem recai o trabalho doméstico não remunerado, além de ter que vender sua força de trabalho como a todos trabalhadores. (...) Pela primeira vez na história, as mulheres compõem, cerca de 50% da classe trabalhadora de todo mundo: o avanço das mulheres no mercado de trabalho se dá a duras penas. Presas ao trabalho doméstico, mulheres fazem dupla e até dupla jornada, ganham menos que os homens e as mulheres negras são jogadas para postos de trabalho ainda mais precarizados com o avanço da precarização que trouxe a Reforma Trabalhista de Temer. É em meio a este cenário, que Bolsonaro declarou que mulheres deveriam receber menos por engravidarem. Falso defensor da família e da vida, Bolsonaro se posiciona contrário à legalização do aborto por defender a “vida”, mas defende todo tipo de política machista contra as mulheres, inclusive de puni-las por serem mães.<sup>191</sup>

Isto posto, é legítimo constatar que o machismo é um fenômeno estrutural na sociedade capitalista<sup>192</sup>. Os estudos acerca da constituição do poder político, a partir das classificações de gênero, é algo relativamente recente e incomoda muita gente poderosa, uma vez que, estes direitos foram conquistados arduamente pelas lutas sociais na constituição de um campo de disputas, concretizados há pouco tempo, ao longo da história, principalmente, em decorrência das lutas feministas.

Em decorrência destes estudos, percebe-se que o poder político prevalece em torno de uma estrutura de hegemonia masculina, branca e burguesa, de modo a conceber que isto impele ao enfrentamento permanente das camadas oprimidas contra esta estrutura. Estas camadas oprimidas, são mantidas em uma posição subalternizada em relação às camadas dominantes, o que dificulta a participação destas primeiras nas esferas de poder. E o sexismo, ao partir do pressuposto de que as mulheres são inferiores, corroboram para que elas não consigam, efetivamente, alcançar estas esferas de poder.

Neste percurso, é importante compreender algumas discussões acerca do gênero e sua relação com o poder na sociedade, e como os variados indivíduos, defensores da hegemonia

---

<sup>191</sup> POR QUE o Machismo do Bolsonaro é útil aos Capitalistas?. *Esquerda Diário*, 31 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Por-que-o-machismo-do-Bolsonaro-e-util-aos-capitalistas>>. Acesso em: 05/08/2021.

<sup>192</sup> HINTZE, Helio. *Desnaturalização do Machismo Estrutural na Sociedade Brasileira*. São Paulo: Paco Editorial, 2020.

masculina, branca e burguesa, se interpõem de forma antagônica, de modo que, obriga a traçar o caminho para os conflitos sociais e a luta das mulheres.

Por conseguinte, podemos observar como se torna imprescindível subverter a ordem vigente, no sentido de estabelecer, antes de tudo, uma resistência democrática e inclusiva das mulheres na participação do poder, especialmente as mulheres negras, com deficiência e LGBTQIA+, por exemplo. Portanto, é simbólico que o golpe contra Dilma Rousseff tenha um caráter machista, pois, seu governo, até o momento, foi um dos que mais avançaram em algumas conquistas básicas e mínimas nos direitos das mulheres e na qualidade de vida delas no Brasil. Sobre estas conquistas serão abordados em seguida.

#### 2.4. AS POLÍTICAS SOCIAIS DO PT E AS MULHERES

Observamos que as leis e os programas sociais promovidos pelo PT durante seu governo, tais como, a Lei Maria da Penha, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Programa Bolsa Família, Vale Gás, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), dentre outros, auxiliaram as mulheres, sobretudo, da classe trabalhadora. E que, alguns setores que exploram a sociedade, como as elites do agronegócio, da indústria e do comércio, por exemplo, não aprovam essas políticas, porque perdem seus privilégios, como, mão de obra barata ou semiescravidada.

A título de exemplo, quando as famílias têm condições de comprar alguns alimentos com o Bolsa Família, e as crianças e mulheres não precisam trabalhar de modo semiescravidado nas casas destas famílias abastadas, nas lavouras e carvoarias; ou no caso do Projeto de Emenda à Constituição das domésticas<sup>193</sup>, em que, as camadas mais endinheiradas do país se vêm obrigadas a pagar direitos trabalhistas etc.

Diante disto, essa investigação é extremamente relevante e necessária, para que se possa avançar no processo de discussão acerca do golpe de 2016, que envolve vários enfoques e olhares, inclusive, a dimensão do machismo e misoginia que estiveram presentes. À esta altura, vale muito destacar algumas políticas sociais que foram criadas durante o governo do PT no país, e que beneficiaram as mulheres.

(...) a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), em vigência desde 22 de setembro de 2006, instaurou, no cenário político e jurídico nacional, mecanismos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres em situação familiar e em relações afetivas, em todas as suas expressões e em qualquer contexto socioeconômico. (...) Salientamos outra importante conquista do governo petista, liderada pela SPM em trabalho conjunto

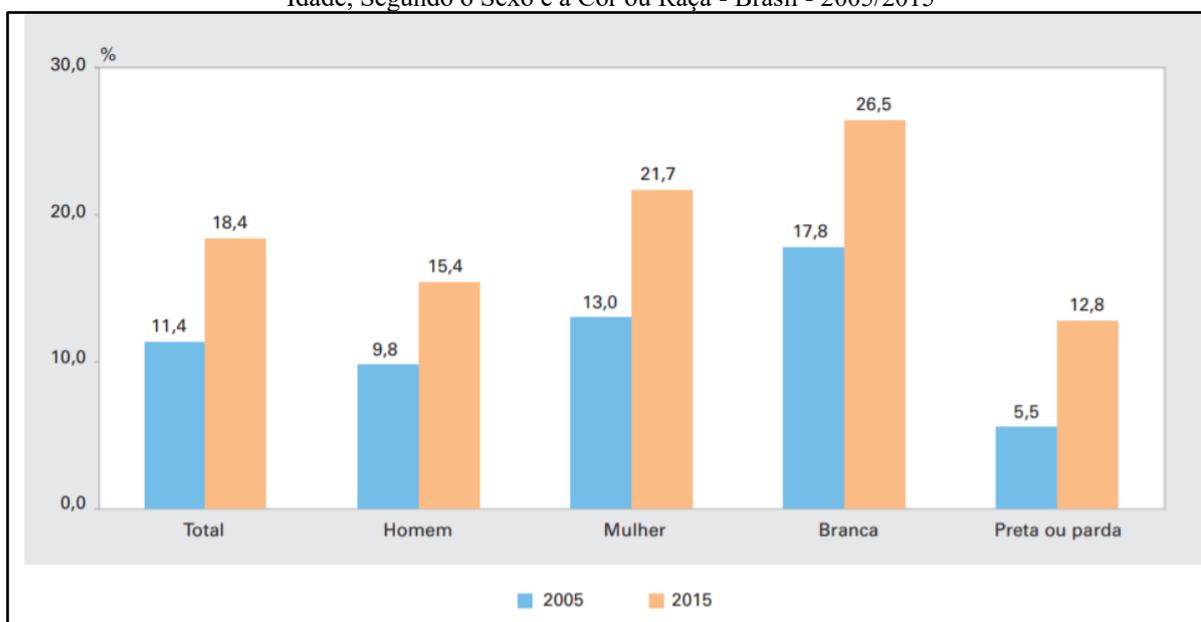
---

<sup>193</sup> Conhecida como PEC das Domésticas.

com a deputada Benedita da Silva, relatora da Proposta de Emenda à Constituição nº 487, a PEC das Domésticas, que prevê o aumento dos direitos dessas trabalhadoras.<sup>194</sup>

Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e transformada em Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em 2011, “buscando desenvolver projetos pontuais, como o Programa Mulher e Ciência, os cursos à distância: Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e em Gestão em Políticas Públicas de Gênero e Raça (GPP-GeR)”<sup>195</sup>. Os índices de mulheres que conseguiam frequentar um curso superior eram baixíssimos, e, este índice era ainda maior entre a população negra, que também possui mulheres. Como podemos ver nos gráficos abaixo, estes índices aumentaram, significativamente, entre os anos de 2005 e 2015, após a criação destes projetos pelo PT.

**Gráfico 2:** Taxa de Frequência Líquida no Ensino Superior de Graduação da População de 18 a 24 Anos de Idade, Segundo o Sexo e a Cor ou Raça - Brasil - 2005/2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2015.

Em 2012, foi criada também a “Coordenação Geral da Diversidade, que reafirma o compromisso com a promoção de políticas públicas para as mulheres negras, indígenas, lésbicas, jovens, idosas e com deficiência”<sup>196</sup>.

<sup>194</sup> PONTES, Denise; DAMASCENO, Patrícia. As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. *Mundo de Mulheres*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593\\_ARQUIVO\\_artigomundodasmulheres.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593_ARQUIVO_artigomundodasmulheres.pdf)>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>195</sup> PONTES et al, *op. cit.*, 2017

<sup>196</sup> *Ibidem*.

Pelo Decreto nº 8.030, de 20 de junho de 2013, já no governo Dilma, foram definidas as secretarias que comporiam a SPM, sendo elas: a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. (...) No âmbito de diretrizes norteadoras para políticas públicas para as mulheres é importante destacar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). (...) O documento aponta que as ações governamentais devem objetivar a eliminação da divisão sexual do trabalho, tendo como foco a erradicação da pobreza e a garantia de participação das mulheres no desenvolvimento do Brasil<sup>197</sup>.

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), por meio da Lei nº 10.683 em 28 de maio de 2003. Sendo que, a “competência desta secretaria foi definida somente em 2010, por meio da Lei nº 12.314, art. 22, que altera a lei anterior transformando a SPM em ministério”<sup>198</sup>. A partir da criação desta secretaria de mulheres, as políticas educacionais voltadas às questões de gênero e inclusão ganharam estímulo.

Quem ocupou o cargo de secretária de Políticas para mulheres do ministério foi Eleonora Menicucci (PT), obstinada defensora da causa feminista, e, portanto, se posiciona favorável à descriminalização do aborto. Com um extenso currículo, Eleonora<sup>199</sup>, outrora, militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), na União Estadual dos Estudantes (UBES), na União Nacional dos Estudantes (UNE), na Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente), na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e no Partido Operário Comunista (POC)<sup>200</sup>.

Quando Eleonora foi nomeada para a SPM, a bancada evangélica provocou uma série de ataques contra ela, rotulando-a de forma pejorativa de “ministra abortiva”. Com isso, ameaçaram a secretária, como também o governo do PT. A bancada evangélica afirmou:

O grupo só deve recuar caso obtenha garantias da própria presidente Dilma Rousseff de que o Executivo não assumirá posição em defesa de assuntos como a legalização do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Do contrário, os religiosos iniciarão uma ação articulada contra o governo e, sobretudo, contra o PT (...).<sup>201</sup>

Em 2015, a presidenta Dilma fez uma reforma ministerial e administrativa, e, com isso, a “Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos

<sup>197</sup> *Ibidem*.

<sup>198</sup> *Ibidem*.

<sup>199</sup> Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, Eleonora participou da luta armada em organizações de esquerda até ser presa, em 1971, junto com sua filha de um ano e 10 meses de idade. Durante sua prisão, passou por diversos centros de aprisionamento entre São Paulo e Minas Gerais, tendo sido submetida a torturas físicas e psicológicas.

<sup>200</sup> ELEONORA Menicucci. *Memorial da Resistência de São Paulo* [s.d.]. Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/eleonora-menicucci/>>. Acesso em: 04/02/2022.

<sup>201</sup> FADUL, Telmo. Bancada evangélica prepara série de retaliações ao Planalto. *O Tempo*, 10 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/bancada-evangelica-prepara-serie-de-retaliacoes-ao-planalto-1.335905>>. Acesso em: 04/02/2022.

e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, tornou-se o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.”<sup>202</sup>. Como Eleonora Menicucci chefiava este ministério, a bancada evangélica intensificou ainda mais os ataques. Neste momento, Eduardo Cunha promoveu uma série de injúrias contra ela no *Twitter*, intitulando-a de “aborteira sodoministra”.<sup>203</sup>

É intrigante constatar que uma das primeiras ações do governo Temer, após o golpe, com o argumento de enxugar os ministérios, é a “Medida Provisória nº 726 de 12 de maio de 2016 que dispõe sobre a reforma ministerial do novo governo, que reduziu de 32 para 23 o número de ministérios”<sup>204</sup>. E, dentre as secretarias que ele extinguiu, estava também a do Desenvolvimento Agrário e das Mulheres.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 como Medida Provisória, transformada na Lei nº 10.836, em 2004<sup>205</sup> e regulamentada pelo Decreto n. 5.209/2004, com o objetivo de combater a fome e a pobreza no Brasil.

É fato que trabalhar para a equidade de gênero não faz parte dos objetivos do Bolsa Família. No entanto, é expressivo o interesse sobre quais seriam os resultados da titularidade feminina do benefício nessa dimensão analítica – afinal, as relações de gênero são um tema transversal nas políticas públicas e programas sociais, mesmo não tendo esse objetivo, podem ou não contribuir no sentido de sua equidade. De um lado, uma vertente da crítica feminista aponta o uso instrumental da mulher pelo Estado, como forma de ampliar a eficácia da política pública, e o reforço da naturalização do papel feminino de cuidado. De outro, argumenta-se que o acesso à renda pela titular pode ampliar seu poder de decisão e gerar mais autonomia, na medida em que permite à mulher participar da provisão financeira do lar.<sup>206</sup>

A *Avaliação de Impacto do Bolsa Família (AIBF)* aferiu os efeitos do programa sobre o bem-estar feminino a partir de dois conjuntos de indicadores: número de consultas pré-natais e tomada de decisões no domicílio, e constatou que, “entre 2005 e 2009, o número médio de consultas de pré-natal por beneficiária passou de 3,5 para 4,4”. As questões abordadas levaram em conta a:

<sup>202</sup> ALEGRETTI, Laís; MATOSO, Filipe; PASSARINHO, Nathalia. Dilma anuncia reforma com redução de 39 para 31 ministérios. *GI*, 02 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html>>. Acesso em: 04/02/2022.

<sup>203</sup> DA REDAÇÃO. Cunha versus Menicucci. *Veja*, 31 de julho de 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/cunha-versus-menicucci-2/>>. Acesso em: 04/02/2022.

<sup>204</sup> PONTES et al., *op. cit.*, 2017

<sup>205</sup> BRASIL. Lei nº 10.836/2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Brasília: *Câmara dos Deputados*, 2004. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 03/08/2021.

<sup>206</sup> BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana, FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. *Cadernos Pagu*. 2019, nº 55. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201900550025>>. Acesso em: 03/08/2021.

(...) compra de comida; vestimentas para si, para o parceiro e para as crianças; gastos com saúde das crianças; se a criança deve deixar de ir à escola; aquisição de bens de consumo duráveis para a casa; se a mulher deve trabalhar ou não; se o cônjuge deve trabalhar ou não; e sobre a decisão de usar métodos contraceptivos.<sup>207</sup>

Nesta pesquisa, constataram que o Programa Bolsa Família aumentava a autonomia e o poder de decisão das mulheres sobretudo nas áreas urbanas, para “16% a 18% em relação ao uso de contraceptivos, 8% a 14% sobre a compra de bens duráveis, 13% a 15% em relação aos gastos com a saúde das crianças e 12% a 15% sobre a decisão do comparecimento da criança à escola”<sup>208</sup>. Sendo que, o real impacto positivo estaria no aumento do poder de decisão acerca dos contraceptivos, significando claramente a ampliação dos direitos reprodutivos femininos, com a autonomia decisória sobre o próprio corpo e a decisão de ter filhos. Já as outras variáveis podem também significar a ausência masculina, e, conseqüentemente, o aumento da sobrecarga da mulher.

Na pesquisa do IBASE, feita em 2007, entre os 5 mil titulares entrevistados, dos quais 94% eram mulheres, 42% afirmaram ter passado a frequentar mais os serviços de saúde e 33% ter mais acesso aos exames do Sistema Único de Saúde (Ibase, 2008). Sobre autonomia no domicílio, 38,2% das titulares afirmaram que seu poder de decisão sobre o dinheiro da família aumentou; 47,7% das titulares responderam se sentir mais independentes financeiramente e 27,7%, mais respeitadas por seus companheiros, enquanto somente 3,7% apontaram a existência de conflitos familiares por conta do uso do dinheiro do PBF (Costa, 2008).<sup>209</sup>

Outro programa que também procurava dar prioridade à mulher era o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), editado por Dilma, através da MP/561 para modificar a lei 11.977, de 7 de julho de 2009, com a finalidade de “incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00” e regulamentar os assentamentos.

O direito à moradia digna, garantida pela Constituição Federal, é uma condição básica para a inserção social. No Brasil, o Estatuto da Cidade passou a trazer instrumentos que possibilitassem o título da casa, a titularidade e a posse da terra em nome das mulheres, ao assumir que “os títulos serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil”. (BRASIL, 2001). Desta forma, a Lei Nacional 11.124/2005 do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, também indica que a titularidade dos imóveis concedidos pelo Poder Público seja, preferencialmente, no nome da mulher chefe de família (HABITAFOR, s.d.). Por esta perspectiva, nos contratos de financiamento, não há a necessidade de comprovação de estado civil ou apresentação de rendimentos para tal (...) Em relação aos dados referentes aos empreendimentos contratados com a Caixa Econômica Federal (CEF) no âmbito do PMCMV, operador/financeiro do programa, a afirmação também se confirma, visto que das 2,49 milhões de Unidades Habitacionais que a instituição afirma já terem sido

---

<sup>207</sup> *Ibidem*.

<sup>208</sup> BARTHOLO et al, *op. cit.*, 2019.

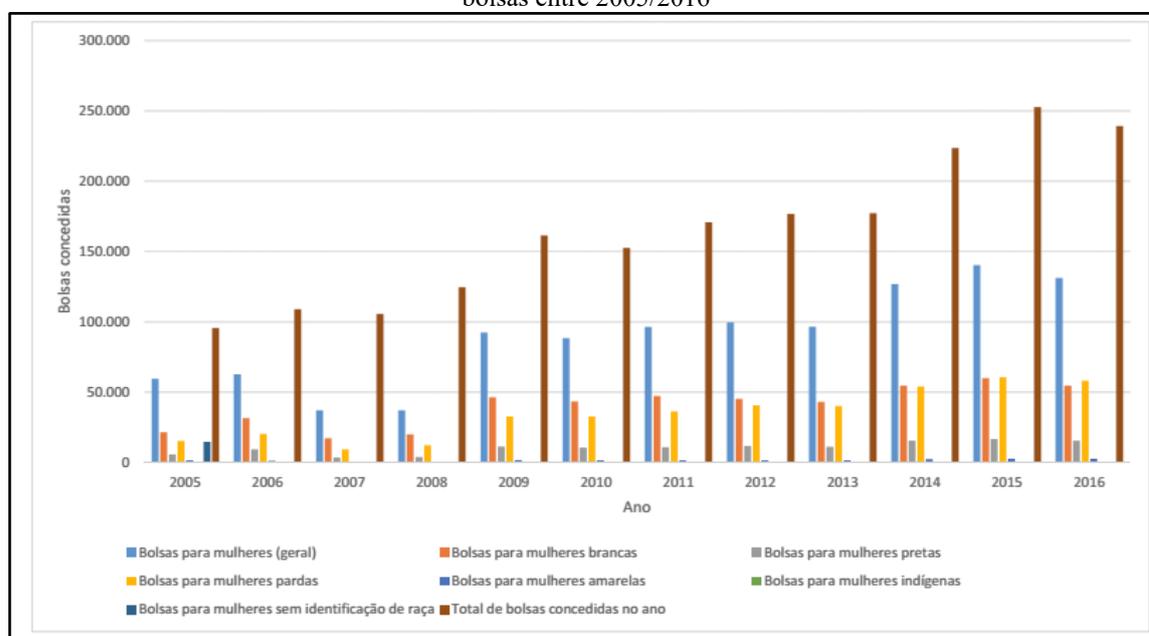
<sup>209</sup> *Ibidem*.

contratadas com seus beneficiários, 1,33 milhões foram contratos assinados com mulheres, o que corresponde a 53,4% dos contratos.<sup>210</sup>

Em 2014, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), então vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, criada em 1973 pelo presidente General Emílio Garrastazu Médici, acusa o governo de querer desapropriar o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado, localizada em Planaltina (DF), a fim de construir unidades habitacionais para o Programa Minha Casa Minha Vida<sup>211</sup>.

Podemos considerar que esta breve exposição nos ajuda a compreender que o governo deposto em 2016 se empenhava na criação de programas voltados para diminuir as desigualdades sociais e de gênero, que são reivindicações históricas do movimento. Perspectiva para o Programa Universidade para todos e ocupação de bolsas PROUNI 2005-2016 por grupo:

**Gráfico 3:** Perspectivas sobre o acesso ao Programa Universidade para Todos: gênero e raça na distribuição de bolsas entre 2005/2016



Fonte: Jornal Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, UFRJ, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8350>>. Acesso em: 21/02/2022.

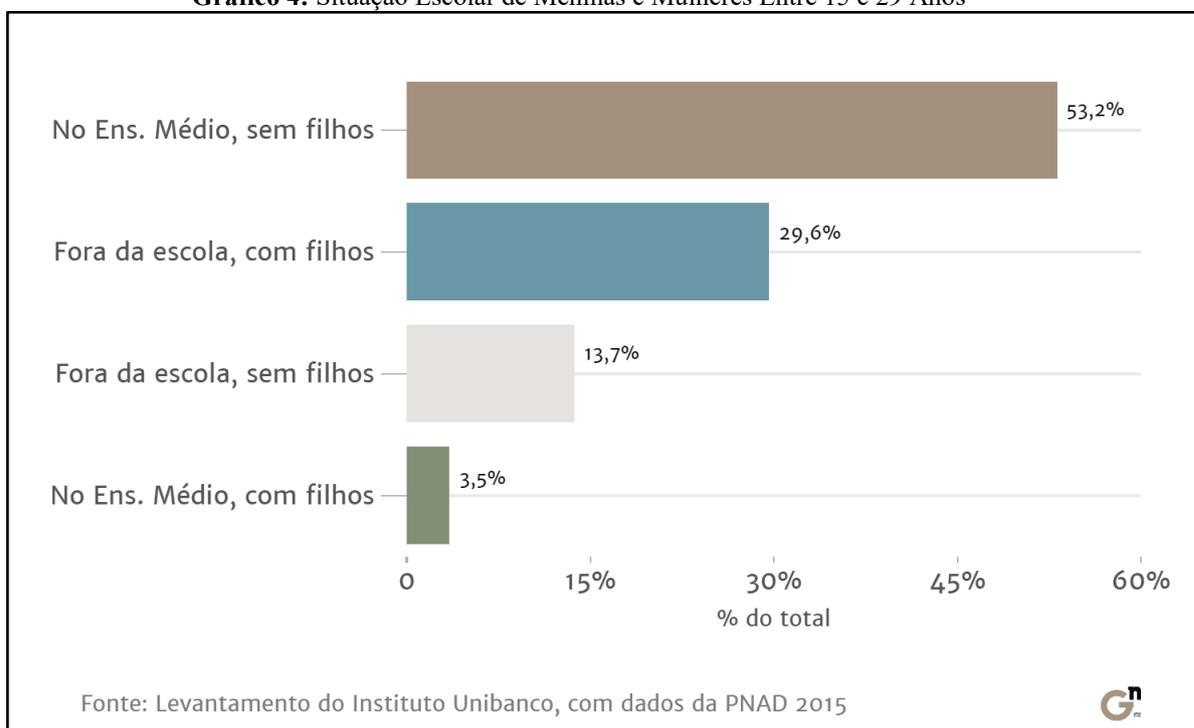
Em um levantamento do Instituto Unibanco, “a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística), referente a 2015”, constata que as “meninas são mais do que dobro de meninos entre jovens

<sup>210</sup> CAMPOS, Mariana de Lima. A titularidade feminina em programas habitacionais e a construção da cidadania: uma análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). *Prelúdios*. Salvador, v. 8, nº 8, p. 35-60, jul./dez., 2019.

<sup>211</sup> AZEVEDO, Reinaldo. Populismo à serviço da ignorância - Em ano eleitoral, Agnelo quer desalojar Embrapa para erguer casas populares. *Veja*, 31 de março de 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/populismo-a-servico-da-ignorancia-8211-em-ano-eleitoral-agnelo-quer-desalojar-embrapa-para-erguer-casas-populares/>>. Acesso em: 03/08/2021.

fora da escola e sem atividade remunerada.”<sup>212</sup> O que evidencia as profundas desigualdades de gênero na sociedade brasileira. Veja o gráfico abaixo que mostra a situação escolar de meninas e mulheres entre 15 e 29 anos:

**Gráfico 4:** Situação Escolar de Meninas e Mulheres Entre 15 e 29 Anos



Fonte: Levantamento do Instituto Unibanco, com dados do PNAD 2015. *Gênero e Número*, 27 de março de 2018.

Logo, é possível estabelecer, de acordo com a perspectiva desta pesquisa, que as políticas sociais do PT, voltadas para auxiliar as camadas oprimidas, como, por exemplo as mulheres, causaram grande repercussão na elite<sup>213</sup>, que não queria perder seus “privilégios”. E, ela mobilizou os seus meios, como a sua base, as mídias, redes sociais, imprensa, partidos da direita, bancadas políticas, e demais grupos ligados às suas ideias e “bases”, a exemplo dos evangélicos, para estabelecer a retomada do que considera seu “direito” a explorar essas camadas. Levando a um campo de disputas no campo político.

Desse modo, deduzimos que a dimensão machista no golpe de 2016, pode não ser tão nítida, mas esteve presente no cerne dos interesses políticos e econômicos. Dado que, alguns

<sup>212</sup> FERREIRA, Lola. Meninas são mais do que dobro de meninos entre jovens fora da escola e sem atividade remunerada. *Gênero e Número*, 27 de março de 2018. Disponível em: <[<sup>213</sup> SOUZA, \*op. cit.\*, 2019.](https://www.generonumero.media/meninas-sao-mais-do-que-o-dobro-dos-meninos-entre-jovens-que-nao-completaram-ensino-medio-e-nao-exercem-atividade-remunerada/#:~:text=No%20Brasil%2C%20h%C3%A1%20mais,e%20n%C3%A3o%20exercem%20atividade%20remunerada.&text=Segundo%20ela%2C%20estes%20dados%20ainda,que%20os%20meninos%20nessa%20situa%C3%A7%C3%A3o.>. Acesso em: 20/02/2022.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

grupos, como os representantes dos setores ultraconservadores, ligados à bancada evangélica, setores financeiros, agropecuários, comércio e indústria, que estão no poder neste país desde os tempos remotos, pretendiam, através das contrarreformas, reverter os direitos conquistados, como os direitos das mulheres e da diversidade, os direitos trabalhistas. O direito à moradia, os programas sociais, as políticas afirmativas, além de querer avançar no desmatamento, dentre vários outros. Sendo que, estas políticas atingem sobremaneira a vida das mulheres e a sua conquista, ainda representa uma ameaça a estes setores da direita.

Havia também enormes intenções internacionais em torno do Pré-Sal e suas tecnologias, com uma visão privatista, igualmente “com entrega para a iniciativa privada de obras em aeroportos, portos, rodovias e estradas, com o leilão do pré-sal do Campo de Libra e a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que é uma forma de gerir privadamente hospitais públicos.”<sup>214</sup>

---

<sup>214</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 100.

### 3. O GOLPE E A RESISTÊNCIA FEMINISTA

#### 3.1. BREVE CRONOLOGIA DO GOLPE DE 2016

Diante de toda esta discussão, é cabível falar um pouco sobre os acontecimentos mais específicos acerca do dia da votação do impedimento<sup>215</sup>. Portanto, essa seção contém uma breve cronologia, para lembrar alguns episódios importantes. Ele é necessário, porque nossa memória, por vezes é falha, e, diante das datas e eventos, pode-se confundir a ordem dos acontecimentos, ou mesmo esquecer. À princípio, a parte que aborda sobre a cronologia, tinha sido solicitada a sua retirada, porém, alguns/as professores/as do ensino médio pediram para utilizá-la nas suas aulas. Sendo assim, é válido mantê-la para auxiliar nesta compreensão e estudos de história. Mas, é importante compreender que ela está inserida dentro de determinada perspectiva, diante de determinadas fontes, e, portanto, não tem a pretensão da verdade absoluta.

Como enunciado anteriormente, ao resgatar essas memórias, percebe-se que o golpe de 2016 contém várias dimensões, dentre elas, a econômica, como o interesse internacional em torno do Pré-sal, a retirada de direitos da classe trabalhadora, as privatizações de modo geral etc. Portanto, é justo que se discorra um pouco sobre isso. Mas, é importante também compreender, que, mesmo que haja outras dimensões, precisamos também falar sobre a dimensão machista.

Após a breve cronologia, é abordado o dia específico da votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Esta parte discorre de um modo a fragmentar a análise da votação, para, ao final, abranger a discussão de modo geral. Examina alguns dos campos políticos que estavam em disputa no momento do escrutínio. Encerra a seção por abordar a resistência das mulheres contra o golpe, enquanto algo fundamental para demonstrar o quanto a dimensão machista esteve envolvida neste processo. E, ressaltar como o movimento feminista esteve presente. Percebemos como apurar a presença “desse sistema de dominação e fazer conhecer os mecanismos de sua reprodução, a partir das suas expressões” ideológicas “é uma contribuição fundamental do feminismo para uma análise em profundidade da realidade social brasileira”.<sup>216</sup>

---

<sup>215</sup> Utilizo a palavra golpe para abordar o processo no geral e a palavra impedimento para abordar apenas o dia da votação.

<sup>216</sup> ÁVILA, *op. cit.*, 2016.

O Partido dos Trabalhadores (PT), ascendeu à presidência pela primeira vez em 2002, com Luís Inácio Lula da Silva<sup>217</sup>. Algum tempo depois, em 2005, estourou o escândalo do "mensalão"<sup>218</sup>. As críticas políticas em torno da corrupção começaram a afetar o partido, como se a corrupção no Brasil tivesse surgido somente com o PT. E, é claro que não foi assim, pois ela espreita por aqui, desde os tempos remotos<sup>219</sup>.

Ademais, por um lado, o PT foi criticado, tanto pela esquerda, que o acusa de conciliação de classes com a burguesia, postura que teria sido articulada em nome da vitória nas eleições. Por outro lado, uma elite conservadora e reacionária, representada por grupos ligados aos latifundiários, industriais e setor financeiro, que, mesmo tendo lucros recordes durante o governo Lula, encontra-se furiosa, devido a políticas sociais, tais como as cotas, o programa bolsa-família, casas populares, demarcação das terras indígenas, dentre outras. Lula atendeu às demandas sociais,

Assim como atendeu a demandas de latifundiários e bancos, o Governo Lula também atendeu a demandas empresariais, legalizando e incentivando as parcerias público-privadas (PPP - Lei 11.079/2004), sob justificativa de limitar os gastos públicos federais. O projeto foi enviado pelo próprio executivo, em 2003, e aprovado em 2004. Em termos de política de transferência de renda, entretanto, há que se observar que a dimensão e a atuação, no Governo Lula, foram bem maiores que no Governo FHC, sendo o Bolsa Família o maior programa.<sup>220</sup>

Não obstante, mesmo com algumas críticas, Lula conseguiu se reeleger em 2006, com aproximadamente 60,83% dos votos válidos<sup>221</sup>. E encerra o seu mandato com uma popularidade recorde de 83% de aprovação popular<sup>222</sup>.

É interessante salientar algumas curiosidades neste período, em que Tulio Sene descreve um acontecimento significativo durante o segundo mandato de Lula. Em novembro de 2007 é “anunciada a descoberta de enormes reservas de petróleo em águas oceânicas profundas da

<sup>217</sup> APÓS Três Eleições, Lula chega à Presidência da República. *Folha de São Paulo*, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>218</sup> BERABA, Marcelo. O escândalo do "mensalão". *Folha de São Paulo*, 12 de junho de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om1206200501.htm>>. Acesso em: 02/06/2021.

<sup>219</sup> BASÍLIO, Andressa. Os maiores escândalos de corrupção do Brasil: Em levantamento feito a pedido de Época Negócios, a Controladoria Geral da União identificou os cinco principais casos de desvio de recursos públicos já investigados pelo órgão federal. *GI Negócios*, 31 de março de 2015. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/03/os-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil.html>>. Acesso em: 02/06/2021.

<sup>220</sup> MORAES, *op. cit.*, p. 99.

<sup>221</sup> RESULTADO DAS ELEIÇÕES 2006. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-da-eleicao-2006>>. Acesso em: 02/06/2021.

<sup>222</sup> ACIMA DAS EXPECTATIVAS, Lula Encerra Mandato com Melhor Avaliação da História. *Instituto Datafolha*, 20 de dezembro de 2010. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>>. Acesso em: 02/06/2021.

costa brasileira. (...) em quantidade cinco vezes maior do que as até então existentes no Brasil”<sup>223</sup>. Era o Pré-Sal. Sem tardar, o mercado de petróleo e o sistema financeiro desviam imediatamente suas atenções para o Brasil. Então, em 2008,

Quatro notebooks e dois HDs da Petrobrás contendo dados sigilosos sobre a exploração de petróleo são furtados. No mesmo container havia outros notebooks e materiais de escritório que não foram levados. Na época, o superintendente da PF no Rio afirmou que espionagem industrial era a única linha de investigação. A 4ª Frota Naval americana (Atlântico Sul) é reativada. Ela havia sido criada durante a 2ª Guerra, em 1943, e foi desmobilizada em 1950. Não só o presidente Lula questionou a sua reativação, mas também Hugo Chávez, Evo Morales e outros presidentes sul-americanos. Todos duvidaram dos propósitos “pacíficos” alegados pelos norte-americanos. (...) Lula exige explicações dos Estados Unidos sobre a Quarta Frota da Marinha americana, que havia reaparecido nas águas da América Latina. Segundo os Estados Unidos, tratava-se de um ajuste operacional sem intenções agressivas, com o objetivo de melhorar a capacidade operativa no combate ao narcotráfico, auxiliar no manejo de desastres naturais e eventuais trabalhos de cooperação.<sup>224</sup>

Após este ocorrido, já em 2009, em Londres, “numa reunião do G-20, Barack Obama disse que Lula era ‘o político mais popular da Terra’, que Lula ‘é o cara’ e ‘começa a rasgação de seda pro lado do Brasil’ e “Lula é considerado o político mais influente do mundo pelas revistas Time e Newsweek”. O “Brasil é capa da tradicional revista The Economist, onde lê-se ‘Brasil decola’”. Todavia,

(...) uma semana antes de deixar o governo, Lula sanciona a Lei do Pré-Sal. A lei determina que a Petrobrás deve participar (mínimo de 30% de participação) de todos os consórcios para exploração do Pré-Sal. Estabelece também a criação do Fundo Social, nova empresa estatal onde deve ser depositado 25% das receitas da Petrobrás com o Pré-Sal para uso exclusivo em programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento.<sup>225</sup>

Em 2010, o Partido dos Trabalhadores vence as eleições novamente, trazendo Dilma Rousseff, enquanto a primeira mulher presidenta do Brasil<sup>226</sup>, com 56,05% dos votos contra 43,95% de Serra, no segundo turno.

Eis que, em dezembro de 2010, o site *WikiLeaks*, criado pelo ativista Julian Assange, enquanto “uma organização que divulga na internet documentos confidenciais obtidos de empresas e agências governamentais do mundo todo”<sup>227</sup>,

<sup>223</sup> SENE, Túlio. Cronologia do golpe. *Revista Fórum*, 09 de abril de 2016. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/blogs/mariafro/bmariafro-tulio-sene-uma-cronologia-do-golpe/>>. Acesso em: 02/08/2021.

<sup>224</sup> *Ibidem*.

<sup>225</sup> *Ibidem*.

<sup>226</sup> RESULTADO DAS ELEIÇÕES 2006. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=201003:101::NO>>. Acesso em: 02/06/2021.

<sup>227</sup> AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <<https://agenciabrasil.abc.com.br/tags/wikileaks>>. Acesso em: 02/08/2021.

(...) revela conversas de Serra com lobistas do petróleo. Despachos vazados por Julian Assange relatam a frustração das petrolíferas com a falta de empenho da oposição no Brasil para tentar derrubar a proposta do governo brasileiro em relação ao Pré-Sal. O texto diz que Serra se opõe ao projeto, mas não tem “senso de urgência”. Serra responde: “Deixe esses sujeitos (o PT) fazerem o que quiserem. Os leilões e concorrências não acontecerão, e depois nós mostraremos a todos que o velho modelo funcionava (...) e faremos tudo voltar ao que era antes”.<sup>228</sup>

Em 2013, um protesto pelo passe livre, acirrado pela mídia e pelas redes sociais<sup>229</sup>, “se transformou em abalos, que logo dividiram a nação”. O discurso anticorrupção domina o país. E, “o dia 20 marcou a maior manifestação de junho de 2013, com 1,25 milhão de pessoas nas ruas em 130 cidades”<sup>230</sup>. É neste contexto que, Edward Snowden, ao divulgar informações confidenciais da NSA<sup>231</sup>, revela que o celular, o email e o telefone oficial de Dilma Rousseff, haviam sido grampeados. Em setembro deste mesmo ano, Dilma fez “duras críticas à espionagem dos EUA, que ela classificou como “violação dos direitos humanos”<sup>232</sup>, em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU.

É importante lembrar também que, um “pouco antes desses protestos, a popularidade de Dilma ficou tão alta, que ela resolveu agir para forçar os bancos a reduzir os juros<sup>233</sup> e tirou cargos importantes do PMDB”. Nestes protestos contra Dilma, três grupos se destacaram, o *Movimento Brasil Livre* (MBL), com ideais que misturam uma espécie de ultraliberalismo e o conservadorismo, que inclusive é “acusado pela revista Fórum de crescer graças ao patrocínio dos magnatas da petroleira norte-americana *Koch Industries*, com supostos interesses na desestabilização da Petrobrás<sup>234</sup>”. Todavia, eles negam a acusação.

Tivemos também, o movimento *Vem pra Rua*, ‘identificados com o setor financeiro’. E o grupo *Revoltados On Line*, um setor reacionário extremista que afirmava querer “banir o

<sup>228</sup> SENE, Túlio. Cronologia do golpe. *Revista Fórum*, 09 de abril de 2016.

<sup>229</sup> VEJA Pesquisa Completa do IBOPE sobre os Manifestantes. *GI*, 24 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>230</sup> FLORESTI, Felipe. Manifestações de 'Junho de 2013' completam cinco anos: o que mudou? *Revista Galileu*, 20 de junho de 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/06/manifestacoes-de-junho-de-2013-completam-cinco-anos-o-que-mudou.html>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>231</sup> *National Security Agency* (NSA) é a Agência de Segurança Nacional e parte do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, fundada no dia 4 de novembro de 1952, é o maior órgão de dados de criptologia do mundo. Ela está localizada no estado de *Maryland*, na região nordeste dos Estados Unidos, sendo responsável pela segurança do país e pela utilização de um sistema chamado de *Signals Intelligence* (SIGINT), que é capaz de obter interceptações e criptoanálise de dados por meio de sinais do mundo inteiro.

<sup>232</sup> SENE, *op. cit.*, 2016.

<sup>233</sup> GLENIA, Fabíola. Sob pressão, bancos reduzem juros; veja as taxas médias cobradas. *GI*, 29 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/09/sob-pressao-bancos-reduzem-juros-veja-taxas-medias-cobradas.html>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>234</sup> BEDINELLI, Talita; MARTÍN, María. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. *El País*, 15 de março de 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527\\_427203.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html)>. Acesso em: 03/08/2021.

petismo e o bolivarianismo no país”. Numa das filmagens do grupo, um dos fundadores, Marcello Reis<sup>235</sup> afirma que: "Dilma Rousseff odeia o Brasil, é uma terrorista que infelizmente está no poder nesse país”. Quando os *Revoltados On Line* surgiram, “defendiam que apenas a intervenção militar daria jeito no país, mas a afirmação acabou sendo alvo de críticas”<sup>236</sup>. Apoiavam, copiosamente, os discursos misóginos e racistas do deputado, naquela ocasião, Jair Bolsonaro, que também manifestava discursos agressivos de ódio contra homossexuais, defendia a redução da maioria penal e o armamento, dentre outros.

Os protestos, que ficaram conhecidos por *Jornadas de Junho de 2013*, desestabilizaram o apoio popular de Dilma. Em meio a eles, ela aprovou uma série de medidas anticorrupção, propondo um *Pacto Nacional*, com a intenção de responder à demanda que o movimento reivindicava, e acalmar os ânimos. Em julho de 2012, ela já havia sancionado a “lei 12.683 para tornar mais eficiente o combate à lavagem de dinheiro”<sup>237</sup>. E, dentre algumas das medidas anticorrupção estava também a “delação premiada”<sup>238</sup>.

Algum tempo depois dos protestos, em março de 2014, a *Operação Lava Jato*<sup>239</sup> inicia uma série de investigações na Petrobrás, interligando-a às empreiteiras e partidos políticos, e começam as delações da construtora Odebrecht<sup>240</sup>. Em breve, esta operação se converteria em um ‘thriller policial’<sup>241</sup>, tendo como ator principal o juiz Sérgio Moro, inspirado na *Operação Mãos Limpas* da Itália nos anos de 1990<sup>242</sup>.

Um dos que mais se empenhou para não ser investigado foi o senador Aécio Neves. Neves obtivera mais de 51 milhões de votos nas eleições do ano anterior, e por pouco

<sup>235</sup> Um empresário de São Paulo que se diz fã do Governo do PT e se aproveita do movimento que pede o impeachment de Dilma Rousseff (PT) para ganhar dinheiro ou para financiar os protestos. Vendendo camisetas a 99 reais e adesivos a 3,50. Mais informações sobre este grupo estão disponíveis em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424462061\\_394158.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424462061_394158.html)> Acesso em: 03/08/2021.

<sup>236</sup> BEDINELLI, *op. cit.*, 2015.

<sup>237</sup> SENE, *op. cit.*, 2016.

<sup>238</sup> CALGARO, Fernanda; MATOSO, Filipe. Dilma anuncia pacote anticorrupção e oficializa entrega ao Congresso. *GI*, 18 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-encaminha-ao-congresso-nacional-pacote-anticorrupcao.html>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>239</sup> O CASO LAVA JATO. *Ministério Público Federal*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>240</sup> Márcio Faria foi diretor da Construtora Norberto Odebrecht e, segundo os procuradores, era o representante de um grupo de empresas que obtinham contratos bilionários com a Petrobras entre 2004 e 2014. Segundo denúncia do Ministério Público Federal, eram oferecidas propinas para que funcionários da Petrobrás se omitissem na adoção de providências contra o funcionamento do clube e também para que estivessem à disposição sempre que fosse necessário para garantir que o interesse das cartelizadas fosse atingido. Em março de 2016, Marcelo Odebrecht foi condenado a 19 anos e quatro meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Foi considerado o mandante de pagamentos de US\$ 35 milhões e quase R\$ 110 milhões de propina a funcionários da Petrobras.

<sup>241</sup> DEMOCRACIA em Vertigem. Direção: Petra Costa. Produção: Joanna Natasegara; Shane Boris; Tiago Pavan. Brasil: Netflix, 2019. 121 min.

<sup>242</sup> Maiores informações sobre a *Operação Mãos Limpas* e a sua relação com a Lava Jato, disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/inspiracao-da-lava-jato-maos-limpas-sofreu-mais-com-reacao-de-politicos.shtml>>. Acesso em: 03/08/2021.

não se elegera presidente da República. Isso graças a um veemente discurso contra a corrupção de seus adversários. O senador era o presidente nacional do PSDB e já se considerava o futuro vitorioso das eleições presidenciais de 2018, (...). Por isso, não queria de modo algum se ver associado aos investigados da Lava Jato. O nome dele fora citado num depoimento do doleiro Alberto Youssef ao grupo de trabalho da Procuradoria-Geral em 12 de fevereiro de 2015. (...) Naquele mesmo período, recebi em meu gabinete alguns manifestantes, entre eles Rogério Chequer, um dos líderes do Vem Pra Rua, um desses movimentos que surgiram na esteira dos protestos de 2013. No meio da conversa, ele me disse: “Vamos dar apoio, mas o senhor tem que investigar!” E sugeriu alvos predeterminados. Se não me falha a memória, ele chegou a dizer que tinha mais de 1 milhão de seguidores e que cobraria resultados. Eu respondi: “Calma, rapaz, a coisa aqui é técnica.” Eles me deram um kit com camiseta, botton, bandeirinha e não sei mais o que dentro de um saco plástico. Quando foram embora, olhei aquilo e me perguntei: Isso aqui é movimento espontâneo? Quem paga por isso? Isso tem um custo. (...) Quando o caso da propina de Furnas para o senador Aécio Neves se tornou público, setores do PT passaram a fazer forte pressão para que o presidente do PSDB fosse investigado e punido. Uma das trincheiras de ataque ao nosso trabalho era o blog do jornalista Luis Nassif. A acusação mais comum era a de que estávamos protegendo o senador. No calor do debate, o deputado Padre João, do PT de Minas, foi ao meu gabinete me pedir para que eu, finalmente, colocasse em prática o ditado “O pau que dá em Chico dá em Francisco”. Citei a frase na minha sabatina e ela acabou virando um bordão pela “democratização” das investigações.<sup>243</sup>

Mas, eu me pergunto se não puderam investigar o senador Aécio Neves por falta de provas, como puderam condenar Dilma e Lula, quando também não havia provas contra eles? O procurador Rodrigo Janot quis passar uma imagem de neutralidade e justiça, mas, ao que tudo indica, suas decisões foram políticas e tiveram mais a ver com o berço de Aécio Neves.

A Lava Jato acabou sendo amplamente utilizada na mídia contra Dilma, mesmo que não havia provas de que ela participou dessas operações<sup>244</sup>. E, mesmo diante da crise, nas disputas eleitorais de 2014, Dilma ganhou as eleições com 51,64% dos votos válidos<sup>245</sup>. Contudo, para ser reeleita, o PT teve que fazer aliança com o PMDB<sup>246</sup>, atual MDB<sup>247</sup>. A condição para a aliança era de que Temer fosse seu vice-presidente.

Em meio a tudo isto, Aécio Neves, que era o principal adversário de Dilma nesta eleição, não aceitou o resultado, e parte das empreiteiras ligadas ao PSDB<sup>248</sup> apoiaram-no. Seu partido

<sup>243</sup> JANOT, Rodrigo; DE CARVALHO, Jailton. *Nada menos que tudo: Bastidores da operação que colocou o sistema político em xeque*. São Paulo: Planeta do Brasil. 2019, p. 54-90.

<sup>244</sup> OPERAÇÃO LAVA JATO: PF não vê provas contra Dilma de obstrução à Lava Jato. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 19 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2017/08/politica/581194-pf-nao-ve-provas-contradilma-de-obstrucao-a-lava-jato.html>>. Acesso em: 19/08/2021.

<sup>245</sup> PLENÁRIO do TSE Proclama Resultado Definitivo do Segundo Turno da Eleição Presidencial. *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE). Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>>. Acesso em: 02/08/2021.

<sup>246</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>247</sup> Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>248</sup> Partido Social Democrata Brasileiro.

havia pedido uma auditoria das urnas<sup>249</sup> e, quando o resultado não mudou, ele começou a defender o impedimento de Dilma. Desesperados, a maioria dos políticos, muitos com algum envolvimento ilícito, temiam que a operação Lava Jato os atingisse.

“A estratégia da oposição derrotada passa a ser a de inviabilizar o governo de Dilma. Sua principal manobra era conseguir eleger Eduardo Cunha como presidente da Câmara”. Depois de eleito, em novembro daquele mesmo ano, Cunha “abre o processo de *impeachment*, em clara retaliação ao posicionamento do PT, favorável à abertura de ação contra ele no Conselho de Ética”. Neste intercurso, é curioso também observar que, em fevereiro de 2015, José Serra apresentou o projeto de lei para mudar a Lei do Pré-Sal<sup>250</sup>.

Assim, as narrativas em torno da corrupção brasileira atingiram novamente o Partido dos Trabalhadores, como se este partido fosse o único acusado de corrupção. Contudo, mediante a isto, era de se esperar que, os partidos acusados de corrupção tivessem inexpressivo crescimento, mas é interessante observar que, contraditoriamente, o partido com mais investigados na Lava Jato, o PP, cresceu nas eleições municipais de 2016<sup>251</sup>.

Os opositores ao governo iniciam um discurso, de que o PT era uma organização criminosa. “Eu imagino se Aécio, ao questionar as regras do jogo democrático imaginava as forças obscuras que ele estaria despertando”<sup>252</sup>. Os grupos declaradamente de direita, como o *MBL*, *Vem para a Rua* e *Revoltados On Line* criam uma verdadeira cruzada midiática, que também se compunha da dimensão machista, nas redes sociais contra o PT<sup>253</sup>. Exemplificando, em março de 2015, durante um pronunciamento de Dilma, os referidos grupos, que se alinharam contra ela, marcaram um panelaço<sup>254</sup>, que foi convocado pelas redes sociais.

No dia seguinte ao panelaço, alguns empresários e representantes de centrais sindicais mais ‘pelegas’, se reuniram na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). E levaram ao canteiro central da Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional,

<sup>249</sup> MATAIS, Andreza; BULLA, Beatriz; ROSA, Vera. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. *Estadão*, 30 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>250</sup> BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015. Brasília: *Senado Federal*. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120179>>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>251</sup> JUNQUEIRA, Diego. Partido com mais investigados na Lava Jato tem alta no número de prefeitos: “Perdoado” pelos eleitores, PP conquistou 494 municípios no pleito do último domingo. *R7*, 6 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/eleicoes-2016/partido-com-mais-investigados-na-lava-jato-tem-alta-no-numero-de-prefeitos-18052019>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>252</sup> DEMOCRACIA em Vertigem, *op. cit.*, 2019.

<sup>253</sup> DE OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues; MACHADO, Eliel Ribeiro. Vem pra Rua e MBL no contexto do golpe parlamentar no Brasil. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 23 nº 42, p. 98-108, jan./jun. 2019.

<sup>254</sup> Pessoas protestam durante pronunciamento de Dilma. *G1*. 08 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/pessoas-protestam-durante-pronunciamento-de-dilma.html>>. Acesso em: 03/08/2021.

em Brasília, em um ato contra o aumento de impostos e a volta da CPMF<sup>255</sup>, um pato inflável amarelo de doze metros de altura que continha a expressão “NãoVouPagaroPato.com.br”<sup>256</sup>. Enquanto isto, o então deputado federal Paulinho da Força (SDD/SP) colhia assinaturas de um milhão de pessoas em prol da saída da presidenta.

Diante da iminência do golpe, alguns partidos políticos da esquerda (PT, PSOL, PCdoB), movimentos sociais e centrais sindicais, tais como, o Movimento sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dentre outros/as, se unem em torno da Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, promovendo manifestações contra o golpe<sup>257</sup>. Assim, como alguns/as intelectuais, artistas, professores/as e movimento de mulheres, como no caso da Marcha das Margaridas.

Não obstante, “depois de uma queda global no preço das commodities, (...) o país entra em recessão e Dilma inicia uma política de austeridade”. E, diante de tanta pressão política, a taxa de aprovação do seu governo caiu 27 pontos. “A parcela de brasileiros que desaprovam o governo Dilma cresceu de 9% para 25% entre a primeira e a última semana de junho”<sup>258</sup>. Desse modo,

Durante o ano de 2016, o Partido dos Trabalhadores (PT) vinha acumulando derrotas na Câmara Legislativa, protestos nas ruas e pannels. No entanto, as ruas também eram ocupadas por aqueles que consideravam que o impeachment de Dilma Rousseff se tratava de um golpe que afetaria principalmente a vida dos mais pobres, das mulheres, dos LGBTQIs e dos negros, ou seja, aqueles que estão na base da cadeia dos privilégios. Vale lembrar que muitos dos que denunciavam o golpe que se anunciava não eram petistas ou nem eram simpáticos aos governos do PT, considerando o projeto desenvolvimentista que deixava a questão ambiental de lado, o pouco avanço nas pautas menos conservadoras como aborto ou descriminalização das drogas, entre outras questões. (COSTA, Camila Mattos da, p. 119)

<sup>255</sup> A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi uma cobrança que incidiu sobre todas as movimentações bancárias, exceto nas negociações de ações na Bolsa, saques de aposentadorias, seguro-desemprego, salários e transferências entre contas correntes de mesma titularidade, e vigorou no Brasil por 11 anos. *Agência Senado*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/cpmf>>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>256</sup> CALZOLARI, Isabella. Contra aumento de impostos e CPMF, Fiesp põe pato inflável na Esplanada. *G1*. 1º de outubro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/contra-aumento-de-impostos-e-cpmf-fiesp-poe-pato-inflavel-na-esplanada.html>>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>257</sup> BEDINELLI, Talita. Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT. 08 de outubro de 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412\\_797786.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html)>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>258</sup> APROVAÇÃO a Governo Dilma Rousseff cai 27 pontos em três Semanas. *Instituto Datafolha*, 29 de junho de 2013. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>>. Acesso em: 22/06/2021.

E, é nesse clima que o Congresso aceita o pedido de *impeachment* de Dilma acusando-a de ‘pedaladas fiscais’<sup>259</sup>. Esta é a expressão que ficou conhecida por designar os atrasos nos repasses da União aos bancos públicos, com a finalidade de cobrir gastos dessas instituições com programas do governo. “Esses gastos podem ser, por exemplo, pagamentos de benefícios como seguro-desemprego, o Bolsa Família, ou subsídios para que os bancos concedessem empréstimos com juros mais baratos a empresários e agricultores”<sup>260</sup>.

Neste ínterim, o então ministro da justiça, Sérgio Moro torna público um áudio, em que Dilma nomeia Lula como ministro e o acusa de visar a imunidade parlamentar na investigação sobre a suposta compra de um *triplex*, acusação esta, que não foi comprovada.

Sérgio Moro, juiz da operação Lava Jato, apresenta em seu Currículo Lattes, que “participou do *International Visitors Program* organizado em 2007 pelo Departamento de Estado norte americano com visitas a agências e instituições dos EUA encarregadas da prevenção e do combate à lavagem de dinheiro”.

Por detrás das cortinas, vimos como é importante recordar que, em 2007, a Petrobrás havia descoberto o pré-sal e documentos já apontavam o interesse dos EUA nessa descoberta, como afirma reportagem do Fantástico, em 2013<sup>261</sup>. Acerca do petróleo vimos que,

Em 2006, a Petrobrás compra a refinaria de Pasadena, que fica próxima aos principais poços de petróleo em operação nos EUA. Até então a Petrobrás tinha planos de investir no mercado americano, no entanto, com a descoberta do Pré-Sal, houve uma reviravolta nos planos da empresa. De janeiro de 2007 a julho de 2008, o preço do barril de petróleo, que já vinha em uma tendência de alta desde 1999, saltou de 54 para 133 dólares. Ele caiu para a casa dos 40 dólares o barril depois da crise de 2008, mas voltou a operar acima dos 100 dólares a partir de janeiro de 2011. Em agosto de 2014, após 43 meses consecutivos de operações no mercado com o barril valendo mais de 100 dólares, os preços começam a despencar. Nos primeiros meses de 2016 o barril de petróleo tem sido cotado na casa dos 35 dólares<sup>262</sup>

Dessarte, em conversas ocorridas em março de 2016, o ministro do Planejamento, senador licenciado Romero Jucá (PMDB-RR), sugeriu ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado que a derrubada de Dilma poderia “estancar a sangria” representada pela Operação

<sup>259</sup> MOTOMURA, Marina; AMORIM, Felipe. Eduardo Cunha aceita pedido de impeachment da oposição contra Dilma. *Uol*, 02 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/02/eduardo-cunha-impeachment.htm>>. Acesso em: 22/06/2021.

<sup>260</sup> EDITORIAL. Você sabe por que Dilma sofreu o impeachment? Entenda o que são as pedaladas e créditos suplementares. *R7*. 31 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/voce-sabe-por-que-dilma-sofreu-o-impeachment-entenda-o-que-sao-pedaladas-e-creditos-suplementares-31082016>>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>261</sup> EDITORIAL. Petrobras foi espionada pelos EUA, apontam documentos da NSA. Confirmação da espionagem está em documentos ultrassecretos, vazados por Edward Snowden, ao qual o Fantástico teve acesso exclusivo. *GI*, 9 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/petrobras-foi-espionada-pelos-eua-apontam-documentos-da-nsa.html>>. Acesso em: 02/06/2021.

<sup>262</sup> SENE, *op. cit.*, 2016.

Lava Jato, que, inclusive investigava ambos. Uma gravação de áudio é vazada para a imprensa, trazendo um diálogo de Romero Jucá, em que antecipa os planos do PMDB. Sua conversa, revelada com o ex-presidente da Transpetro<sup>263</sup>, se tornou pública e escancarou o golpe em curso naquela ocasião, que empossou o vice-presidente Michel Temer.

No dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovava, “por 367 votos favoráveis e 137 contrários, a autorização para ter prosseguimento no Senado o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff<sup>264</sup>. Com “sete abstenções e dois ausentes, dentre os 513 deputados, a sessão durou 9 horas e 47 minutos; a votação, seis horas e dois minutos”.

De acordo com Rodrigo Janot, Bolsonaro só passou a catalisar o sentimento anti-PT, que se traduzia nos protestos contra a corrupção na Petrobrás, depois que Cunha perdeu o mandato, dessa forma, não seria errado dizer que Bolsonaro se aproveitou desta conjuntura para ascender à cadeira da presidência.

O impacto do golpe de 2016 repercutiu de modo extremo na política nacional, especialmente, entre a esquerda, os movimentos sociais, partidos, sindicatos, intelectuais, artistas, dentre outros, sensibilizando o mundo todo. Tanto que, no dia 24 de agosto de 2016<sup>265</sup>, alguns artistas e intelectuais estrangeiros lançaram uma carta, e no dia 28 deste mesmo mês, esta mesma categoria de brasileiros fizeram o mesmo.

“Nos solidarizamos com nossos colegas artistas e com todos aqueles que lutam por democracia e justiça em todo o Brasil”, diz a carta, que tem entre seus 22 signatários nomes como o ator Viggo Mortensen, de “O Senhor dos Anéis”, o músico Brian Eno, o cantor Harry Belafonte e o cineasta Oliver Stone. (...) Este não foi o único grupo de estrangeiros a manifestar preocupação com a situação pelo qual passa o Brasil. (...) Um grupo de organizações nos EUA divulgou uma declaração no mesmo tom, na qual afirma que a democracia brasileira está “em grave risco”. Entre as 44 organizações signatárias estão movimentos de classe, como a poderosa central sindical AFL-CIO, que tem mais de 12 milhões de membros, e grupos sociais diversos. (...). Em maio passado, o Congresso brasileiro orquestrou um golpe legislativo, afastando a presidenta Dilma Rousseff em meio a acusações forjadas de má gestão fiscal. Deputados e senadores usaram um discurso de ódio sexista, invocando crenças religiosas e até mesmo elogiando o torturador da presidenta Rousseff em sua campanha de difamação”, diz a declaração.<sup>266</sup>

<sup>263</sup> NETTO, Vladimir. Áudios vazados revelam planos de Romero Jucá para abafar Lava Jato. *GI*, 24 de maio de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/05/audios-vazados-revelam-planos-de-romero-juca-para-abafar-lava-jato.html>>. Acesso em: 25/02/2022.

<sup>264</sup> EDITORIAL. Confira a lista final da votação do impeachment na Câmara. *UOL*. 18 de abril de 2016. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/a-lista-final-da-votacao-do-impeachment-na-camara/>>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>265</sup> EDITORIAL. Artistas e intelectuais brasileiros lançam carta contra o impeachment. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1807955-artistas-e-intelectuais-brasileiros-lancam-carta-contr-o-impeachment.shtml>>. Acesso em: 24/02/2021.

<sup>266</sup> NINIO, Marcelo. Artistas estrangeiros se unem à campanha contra impeachment. *Folha de São Paulo*, 24 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1806495-artistas-estrangeiros-se-unem-a-campanha-contr-o-impeachment.shtml>>. Acesso em: 04/05/2021.

Como podemos observar a resistência contra o golpe ocorreu entre diversos setores da sociedade, entre os quais artistas, o MST, MTST, a Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, partidos de esquerda, dentre outros. Mas, acima de tudo, o movimento de mulheres, pode ser considerado um dos que obteve maior destaque na resistência ao golpe.

Enfim, o resultado da Lava Jato é que, apesar de ter prendido alguns políticos, não acabou com a corrupção no Brasil como se propunha. Confundiu ainda mais a população, e, não foi imparcial, como alegava. Sendo que, as chamadas pedaladas fiscais são condutas comuns entre os governos, e, nem por isso se vê a destituição de todos os que a praticam. Tanto que, após a destituição de Dilma, as pedaladas foram legalizadas. Ao mesmo tempo em que, estabelece-se, após o golpe, a Emenda Constitucional nº 95 para garantir o “teto de gastos” e “reafirmar a autocracia burguesa no Brasil”<sup>267</sup>. O que significa na prática, que, não tem orçamento para financiar a necessidade dos setores precarizados e oprimidos, tais como saúde e educação pública e de qualidade, mas garante que tenha dinheiro para pagar juros aos bancos.

Além do mais, a Lava Jato destituiu a primeira mulher presidenta do Brasil, para o prejuízo no avanço das conquistas das mulheres. E, por fim, destruiu boa parte dos setores ligados à indústria de base brasileira, como a construção civil e a petrolífera, o que gerou 4,4 milhões de desempregados e a acentuada queda de 3,6% do PIB.<sup>268</sup>

---

<sup>267</sup> MAIER, Friedrich. A “PEC do Teto” como reafirmação da autocracia burguesa no Brasil? | Friedrich Maier. *NORUS*, v. 7, nº 12, p. 298-322, ago/dez de 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/18100>>. Acesso em: 16/02/2022.

<sup>268</sup> IMPLICAÇÕES Econômica Intersetoriais da Operação Lava Jato. *Dieese*. São Paulo, 16 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>>. Acesso em: 05/02/2022.

### 3.2. O VOTO EM NOME DO “PAI”, DA PROPRIEDADE, DA FAMÍLIA OU DO CHICOTE

Esta parte do capítulo, ao manusear como fonte de pesquisa os Anais da Câmara dos Deputados do dia 17 de abril de 2016<sup>269</sup>, investiga se os argumentos destes/as deputados/as, que votaram a favor do impedimento de Dilma Rousseff, estão incrustados de aspectos machistas e misóginos. E, mesmo nas entrelinhas, de que forma, as suas justificativas de voto envolvem as insígnias ideológicas e estruturais do patriarcado dentro da sociedade brasileira, revelando enfim a dimensão machista do golpe.

E, mesmo que estes/as deputados/as evocassem, durante a votação, o nome de Deus/Pai, da família, do seu eleitorado, da sua religião, do combate à corrupção, do ‘bem da Nação’<sup>270</sup>, e assim por diante, estes argumentos e justificativas estão incorporadas, relacionadas, ligadas, estruturadas a uma moral burguesa e patriarcal, além de remeter à uma sociedade ultraconservadora e machista, dominada por uma elite aristocrática de latifundiários, dos setores ligados também à adeptos da ideologia reacionária e de parte dos neopentecostais<sup>271</sup>.

É perceptível que, uma das razões pessoais para os motivos políticos de alguns/as deputados/as na hora de justificar o voto está relacionada, por exemplo, ao medo da Lava Jato e suas consequências para os/as investigados/as, ao abordar esta operação, constantemente, nas suas falas. Mas, estas são razões individuais, e poderiam, como sempre fizeram os políticos no Brasil, ser acordadas entre eles/as, levando em conta que, na prática, a maioria dos grandes partidos estavam envolvidos. Mas, “estancar a sangria”, de acordo com Romero Jucá, era tirar Dilma. Isto significa que eles acreditavam que ela não daria brecha para a “impunidade”? De acordo com Rodrigo Janot, em seu recente livro publicado<sup>272</sup>, Dilma não interferia nas investigações.

Percebemos, que as verdadeiras razões políticas vão muito além apenas da corrupção ou da Lava Jato. Mesmo que esta operação tivesse dado o gatilho para o golpe, estas razões

<sup>269</sup> ATA da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2º Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de Abril de 2016. Anais da Câmara dos Deputados, publicado em 18 de abril de 2016. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020160418000560000.PDF#page=>>. Acesso em: 17/05/2021.

<sup>270</sup> PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 33, nº 96, 2018. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092018000100501&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000100501&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22/04/2021.

<sup>271</sup> Refiro àqueles/as que não respeitam a laicidade do Estado.

<sup>272</sup> JANOT et al, *op. cit.*, 2019.

estão incrustadas em uma ideologia burguesa, racista e patriarcal, de grupos, que digladiavam para manter os seus privilégios de explorar os setores oprimidos, incluindo as mulheres, e preservar o *status quo*, de uma classe oriunda da ‘Casa Grande’, que defende e alude à propriedade privada. Nesta perspectiva, é apontada a violência exacerbada contra Dilma Rousseff, durante este processo, como símbolo da dimensão machista no golpe.

A violência contra as mulheres no Brasil (...) se constitui como uma das questões mais emblemáticas da persistência do poder patriarcal no país. No plano simbólico, a violência sexista é utilizada como um elemento de desqualificação política e como ameaça para todas as mulheres. Mesmo quando se dirige a uma mulher específica ou a mulheres que exercem cargos de poder, essa violência simbólica, necessariamente, atinge todas as mulheres. No plano político, a violência sexista tem sido utilizada, permanentemente, como uma arma contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, mostrando, dessa forma, que o machismo é um elemento central para uma forma de disputa política baseada na truculência e na ausência de princípios éticos. (...) Os setores conservadores e fundamentalistas impõem um poder sobre o Estado que fere os princípios democráticos da laicidade, impedindo a plenitude do acesso e da vivência das mulheres aos direitos reprodutivos e sexuais. Ameaças constantes ao que já foi alcançado pelas mulheres no campo desses direitos e a criminalização do aborto denotam o quanto ainda é contundente o exercício de controle patriarcal sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. (...) A relação entre patriarcado e ultraliberalismo econômico se mostra vigorosa no contexto (...). Acrescente-se a essa relação o fundamentalismo religioso, e teremos a conformação do caráter das forças políticas que engendram a crise política.<sup>273</sup>

Com este ponto de vista, a importância de fazer apontamentos sobre o decoro parlamentar é a de avaliar a conduta ética destes/as congressistas que, supostamente, estariam, ou pelo menos deveriam estar, aptos a julgar a primeira mulher presidenta do Brasil.

Decoro parlamentar é um termo jurídico que caracteriza a conduta ou postura individual que uma pessoa com cargo político deve adotar no exercício de seu mandato. Este tipo de conduta deve ser adotada pelos/as representantes eleitos/as e espera-se que seja exemplar, seguindo as normas da sociedade, como a honradez, a decência, a honestidade, etc.

Segundo a Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 55, primeiro parágrafo, “§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas”.

Art. 55, CF. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar
- III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

<sup>273</sup> ÁVILA, *op. cit.*, 2016.

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.<sup>274</sup>

Neste sentido, a avaliação do desvio de conduta, no que tange à corrupção é importante no sentido de avaliar as virtudes dos/as votantes. Não obstante, é relevante destacar que, na votação do impedimento de Dilma Rousseff, vários/as deputados, que estavam sendo investigados por corrupção votaram neste processo. Rodrigo Janot<sup>275</sup> revelou alguns nomes envolvidos. “Na primeira lista estavam 31 políticos do PP (a maioria de deputados e senadores), oito do PT, sete do PMDB, um do PSDB, um do PTB e um do SD”<sup>276</sup>.

Os nomes do PP a serem investigados eram Ciro Nogueira, Gladson Cameli, Benedito de Lira, Nelson Meurer, Luiz Fernando Faria, Mário Negromonte, Aguinaldo Ribeiro, Arthur Lira, Simão Sessim, José Otávio Germano, João Sandes Sandes Júnior, Eduardo da Fonte, Dilceu Sperafico, Jerônimo Goergen, João Leão, Afonso Hamm, Missionário José Olímpio, Lázaro Botelho Martins, Luis Carlos Heinze, Renato Molling, Roberto Balestra, Roberto Britto, Vilson Covatti, Waldir Maranhão, João Alberto Pizzolatti, Aline Corrêa, Roberto Teixeira, Carlos Magno Ramos, Pedro Corrêa, Pedro Henry e José Linhares da Ponte. Não sou cientista político, mas acho que era a nata do partido. Do PT seriam alvos de inquéritos Gleisi Hoffmann, Antonio Palocci, Lindbergh Farias, Humberto Costa, José Mentor, Vander Loubet, Cândido Vaccarezza e João Vaccari Neto. (...) Nas fileiras do PMDB, os investigados seriam Eduardo Cunha, Renan Calheiros, o ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão, a governadora do Maranhão Roseana Sarney, Romero Jucá, (...), o deputado Aníbal Gomes e, por último, Valdir Raupp. Entre os investigados estavam ainda o ex-presidente da República Fernando Collor (PTB), o ex-governador de Minas Gerais Antonio Anastasia (PSDB), o deputado Luiz Argolo (SD) e o lobista Fernando Falcão. Por falta de indícios mais substanciais, foram arquivadas as investigações sobre o senador Aécio Neves, o ex-ministro Henrique Eduardo Alves, o deputado Alexandre José dos Santos e o ex-senador Delcídio do Amaral.<sup>277</sup>

Na segunda lista de Janot podemos observar que vários outros nomes surgiram. E, o ministro Edson Fachin autorizou a abertura de inquéritos contra os políticos que estavam nesta

<sup>274</sup> BRASIL. Constituição Federal Brasileira, Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 31/05/2021.

<sup>275</sup> Rodrigo Janot Monteiro de Barros foi Procurador-Geral da República do Brasil de 2013 a 2017 e foi um dos responsáveis pela investigação no caso da Operação Lava Jato.

<sup>276</sup> JANOT et al, *op. cit.*, p. 78.

<sup>277</sup> *Ibidem*, p. 52-53.

segunda lista<sup>278</sup>. De acordo com Janot, Deltan Dallagnol<sup>279</sup> teria tentado intervir nas investigações, quando solicitou a ele que invertesse a ordem, colocando o PT em primeiro lugar nesta lista. Pela ordem de prioridade de Janot, o PP seria o primeiro, seguido pelo PMDB.<sup>280</sup> E, da mesma forma, a rede Globo manipulou a opinião pública, quando divulgou uma lista diferente da de Janot, omitindo alguns nomes e destacando outros.

---

<sup>278</sup> Segunda Lista de Janot, investigados por partidos, PSDB: Aécio Neves, senador (PSDB-MG), Aloysio Nunes Ferreira, ministro das Relações Exteriores (PSDB-SP), Antonio Anastasia, senador (PSDB-MG), Bruno Araújo, ministro das Cidades (PSDB-PE), Cássio Cunha Lima, senador (PSDB-PB), Dalirio Beber, senador (PSDB-SC), Betinho Gomes, deputado federal (PSDB-PE), João Paulo Papa, deputado federal (PSDB-SP), José Serra, senador (PSDB-RJ), Jutahy Júnior, deputado federal (PSDB-BA), Napoleão Bernardes Neto, prefeito de Blumenau (PSDB-SC), Ricardo Ferraço, senador (PSDB-ES), Yeda Crusius, deputada federal (PSDB-RS); PMDB: Eduardo Braga, senador (PMDB-AM), Daniel Vilela, deputado federal (PMDB-GO), Edison Lobão, senador (PMDB-MA), Eduardo Paes, ex-prefeito (PMDB-RJ), Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil (PMDB-RS), Eunício Oliveira, senador (PMDB-CE), Helder Barbalho, ministro da Integração Nacional (PMDB-PA), Renan Filho, governador de Alagoas (PMDB), Kátia Abreu, senadora (PMDB-TO), Lúcio Vieira Lima, deputado federal (PMDB-BA), Maguito Vilela, ex governador, ex-senador e ex-prefeito (PMDB-GO), Pedro Paulo, deputado federal (PMDB-RJ), Rodrigo Jucá, ex-candidato a vice-governador de Roraima, filho de Romero Jucá (PMDB-RR), Romero Jucá, senador (PMDB-RR), Valdir Raupp, senador (PMDB-RO), Moreira Franco, ministro da Secretaria-Geral da Presidência (PMDB); PP: Blairo Maggi, ministro da Agricultura (PP-MT), Cacá Leão, deputado federal (PP-BA), Ciro Nogueira, senador (PP-PI), Dimas Fabiano, deputado federal (PP-MG), Ivo Cassol, senador (PP-RO), Renan Calheiros, senador (PMDB-AL), Júlio Lopes, deputado federal (PP-AL), Mário Negromonte Jr., deputado federal (PP-BA), Paulo Henrique Lustosa, deputado federal (PP-CE), Rosalba Ciarlini, prefeita de Mossoró (PP-RN); DEM: Cesar Maia, vereador (DEM-RJ), José Carlos Aleluia, deputado federal (DEM-BA), Onyx Lorenzoni, deputado federal (DEM-RS), Rodrigo Maia, deputado federal (DEM-RJ), Rodrigo Garcia, secretário de Habitação de São Paulo (DEM-SP); PT: Ana Paula Lima, deputada estadual (PT-SC), Arlindo Chinaglia, deputado federal (PT-SP), Carlos Zarattini, deputado federal (PT-SP), Décio Lima, deputado federal (PT-SC), Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda (PT), Humberto Costa, senador (PT-PE), Jorge Viana, senador (PT-AC), Zeca Dirceu, deputado federal (PT-PR), José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil (PT-SP), Zeca do PT, deputado federal (PT-MS), Lindbergh Farias, senador (PT-RJ), Marco Maia, deputado federal (PT-RS), Maria do Rosário, deputada federal (PT-RS), Nelson Pellegrino, deputado federal (PT-BA), Oswaldo Borges da Costa, ex presidente da Codemig; Paulo Bernardo, ex-ministro das Comunicações (PT-PR), Paulo Rocha, senador (PT-PA), Tião Viana, governador do Acre (PT-AC), Vander Loubet, deputado federal (PT-MS), Vicente Cândido, deputado federal (PT-SP); PCdoB: Daniel Almeida, deputado federal (PCdoB-BA), Eron Bezerra, marido da senadora Vanessa Graziottin (PCdoB-AM), Vanessa Graziottin, senadora (PCdoB-MA); PSB: Fernando Bezerra Coelho, senador (PSB-PE), Heráclito Fortes, deputado federal (PSB-PI), José Reinaldo, deputado federal (PSB-MA), Lídice da Mata, senadora (PSB-BA); PSD: Antonio Brito, deputado federal (PSD-BA), Fábio Faria, deputado federal (PSD-RN), Gilberto Kassab, ministro de Ciência e Tecnologia (PSD-SP), Omar Aziz, senador (PSD-AM), Robinson Faria, governador do Rio Grande do Norte (PSD-RN); PR: Alfredo Nascimento, deputado federal (PR-AM), João Carlos Bacelar Filho, deputado federal (PR-BA), Milton Monti, deputado federal (PR-SP), Júlio Neto, ex deputado federal (PR-SP); SD: Paulinho da Força, deputado federal (SD-SP); PPS: Arthur Oliveira Maia (PPS-BA); PTdoB: Cândido Vaccarezza, ex-deputado federal (PTdoB-SP); PRB: Celso Russomanno, deputado federal (PRB-SP), Marcos Pereira, ministro da Indústria, Comércio e Serviços (PRB-SP), Beto Mansur, deputado federal (PRB-SP); PTB: Edvaldo Brito, candidato ao Senado em 2010 (PTB-BA), Vado da Farmácia, ex-prefeito de Cabo de Santo Agostinho (PTB-PE), Edvaldo Brito, candidato ao Senado em 2010 (PTB-BA); PTC: Fernando Collor, senador (PTC-AL); PMN: José Feliciano de Barros Júnior, vereador (PMN-PE). Além de Humberto Kasper, ex-diretor da Trensurb, Marco Arildo Prates da Cunha, ex diretor da Trensurb, João Carlos Gonçalves Ribeiro, ex-secretário de Planejamento de Rondônia, Moisés Pinto Gomes, marido da senadora Kátia Abreu, Paulo Vasconcelos, ex-marqueteiro de Aécio Neves, Ulisses César Martins de Sousa, ex-procurador geral do Maranhão, Vital do Rêgo Filho, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), dentre outros.

<sup>279</sup> FORTES, Carolina. Quem é Dallagnol, o procurador que perseguiu Lula e destruiu o Brasil. *Revista Fórum*, 05 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/quem-e-dallagnol-o-procurador-que-perseguiu-lula-e-destruiu-o-brasil/>>. Acesso em: 31/01/2022.

<sup>280</sup> JANOT et al, *op. cit.*, p. 170-171.

E, além destes/as deputados/as poderem votar, um deles ainda presidiu a votação, vide o próprio Eduardo Cunha, que, naquele momento, havia sido “denunciado ao STF (Supremo Tribunal Federal) por suspeita de ter recebido US\$ 5 milhões em propina do esquema investigado pela operação Lava Jato.”<sup>281</sup>

E, mesmo que Cunha falasse sobre respeito e quisesse dar um tom moralizante para a sessão de votação, o fato dele ser investigado por corrupção, na realidade, representava exatamente o contrário. De acordo com Rodrigo Janot, “de todos os investigados (...) da Lava Jato em Brasília, Eduardo Cunha foi, de longe, o que mais opôs resistência ao trabalho do Ministério Público.”<sup>282</sup> E, sendo ele, claramente defensor da destituição de Dilma por razões pessoais, não estaria apto a presidir de maneira isenta e imparcial.

O cargo de presidente da Câmara dos Deputados é um dos mais importantes da República brasileira, possuindo uma série de atribuições chave. Substitui o/a Presidente/a da República em caso de *impeachment*, representa a Casa Legislativa nos pronunciamentos oficiais, preside a Mesa Diretora, que tem a função de supervisionar os trabalhos legislativos, define a lista de projetos a serem votados em Plenário, age como um supervisor dos trabalhos e se reúne com os líderes dos partidos, bancadas, governo e oposição, para traçar acordos sobre votações, comissões e outros<sup>283</sup>. Sendo assim, deveria ser óbvio que o decoro fosse aplicado a ele também.

Dentre os/as deputados/as investigados na operação Lava Jato que votaram neste dia pude identificar que a maioria deles/as votou pelo ‘sim’. Veja tabela na página a seguir:

---

<sup>281</sup> AMORIM, Felipe. Por 11 votos a 9, Conselho de Ética segue processo contra Eduardo Cunha. *UOL*, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/15/conselho-de-etica-eduardo-cunha.htm>>. Acesso em: 05/02/2022.

<sup>282</sup> JANOT et al, *op. cit.*, p. 95.

<sup>283</sup> CONHEÇA as atribuições do Presidente da Câmara dos Deputados. *Agência Câmara Notícias*, 18 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/721792-conheca-as-atribuicoes-do-presidente-da-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 15/09/2021.

<b>TABELA 1</b>		
<b>COMO VOTOU OS/AS DEPUTADOS/AS INVESTIGADOS NA LAVA JATO DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF EM 2016</b>		
<b>NOME</b>	<b>VOTO NO IMPEACHMENT</b>	<b>PARTIDO</b>
Nelson Meurer	SIM	PP
Luiz Fernando Faria	SIM	PP
Mário Negromonte	ABSTENÇÃO	PP
Aguinaldo Ribeiro	SIM	PP
Arthur Lira	SIM	PP
Simão Sessim	SIM	PP
José Otávio Germano	SIM	PP
Eduardo da Fonte* (queria passar o voto para o filho)	SIM	PP
Dilceu Sperafico	SIM	PP
Jerônimo Goergen	SIM	PP
Afonso Hamm	SIM	PP
Luis Carlos Heinze	SIM	PP
Renato Molling	SIM	PP
Roberto Balestra	SIM	PP
Roberto Britto	NÃO	PP
Waldir Maranhão	NÃO	PP
Cacá Leão	ABSTENÇÃO	PP
Dimas Fabiano	SIM	PP
Júlio Lopes	SIM	PP
Mário Negromonte Jr.	ABSTENÇÃO	PP
Missionário José Olímpio	SIM	DEM
José Carlos Aleluia	SIM	DEM

Onyx Lorenzoni	SIM	DEM
Rodrigo Maia	SIM	DEM
Eduardo Cunha	SIM	PMDB
Aníbal Gomes	AUSENTE	PMDB
Daniel Vilela	SIM	PMDB
Lúcio Vieira Lima	SIM	PMDB
Pedro Paulo	SIM	PMDB
Betinho Gomes	SIM	PSDB
João Paulo Papa	SIM	PSDB
Jutahy Júnior	SIM	PSDB
José Mentor	NÃO	PT
Vander Loubet	NÃO	PT
Arlindo Chinaglia	NÃO	PT
Carlos Zarattini	NÃO	PT
Décio Lima	NÃO	PT
Zeca Dirceu	NÃO	PT
Zeca do PT	NÃO	PT
Marco Maia	NÃO	PT
Maria do Rosário	NÃO	PT
Vander Loubet	NÃO	PT
Vicente Cândido	NÃO	PT
Daniel Almeida	NÃO	PCdoB
Heráclito Fortes	SIM	PSB
José Reinaldo	SIM	PSB
Antonio Brito	NÃO	PSD
Fábio Faria	SIM	PSD
Alfredo Nascimento	SIM	PR

Milton Monti	SIM	PR
Celso Russomanno	SIM	PRB
Beto Mansur* (foi o primeiro secretário da mesa na Câmara dos Deputados durante o processo de impeachment de Dilma)	SIM	PRB
Fonte: Planilha elaborada por mim de acordo com os dados pesquisados.		

Logo no início da sessão de votação ocorreu um desacordo em relação aos ritos e critérios da votação adotados pelo então presidente da Câmara. Ao dar início aos trabalhos, Eduardo Cunha, proferiu os ‘esclarecimentos sobre o rito procedimental da votação’. Na sessão, os votos foram nominais e abertos, sendo alternadas entre as regiões norte e sul. As chamadas dos/as parlamentares foram feitas por ordem alfabética dentro do mesmo Estado e se deu por microfone localizado ao centro da câmara. Cunha afirmou que a chamada dos/as ausentes ocorreria:

(...) logo após o término da chamada dos Deputados de cada Estado. As declarações escritas de voto serão recepcionadas em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 182 do Regimento Interno, após a conclusão do processo de votação. Os membros da Mesa repetirão o nome do Deputado, consignarão o seu voto e, a seguir, indicarão o total de votos - conforme seja “sim”, “não”, “abstenção” - e também as ausências. Eles devem anunciar o número total de votos, para que seja acompanhado pelo Plenário. (...). Iniciaremos conforme foi divulgado: repetiremos o critério. Nós colocaremos os partidos sem blocos na lista. Chamaremos os Líderes dos partidos pela ordem do maior para o menor, como se fosse orientação. Acresceremos o tempo de 1 minuto ao partido, que corresponderia à orientação. Os partidos que não têm liderança, terão o tempo da semana, se não o utilizaram. Caso tenham utilizado, o tempo será de 1 minuto. A partir de agora, será facultada a palavra aos Líderes dos partidos. O tempo do partido será de responsabilidade do Líder, que o utilizará da forma que lhe convier. Se quiser, poderá dividi-lo. Cada Líder é o responsável.<sup>284</sup>

Contudo, atrás do plenário e do presidente da câmara, local de grande visibilidade ao público, que assistia através de transmissão ao vivo pelas emissoras de TV e nas mídias<sup>285</sup>, estiveram presentes, ao longo da votação, vários deputados que apoiavam o golpe. No plenário muitos/as apresentavam cartazes, alguns favoráveis à destituição da presidenta, em que apresentavam os dizeres: “Tchau, querida!”, em tom irônico.

<sup>284</sup> ATA da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, *op. cit.*, 2016.

<sup>285</sup> CÂMARA dos Deputados. Plenário: Sessão Deliberativa. *Youtube*, 17/04/2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>>. Acesso em: 17/02/2022.

**Figura 8:** Foto do Plenário da Câmara dos Deputados



Fonte: Metrôpoles, 18 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.metrolopes.com/brasil/politica-brasil/alvos-da-lava-jato-votam-contradilma-na-camara?amp>>. Acesso em: 16/02/2022.

Ao ser indagado sobre a imparcialidade da mesa pelo deputado Afonso Florence (PT), Eduardo Cunha agiu de forma a provocar o PT, e disse que não podia determinar o lugar aonde cada um ficaria. Obviamente, isso gerou protestos dentro do Plenário da Câmara.

O espetáculo que foi perpetrado na sessão da Câmara dos Deputados nesta data, não trouxe provas dos supostos crimes alegados pelo pedido de Janaína Pascoal e Miguel Arraes, as pedaladas fiscais. Os discursos eram políticos e indicavam suas posições ideológicas. Os agentes que impulsionaram este espetáculo evocaram, durante a sua votação, motivos e homenagens privadas e familiares, e, com grande peso, a sua base eleitoral. E, é bastante visível também o destaque dos votantes da bancada evangélica<sup>286</sup>.

Em termos relativos, o encaminhamento do processo de admissibilidade do impeachment da presidente Dilma pelos votantes foi de 93,8% entre os evangélicos e de 67,7% entre os não evangélicos (...). Com uma porcentagem tão expressiva, os evangélicos marcaram sua diferença. (...) Em muitos casos, bastou uma palavra para definir uma justificativa do voto: democracia, constituição, Deus. Em outros, são várias as palavras ou expressões que podem se referir a um mesmo motivo ou orientação que embasa, verdadeiramente ou não, a escolha do deputado. (...) Quando um deputado diz que vota em nome de sua cidade, qualquer que seja ela, de seu Estado ou região, ou ainda quando fala do povo de sua cidade, ele está se referindo à sua base eleitoral.<sup>287</sup>

<sup>286</sup> É importante salientar que nem todos os/as evangélicos/as são reacionários. Para saber um pouco mais sobre isso veja reportagem. JUNIOR, Zé Barbosa. Conhecendo os evangélicos progressistas: Igrejas não bolsonaristas pelo Brasil. *Revista Fórum*, 19 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/rede/conhecendo-evangelicos-progressistas-igrejas-nao-bolsonaristas-br/>>. Acesso em: 05/02/2022.

<sup>287</sup> PRANDI et al, *op. cit.*, 2018.

É significativo perceber que uma das questões de grande peso e relevância para a aprovação do processo de destituição da presidenta Dilma e seu prosseguimento para a votação na Câmara dos Deputados e Senado é o contexto que se deu em um clima tenso. E, como vimos, muitos dos investigados na Operação Lava Jato desejavam a saída de Dilma para “estancar a sangria” desta operação, ou seja, temiam que as investigações os atingissem.

Evidencia-se que, eleger o deputado Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados era uma das estratégias desta parcela de políticos favoráveis ao impedimento para dar seguimento ao golpe. Então, é preciso falar um pouco sobre quem era e o que representava Eduardo Cunha naquele momento, para salientar como ele não foi, de forma nenhuma imparcial, neste processo.

Como mencionado, Eduardo Cunha<sup>288</sup> era uma liderança evangélica, e representava, naquele momento, uma política ultraconservadora, ligada às chamadas bancadas da “Bíblia, da Bala e do Boi”, sendo que, essa política defende, abertamente, a criminalização da mulher que fizer o aborto, até mesmo em caso de estupro. Da mesma forma, defendem a proibição da discussão sobre gênero nas escolas, o desmatamento das terras indígenas, a redução da maioria penal, o armamento dos “homens de bem”<sup>289</sup>, dentre outras políticas retrógradas.

Igualmente, é relevante destacar que, em dezembro de 2015, a “bancada do PT decidiu que iria votar pela continuidade do processo de cassação do deputado. Os votos dos três integrantes da legenda no colegiado eram considerados fundamentais para definir se o processo contra Cunha seguiria ou seria arquivado”<sup>290</sup>.

Quando percebeu que a investigação da Procuradoria-Geral da República poderia trazer consequências concretas contra ele, Cunha mandou um recado para Dilma Rousseff. A presidente deveria “segurar” o procurador-geral, caso contrário ele tocaria adiante o pedido de impeachment dela. A mensagem foi transmitida à presidente pelo ministro Cardozo. Na conversa com Dilma, Cardozo adiantou que se segurar seria impossível, que o procurador-geral tinha autonomia, não podia ser controlado. A presidente ouviu as explicações e disse que conversaria com Cunha.<sup>291</sup>

<sup>288</sup> Foi eleito pelo PPB, para exercer o mandato de deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 2003 e 2007, e pelo PMDB para o mesmo cargo entre 2007 e 2011, sendo reeleito pelo mesmo partido entre 2011 e 2015, e também, entre 2015 e 2019. Mas, teve a suspensão do meu mandato para presidir a Câmara dos Deputados a “partir de 5 de maio de 2016, segundo Ato da Mesa nº 88 de 2016, publicado no Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados, nº 75, de 14 de maio de 2016.” *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-eduardo>>. Acesso em: 10/09/2021.

<sup>289</sup> CHADE, Jamil. Para os “homens de bem”, só algumas pessoas têm direito a ter direitos. *El País*, 16 de outubro de 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/16/opinion/1571236452\\_472905.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/16/opinion/1571236452_472905.html)>. Acesso em: 07/02/2022.

<sup>290</sup> DA REDAÇÃO. Temer: Cunha abriu impeachment porque PT não o apoiou no Conselho de Ética. *UOL*, 27 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/27/temer-cunha-autorizou-impeachment-porque-pt-nao-o-apoiou-conselho-de-etica.htm>>. Acesso em: 27/01/2022.

<sup>291</sup> JANOT et al, *op. cit.*, p. 85-88.

Cunha, logo após o impedimento de Dilma, “teve o mandato cassado por 450 votos a favor e dez contra, além de nove abstenções, em 12 de setembro de 2016. Alguns deputados da tropa de choque de Cunha nem compareceram à sessão, só para não associar sua imagem à do ex-chefe, que passara a ser repudiado”<sup>292</sup>. Em 19 de outubro daquele mesmo ano, ele foi preso.<sup>293</sup>

No exame da Ata, percebi que, para analisar as votações, não seria necessário avaliar o escrutínio de todos/as os/as deputados/as, um por um, pois, dessa forma, seria muito extenso e desnecessário. Para tal intento, analiso as orientações dos partidos e bancadas, como guia de interpretação e, na sequência, avalio as falas que julgar importantes em relação ao eixo temático trabalhado, levando em conta, como isso afeta as mulheres.

Leva-se em conta que, em análise do discurso é possível perceber, que, tão importante quanto o que está explícito é o que está implícito. Portanto, mesmo que a maioria dos deputados/as não colocassem tão abertamente a sua reprovação às pautas feministas em disputa. Naquela ocasião, ao analisar o plano de fundo, percebe-se que, de forma implícita, as bancadas se articulavam em suas bases. Então, sempre que falam em “homens e mulheres de bem”, entende-se que não falam em nome de todos os homens e mulheres, mas sim, alguns/as, de maneira específica. Por qual seja, mesmo entre os “homens e mulheres de bem”, existe uma diferença no significado de “bem”, pois, neste caso, a palavra “bem”, não é usada para designar apenas pessoas boas, mas, na verdade significa: homens de posse e mulheres obedientes, segundo a ideologia, que permeia suas bases.

Nesta perspectiva, é relevante entender como cada líder dos partidos e bancadas orientaram a votação, porque, quando cada deputado/a fala, não está falando sozinho, mas em nome dos interesses de um grupo político, localizado em um campo de disputa, e, por isso, a liderança dos partidos dão a voz ao início. Primeiramente, o partido e a bancada a qual faz parte, e, em decorrência disso, podemos observar a ideologia deles, que é oriunda do seu cotidiano, da sua vida, enfim, da experiência concreta na sua base eleitoral, política, religiosa, econômica etc.

Dentre os 25 partidos presentes na Câmara, tivemos: “PMDB (59 a favor e 7 contra), PSDB (52 a favor), PP (38 a 4, e 3 abstenções) e PSB e DEM (29 cada) foram os que mais votos

---

<sup>292</sup> *Ibidem*, p. 85-88.

<sup>293</sup> DIONÍSIO, Bibiana; KANIAK, Thais; VIANNA, José; MAZZA, Malu; COSME, Marcelo. Eduardo Cunha é preso em Brasília por decisão de Sérgio Moro. *GI*, 19 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html>>. Acesso em: 31/01/2022.

deram ao impeachment. Percentualmente, PSDB, DEM, PRB, SD lideraram a lista dos nove partidos que votaram 100% pelo impeachment. PCdoB, PSOL e PT votaram 100% contra o impedimento.”<sup>294</sup>

Comumente, o uso de pronomes de tratamento utilizados para autoridades públicas são: Vossa Excelência ou Excelentíssimo<sup>295</sup>, dentre outros. Neste sentido, é interessante observar, que a aplicação desses pronomes são usados nas sessões parlamentares para designar respeito, mesmo diante de grande rivalidade. Contudo, ao se dirigir à presidenta, isso mudava e o desrespeito total à Dilma foi a marca deste triste episódio.

A primeira liderança partidária a tomar a palavra, após o relator dar o seu pronunciamento, foi o PMDB de Temer e Cunha, que representava a maior bancada da Câmara<sup>296</sup>. O deputado Picciani, líder do partido na ocasião, tomou a palavra para orientar os outros deputados do seu partido para encaminhar o voto favorável à continuidade do processo.

Em seguida foi a vez da liderança do PT, com o deputado Afonso Florence (PT-BA), que, obviamente, foi contrário. Alegou que não houve crime de responsabilidade fiscal, denunciou os investigados na Lava Jato que estavam no Plenário votando e conduzindo a votação e o golpe em curso contra a presidenta.

Logo após, foi a vez da liderança do PSDB, representada por Antônio Imbassahy (PSDB-BA) que se posicionou a favor do impedimento. Seguido por Aguinaldo Ribeiro (Bloco/PP-PB), que também se posicionou pela admissibilidade do processo de impedimento. Dentre os parlamentares da sigla, 38 votaram a favor e quatro contra o processo.<sup>297</sup>

O líder do PR (Partido da República), Aelton Freitas afirmou a sua ideologia liberal e republicana e disse que a Executiva Nacional do PR havia decidido pela orientação contrária ao processo de afastamento. Mas, a legenda votou a favor: com 26 votos favoráveis ao processo e 10 contrários. Em relação ao PSD, dos 37 deputados, 29 votaram a favor, enquanto outros oito se posicionaram contrariamente ao seguimento do processo. O PSB, PSC, PV, PPS, PMB, PRB, SD, PSL e o DEM se posicionaram favoráveis. Quanto ao PDT, o partido havia tomado

---

<sup>294</sup> D'AGOSTINO, Rosanne. Veja estados e partidos que mais votaram pelo impeachment na Câmara. *GI*. 18 de abril de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html>>. Acesso em: 10/09/2021.

<sup>295</sup> Estes pronomes de tratamento foram vedados pelo decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019.

<sup>296</sup> CALGARO, Fernanda; GARCIA, Gustavo; PASSARINHO, Nathalia. Líderes orientam bancadas em votação na comissão do impeachment. *GI*, 11 de abril de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/lideres-orientam-bancadas-em-votacao-na-comissao-do-impeachment.html>>. Acesso em: 31/01/2022.

<sup>297</sup> IMPEACHMENT de Dilma: saiba como votou cada um dos Partidos na Câmara. *Agência Brasil*. 18 de abril de 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/impeachment-de-dilma-saiba-como-votou-cada-um-dos-partidos-na-camara>>. Acesso em: 10/09/2021.

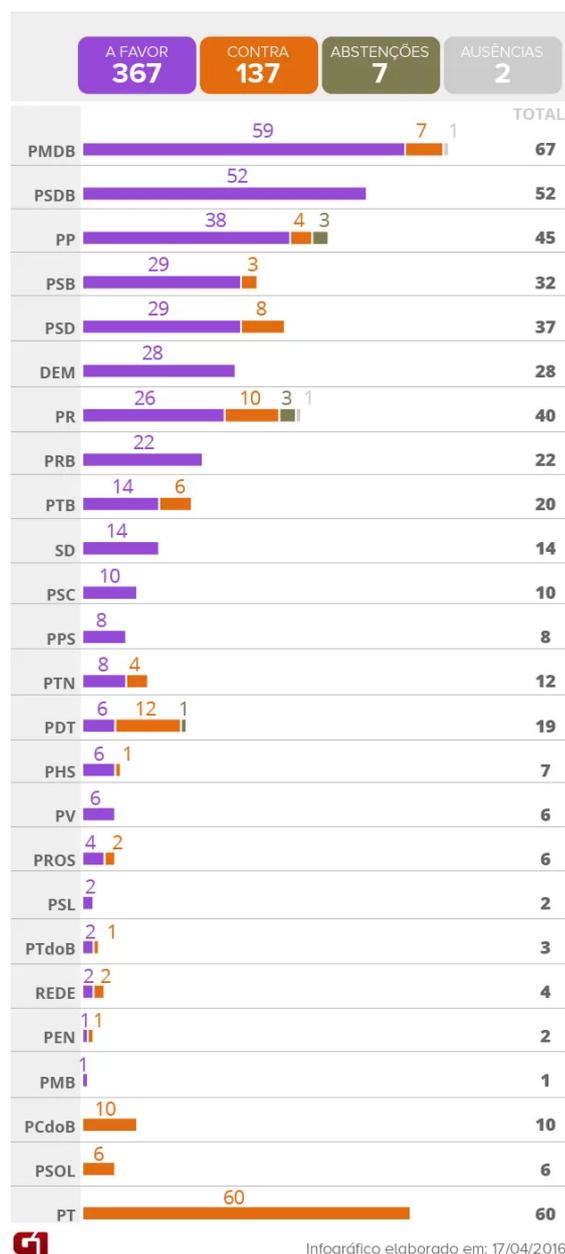
decisão contrária ao impedimento, contudo, durante a votação, 12 deputados votaram contra a deposição da presidenta, conforme a orientação do partido, mas 6 optaram por votar a favor. PTN, PROS, PHS e PEN, supostamente, de acordo com as suas lideranças, não haviam tomado uma decisão prévia sobre o assunto. Mas, durante o processo, o PTN registrou 8 votos favoráveis e 4 contrários. No PROS, foram 4 votos favoráveis e 2 contrários. Já o PHS registrou 6 votos a favor do impeachment e 1 contrário. O PEN registrou 1 voto a favor e 1 contrário.

PSOL e PCdoB se posicionaram contra o impedimento, enfatizando a acusação do golpe contra Dilma. PTdoB também votou pelo não. A maioria da direção nacional da REDE se manifestou favorável, contudo, não houve acordo, e, portanto, o partido liberou os deputados da bancada a votar de acordo com a consciência de cada um/a. E lembrou que o presidente da Câmara era réu e expôs as manobras no Conselho de Ética para que o deputado não fosse cassado antes da votação do impedimento.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Como representante. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, desta tribuna, o Deputado João Derly transmitiu a posição favorável, tomada por maioria pela direção nacional, da Rede. No entanto, nossa bancada está dividida quanto ao tema, razão pela qual a bancada será liberada, para que cada Parlamentar vote de acordo com a sua consciência. Vou defender desta tribuna a minha posição pessoal, que é contrária ao impeachment. Antes disso, porém, quero lembrar algo que unifica a Rede, apesar dessa divisão, que é o desejo de um julgamento justo e sério no Tribunal Superior Eleitoral, para que sejam apuradas todas as denúncias de uso de recursos ilícitos nas eleições passadas. Outro ponto que nos unifica é a certeza de que esse processo, pela sua gravidade, jamais poderia ser presidido por quem é réu no Supremo Tribunal Federal, como o Deputado Eduardo Cunha. É réu por corrupção e lavagem de dinheiro. Isso mostra que o que está acontecendo, nesta tarde, nada tem a ver com combate à corrupção. Se isso aqui tivesse alguma coisa a ver com combate à corrupção, o líder deste processo não seria, certamente, o Deputado Eduardo Cunha. (Palmas.) Esse processo tem a ver com uma chantagem não atendida, que levou a uma vingança. Portanto, a vingança é esse processo. A Rede apresentou com o PSOL reclamação ao Conselho de Ética, pedindo que o Deputado Eduardo Cunha fosse cassado. No entanto, 187 dias já se passaram, marcados por recursos, manobras, renúncias e substituições no Conselho de Ética desta Casa. Houve troca de Relator, abertura indevida da Ordem do Dia para impedir o funcionamento do Conselho de Ética, sabotagens ao depoimento de testemunhas, tentativa de mudança do Regimento para mudar a composição do Conselho de Ética, tudo isso, além de pressões e ameaças para evitar que ele fosse cassado.<sup>298</sup>

Como vimos, apesar das orientações das lideranças partidárias, houveram alguns/as deputados/as que votaram de forma isolada ao que o seu partido havia decidido. E, em toda a votação, foram registradas, ainda, sete abstenções: três do PR, três do PP e uma do PDT, e dois parlamentares se ausentaram da votação: Aníbal Gomes (PMDB-CE) e Clarissa Garotinho (PR-RJ). Eis abaixo um gráfico mais completo elaborado pelo G1 na próxima página:

<sup>298</sup> ATA da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, *op. cit.*, p. 49-50.

**Gráfico 5:** Votação do Processo do Impeachment na Câmara por Partido

Fonte: Infográfico elaborado pelo G1, 17 de abril de 2016 (adaptado). <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html>>. Acesso em: 16/02/2022.

Após o apanhado geral da votação, é indispensável discorrer sobre os argumentos de votação do líder do PHS<sup>299</sup>, Givaldo Carimbão (PHS-AL), o qual inicia sua fala afirmando que, o motivo do seu voto se daria por ele ser contra o aborto, a eutanásia, o infanticídio e a

<sup>299</sup> Partido Humanista da Solidariedade.

“ideologia de gênero”<sup>300</sup>. É significativo atentar para esta fala, porque o processo de Dilma era baseado nas supostas pedaladas fiscais, e, portanto, supostamente, nada teria a ver com estas questões levantadas pelo deputado:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira que nos vê neste momento, o PHS é um partido que mostra plenamente a sua democracia. Quando migrei para o PHS, ao sair do PROS, eu tinha, é claro, as minhas convicções, mas o partido, por unanimidade, assumiu posição intransigente contra o aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a ideologia de gênero. O partido e os Srs. Deputados fecham questão em torno desses temas que são caros para nós que somos cristãos.<sup>301</sup>

O propósito de destacar esta fala é entender alguns dos elementos que estavam por trás dos votos do deputado. E, para tal, é importante discutir os embates que ocorriam nos partidos naquele contexto, e como isso se refletia na sociedade e na luta das mulheres. Este destaque diz respeito à resistência das feministas contra o PL 5069/2013 que promoveu o enfrentamento ao ultraconservador presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Neste sentido, percebemos como este embate estimulou um campo de disputas políticas, que estabeleceu a necessidade de cada partido tomar posição. De um lado, se posicionava a bancada evangélica criminalizando as mulheres por serem estupradas, e do outro lado, a luta das mulheres para impedir este retrocesso. Logo, este debate foi travado, também, na sociedade, nas redes sociais, nas Igrejas, nos cultos, nas escolas, nas casas etc. Ao discutir com algum apoiador do golpe, logo vinha essa contenda em tom de acusação. Eu mesma, enquanto militante de esquerda, fui várias vezes alvo de ataques vindo desses adeptos que, após ser constatado, na discussão, que não havia provas contra Lula e Dilma, logo sentenciavam ao afirmar: “Mas, eu sou contra a esquerda, porque apoia o aborto”. Sem dúvida, esse foi um dos argumentos bastante utilizados.

Da mesma forma, é importante debater sobre o mito da “ideologia de gênero”, encampada por estes grupos ultraconservadores, ligados à Cunha. Em primeiro lugar, é preciso entender que este termo não existia, dentro dos estudos de gênero. Foi estabelecido, de forma inadequada, por estes grupos, para atacar a luta das mulheres e LGBTQIA+ por igualdade de direitos. Sobre isso, veja o que Andrea Dip, da Agência Pública de Jornalismo Investigativo, explica:

Os estudos de gênero se constituem num campo multidisciplinar, composto por várias abordagens e presentes em todas as ciências – nas naturais, nas exatas, nas jurídicas, nas da saúde, nas da comunicação, do esporte etc. Hoje os estudos de gênero se aproximam também das discussões com outras identidades, como raça-etnia, classe social, religião, nacionalidade, condição física, orientação sexual etc., sendo, por isso, chamados de estudos de interseccionalidade. O conceito gênero permite, ainda, explicar

<sup>300</sup> Logo abaixo este assunto será melhor abordado.

<sup>301</sup> ATA da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, *op. cit.*, p. 46-47.

os sujeitos LGBT, especialmente os sujeito trans, na medida em que discutem, por exemplo, a identidade de gênero e o uso do nome social. Portanto, a perspectiva de gênero está na base dos novos direitos humanos e na justificativa das políticas de amparo às mulheres que repercute nas discussões acerca do conceito de vida e das leis sobre direitos sexuais e reprodutivos, e aborto e à população LGBT. Sem dúvida, se considerarmos que o conceito gênero permite as discussões acerca da posição da mulher na sociedade, da aceitação dos novos arranjos familiares, das novas conjugalidades nos relacionamentos afetivos, ampliação da forma de ver os sujeitos da pós-modernidade e no reconhecimento da chamada diversidade sexual e de gênero, então, não há campo do conhecimento contemporâneo mais impactante e perturbador para as instituições conservadoras e tradicionais que os efeitos reflexivos dos estudos de gênero. Isso nos faz entender porque o empenho tão enfático, persistente e até, em algumas situações, antiético das instituições que criaram e divulgaram essa narrativa denominada “ideologia de gênero.”<sup>302</sup>

Portanto, vê-se que, gênero é um termo bem amplo, e os conceitos de: estudos de gêneros, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, nome social, educação sexual<sup>303</sup>, sexualidade, dentre outros, são assuntos diferentes, sendo que, o termo “gênero” não possui uma ideologia. Isto posto, pode-se dizer que, estes setores ultraconservadores, utilizaram o conceito de “ideologia de gênero”, de maneira completamente deturpada, para atacar as políticas públicas voltadas às mulheres e aos LGBTQIA+, ao mesmo tempo, em que declaravam que se tratava da política do PT e de Dilma para “destruir a “família tradicional brasileira”.

Para quem não se lembra, a bancada evangélica, senadores, deputados estaduais e vereadores evangélicos, católicos e conservadores conseguiram, após campanha fervorosa, vetar o termo “gênero” do Plano Nacional de Educação (PNE) e, então, dos planos estaduais e municipais de educação de todo o país. Na época, era possível encontrar militantes pró-vida gritando “não ao gênero” diante de assembleias legislativas e pastores televisivos como Silas Malafaia, o deputado do PSC Marco Feliciano, o deputado do PP Jair Bolsonaro e o senador Magno Malta do PR bradando contra a “ideologia de gênero”, que traria a destruição da família e a doutrinação de crianças. A CNBB, na época, também divulgou nota afirmando que a ideologia de gênero “desconstrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher”. Nas missas e cultos, cartilhas foram distribuídas alertando pais e mães sobre o perigo silencioso que rondava suas casas – seus filhos seriam doutrinados a virar “outra coisa” que contrariasse seu sexo biológico. Mas o curioso é que “ideologia de gênero” não aparece nenhuma vez nos planos de educação ou nos estudos de gênero, e o termo nunca foi usado pelas ciências humanas. O texto vetado colocava como meta “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.”<sup>304</sup>

<sup>302</sup> DIP, Andrea. Existe “ideologia de gênero”? Em entrevista à Pública, a doutora em Educação Jimena Furlani, que desenvolveu extensa pesquisa sobre o assunto, explica os equívocos do conceito. *Agência Pública Investigativa*, 30 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 31/01/2022.

<sup>303</sup> A educação sexual nas escolas seria uma arma contra os abusos sexuais de crianças e mulheres, pois, pode ensinar as crianças a se defender e denunciar estupros, que, na maioria dos casos, são cometidos por pessoas próximas da criança, ou mesmo de dentro da própria casa.

<sup>304</sup> DIP, *op. cit.*, 2016.

Em 2011, a produção de um material do Projeto Escola sem Homofobia, já havia causado incômodo aos ultraconservadores, sendo que, eles o apelidaram de forma pejorativa e preconceituosa de “Kit Gay”<sup>305</sup>, demonstrando intolerância e alimentando o discurso de ódio em relação aos LGBTQIA+. Contudo, o objetivo do projeto “nunca foi pregar que menino deve brincar de boneca e menina de carrinho, muito menos estimular incesto ou erotização precoce, mas apenas disponibilizar informação a um grupo vulnerável de pessoas.”<sup>306</sup>

Logo, estes grupos reacionários, começaram a circular notícias falsas, conhecidas como *fake news*, nas mídias sociais, as quais mentiam que o PT estaria distribuindo mamadeiras em formato de pênis<sup>307</sup> nas creches. E, apesar de ser uma notícia completamente inventada e absurda, isso despertou o furor imediato dos setores evangélicos mais crédulos.

Vários outros episódios caluniosos como estes, induzidos pelo campo reacionário, que, incitados pelo discurso do ódio e pela intolerância à diferença, manipularam a opinião pública e provocaram o campo de disputas ligado às discussões de gênero, e, conseqüentemente, ao movimento feminista. E, na fímbria desta onda ultraconservadora, começa a se formar um espaço de tensão, promovido, também, pela bancada evangélica, que se expressa na Câmara dos Deputados.

---

<sup>305</sup> SALDAÑA, Paulo. Saiba como surgiu o termo ‘ideologia de gênero’: movimento conservador tem origem religiosa e vê ‘ameaça à família’ em discussões sobre gênero. *Folha de São Paulo*, 23 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/saiba-como-surgiu-o-termo-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 31/01/2022.

<sup>306</sup> PIRES, Breiller. Vale mais defenestrar o ‘kit gay’ ou proteger crianças do abuso sexual? Educação sexual nas escolas poderia ser uma arma eficaz contra abusadores, mas a histeria ideológica é o tiro pela culatra de quem se diz defensor da família. *El País*, 19 de outubro de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/deportes/1539895132\\_663874.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/deportes/1539895132_663874.html)>. Acesso em: 31/01/2022.

<sup>307</sup> Foram inventadas pelos ultraconservadores e apelidadas, de maneira maliciosa, de “mamadeira de piroca”.

**Figura 9:** Foto Editada Sobre o Discurso do Ódio na Câmara dos Deputados



Fonte: Revista Veja, 14 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1640504-bancada-evangelica-faz-manifestacao-contraparada-gay-e-reza-pai-nosso-no-plenario-da-camara.shtml?mobile>>. Acesso em: 16/02/2022.

Dessa forma, na trama do golpe, a chamada bancada Bíblia, se juntou às bancadas da Bala e do Boi, e formaram uma verdadeira “tropa de choque”, exercendo sustentação ao deputado Eduardo Cunha nas ofensivas contra Dilma e o Partido dos Trabalhadores<sup>308</sup>. Obviamente, um dos motivos para este apoio entre eles, seria a postura ultraconservadora de Cunha. E, devido a este esteio e a esta atuação conjunta das três bancadas, Cunha reuniu grande poder naquele período.

A bancada da bala possuía 275 parlamentares, a ruralista 198 e a evangélica 74. Vinte parlamentares atuam nas três, entre eles Cunha, que é evangélico. Nas frentes da “bala” e do “boi” há 105 deputados simultaneamente. E 22 congressistas estão nas frentes da “Bíblia” e da “bala” ao mesmo tempo. O presidente da bancada evangélica, João Campos (PSDB-GO), por exemplo, é delegado de polícia e vice-presidente da bancada da bala. Ao todo, 373 (73%) dos 513 deputados estão inscritos em pelo menos um dos três grupos. Dos 16 deputados da sigla na bancada, 13 (81%) são ruralistas, o que faz dela a maior presença proporcional no grupo, à frente até mesmo do PMDB. Tradicionalmente ligados às questões do agronegócio, os peemedebistas têm 50 de seus 67 deputados na Frente Parlamentar Ruralista (75%). Dentre os evangélicos, o Solidariedade também se destaca como a terceira bancada em termos proporcionais. Seis dos 16 deputados estão ali (38%), atrás apenas de partidos institucionalmente

<sup>308</sup> MEDEIROS, Étore. Boi, Bala e Bíblia contra Dilma. Veja qual foi o posicionamento dos principais grupos temáticos da Câmara dos Deputados no processo de impeachment. *Agência Pública de Jornalismo Investigativo*, 18 de abril de 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/04/truco-boi-bala-e-biblia-contradilma/>>. Acesso em: 31/01/2022.

vinculados aos segmentos evangélicos, como o PRB (75%) e o PSC (69%). A bancada da bala é dominada pelo DEM, que tem todos os seus 22 deputados ali. Para o presidente da legenda, senador José Agripino (DEM-RN), a força nas bancadas “é proporcional à força e à consistência do tema que esteja sendo tratado”. “No DEM, a iniciativa de participar delas é individual, não partidária”, explica. Adversários no plano nacional, PT e PSDB também compõem a bancada BBB. Os tucanos estão proporcionalmente mais representados. Dos seus 53 deputados, 62% estão na bancada da bala, 32% são ruralistas e 9%, evangélicos. Em relação aos 64 petistas, 23% estão no grupo da bala, 11% na bancada ruralista e 5% entre os evangélicos.<sup>309</sup>

Dentre as ações conjuntas arquitetadas por estes setores, estavam: a dura posição contra o aborto<sup>310</sup>, a proibição das discussões sobre gênero nas escolas, o Estatuto do Nascituro<sup>311</sup>, o Estatuto da família, a redução da menoridade penal, a alteração do Estatuto do Desarmamento, o avanço do agronegócio sobre as terras indígenas, dentre outros.

Acerca da aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Proposta de Emenda à Constituição da redução da maioridade penal<sup>312</sup>, é importante lembrar que, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a proteção do menor, e, já existem leis que regem a punição em caso de crimes cometidos por eles. Mas, devido à desigualdade social existente no Brasil, no que tange à classe econômica, à raça e ao gênero, percebemos que as crianças também estão à mercê de toda forma de abusos, dentre elas também as meninas. E levando em conta que, dois terços da população carcerária do Brasil são constituídas pela população negra<sup>313</sup>, percebemos que esta proposta carrega uma característica muito forte também do racismo estrutural. Sendo assim, as mulheres negras, LGBTQIA+ e pobres são extremamente afetadas, de forma direta e indireta, pela redução da maioridade penal.

Outro assunto de igual destaque entre os setores reacionários ligados à segurança pública é a alteração do Estatuto do Desarmamento. Em torno desta pauta, também houve apoio mútuo entre as bancadas para a instalação de uma comissão para revogar este estatuto, com a

<sup>309</sup> BRASIL. Deputados das bancadas da ‘bala, boi e Bíblia’ atuam juntos em defesa de interesses próprios e aumentam poder do presidente da Câmara. Brasília: *Senado Federal* [s.d.]. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509963/noticia.html?sequence>>. Acesso em: 30/01/2022.

<sup>310</sup> BIROLI, Flávia. Aborto em debate na Câmara dos Deputados. *Cfemea, Ipas e Observatório de Sexualidade e Política*, setembro de 2016. Disponível em: <[https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/aborto\\_debate\\_camara\\_deputados.pdf](https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/aborto_debate_camara_deputados.pdf)>. Acesso em 01/02/2022.

<sup>311</sup> Sobre estes assuntos explicarei mais adiante.

<sup>312</sup> ESTUDO do IPEA discute Redução de Maioridade Penal e o Mito da Impunidade. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 16 de junho de 2015. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25620&catid=10&Itemid=>](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25620&catid=10&Itemid=>)>. Acesso em: 30/01/2022.

<sup>313</sup> ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública. *GI*, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>>. Acesso em: 30/01/2022.

finalidade de flexibilizar as regras que dificultam o porte de armas. O presidente desta comissão era o presidente da frente ruralista Marcos Montes (PSD-MG). Neste caso, mais uma vez é preciso enfatizar que as mulheres são as que sofrem violência domésticas e a população negra é a que mais morre em decorrência de homicídios.<sup>314</sup>

Além disso, a bancada ruralista, com apoio das bancadas da Bíblia e da Bala, criaram uma comissão especial para elaborar um texto sobre a PEC que transfere do Executivo para o Congresso a demarcação das terras indígenas. “Eles atuaram de forma unificada. Essas três bancadas têm uma lógica fundamentalista”, critica a deputada Erika Kokay (PT-DF). Com isto, os ruralistas aumentam as suas terras e o desmatamento.

Acerca da “Bancada do Boi”, é significativo apontar que, entre esses setores ligados ao agronegócio, pode-se dizer que, na maioria dos casos, as razões para apoiarem o machismo e o anti-feminismo decorrem de motivações relacionadas à manutenção da herança e sua “linhagem”. Desde os tempos remotos, os latifundiários, tradicionalmente, optam por se casar para manter os laços de propriedade da terra. Sendo que, o racismo, também são fatores que os influenciam nesta mesma lógica. Em seu livro, Friedrich Engels escreveu que,

Em todas as formas de família grupal, não se sabe ao certo quem é o pai de uma criança, mas sabe-se bem quem é a mãe. Mesmo que esta considere suas todas as crianças da família e tenha obrigações de mãe para com todas elas, ela se distingue das demais as crianças que ela própria gerou. Está claro, portanto, que, enquanto existe casamento grupal, é possível comprovar a linhagem apenas pelo lado materno e, portanto, somente a linha materna é reconhecida. (...) Na relação com uma mulher, o amor sexual só se torna e só pode se tornar regra de fato entre as classes oprimidas, ou seja, nos dias de hoje, no proletariado – quer essa relação seja oficialmente autorizada ou não. (...) Está ausente a propriedade, para cuja preservação e transmissão por herança foram criadas a monogamia e a dominação masculina, e, em consequência, está ausente também toda a motivação para impor a dominação masculina.<sup>315</sup>

No caso da sociedade brasileira, desde os tempos coloniais, tomou-se o cristianismo como religião principal, mais especificamente, o catolicismo, e com ele, também a monogamia como modelo oficial. Dessa forma, os casamentos também representavam um meio de garantir a perpetuação da propriedade da terra, que fora transmitida pelas Capitânicas Hereditárias aos latifundiários, geração após geração. Por isso, “ter uma esposa para casar” e ter relações extraconjugais é parte da estrutura patriarcal brasileira. E, as mulheres negras, eram e ainda são estupradas, e depois abandonadas, muitas vezes, com filhos considerados “bastardos”, sendo

---

<sup>314</sup> NEGRO tem 2,6 vezes mais chances de ser assassinado no Brasil. *Agência Brasil*, 31 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-08/risco-de-negro-ser-assassinado-e-26-vezes-superior>>. Acesso em: 05/02/2022.

<sup>315</sup> ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Lafonte, 2017, p. 59-91.

esta, uma denominação muito dolorosa para a mãe e a criança. Esta é a denominada “família tradicional brasileira” que os golpistas defendem. Ademais, no período colonial, em que foi gestada nossa sociedade nos tempos remotos, havia “confusão entre propriedade e autoridade, (...) o familismo esteve em oposição aberta ao Estado e depois em posição de destaque sobre ele, sinônimo de administração pública, vai impregnar a engrenagem burocrática do paternalismo da casa-grande”<sup>316</sup>.

Do ponto de vista do direito sucessório, a transmissão de patrimônio no mundo lusobrasileiro era regida pela legislação consolidada nas Ordenações Filipinas de 1603, especialmente, nas disposições contidas no Livro IV daquele livro, somadas a todos os diplomas legais baixados posteriormente. No Brasil, o processo de Independência não levou à ruptura com o marco institucional português, uma vez que, ao ser instaurado o novo Império, em 1823, adotou-se a legislação civil portuguesa. Tal marco legal permaneceu em vigor no país, com sutis alterações, até a promulgação do Código Civil em 1916. Representa essa, portanto, uma longa tradição mantida no Direito brasileiro, baseada numa concepção negativa da mulher na sociedade. Aos olhos do legislador, a mulher qualificava-se como o *fragilitas sexus* e, portanto, deveria ser mantida submissa ao jugo do pai ou do marido.<sup>317</sup>

Esta mesma lógica da propriedade, os evangélicos aplicaram-na para o corpo da mulher e o feto, para angariar apoio das outras bancadas em relação ao “Estatuto do Nascituro”, que, na teoria, “dispõe sobre a proteção integral ao recém-nascido e prevê benefício para feto fruto de estupro”, mas, na prática, pune a mulher vítima de estupro. Com isso, trabalharam em conjunto para barrar qualquer tentativa de avanço das pautas feministas que dispõem sobre a descriminalização do aborto. Além disso, a proposta do Estatuto da Família, propunha definir a “família tradicional brasileira” como núcleo formado apenas por homem e mulher<sup>318</sup>, afetando também, o avanço dos direitos dos LGBTQIA+.

Os evangélicos se dispuseram a agir na feitura da lei para evitar, por exemplo, que fosse inscrita na Carta Magna do país a defesa dos homossexuais, dos comunistas, das feministas, da liberalização do aborto, do uso de drogas e outros temas contrários à moral pregada por suas igrejas. Eram acompanhados pelos minguados deputados que se apresentavam explicitamente como representantes do catolicismo<sup>319</sup>

<sup>316</sup> TODON, Sandrea Mara. A constituição e a dissolução das entidades familiares no Brasil colonial. *Revista Jurídica Cesumar Mestrado*, v. 2, nº 1, 2002. Disponível em: <[https://redib.org/Record/oai\\_articulo1050427-a-constitui%C3%A7%C3%A3o-e-a-dissolu%C3%A7%C3%A3o-das-entidades-familiares-brasil-colonial](https://redib.org/Record/oai_articulo1050427-a-constitui%C3%A7%C3%A3o-e-a-dissolu%C3%A7%C3%A3o-das-entidades-familiares-brasil-colonial)>.

Acesso em: 13/02/2022.

<sup>317</sup> DE MELO, Hildete Pereira; MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. *Rev. Econ. Contemp.*, v. 5, nº 2, jul./dez., 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufjr.br/index.php/rec/article/view/19727#:~:text=Este%20artigo%20rev%C3%AA%20o%20ace%20de%20submiss%C3%A3o%20%C3%A0%20ordem%20patriarcal>>. Acesso em: 13/02/2022.

<sup>318</sup> DA REDAÇÃO. Bancadas ‘boi, bala e Bíblia’ pressionam governo na crise: ligadas ao agronegócio, à segurança pública e a grupos religiosos, deputados aproveitam denúncia contra Temer para fortalecer pautas no Congresso. *Veja*, 31 de julho de 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bancadas-boi-bala-e-biblia-pressionam-governo-na-crise/>>. Acesso em: 30/01/2022.

<sup>319</sup> PRANDI et al, *op. cit.*, 2018.

Este apoio é percebido, sobretudo no financiamento de campanhas, aonde é possível constatar que “o presidente da frente ruralista recebeu doação do agronegócio, dos grupos Cosan e Cutrale, mas também, recebeu de duas grandes empresas de armas, a Companhia Brasileira de Cartuchos e a Taurus, que doaram, ambas, cerca de 15 mil reais cada.”<sup>320</sup> Como também, o deputado Alberto Fraga (DEM-DF), da bancada da bala, que inclusive defende a pena de morte, recebeu 80 mil reais da Taurus, além de ter recebido do agronegócio 50 mil reais, da Avícola Catarinense. E, o deputado João Campos (PSD-MG), líder da bancada evangélica, recebeu 350 mil reais da *Gentleman*, empresa especializada em escolta armada. Dessa forma, ao agir em conjunto, os setores ultraconservadores e fundamentalistas “impõem um poder sobre o Estado que fere os princípios democráticos da laicidade, impedindo a plenitude do acesso e da vivência das mulheres aos direitos reprodutivos e sexuais”<sup>321</sup>.

De acordo com Maria Betânia Ávila, estas “ameaças constantes ao que já foi alcançado pelas mulheres no campo desses direitos e a criminalização do aborto denotam o quanto ainda é contundente o exercício de controle patriarcal sobre o corpo e a sexualidade das mulheres”.<sup>322</sup> Assim,

O patriarcado em coexistência com o capitalismo e o racismo deve ser analisado a partir de cada contexto social e histórico. Para Delphy (2004), o termo patriarcado é muito antigo, mas “na nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social na qual os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente: o poder dos homens” (...) O patriarcado, como um sistema de poder dos homens, usou, desde a origem do processo de colonização no Brasil, a força e a violência contra as mulheres como mecanismo para sua reprodução. Nesse sentido, desenvolveu um sistema econômico baseado na divisão social, racial e sexual do trabalho. A conformação dessa divisão sexual do trabalho, elemento central das relações sociais de sexo/gênero, é inextricável do processo histórico na formação da sociedade capitalista e, nesse processo, são substanciais as relações sociais de classe e de raça. Desde esse período, a relação público/privado foi baseada nos princípios patriarcais dos senhores brancos, que não só sobrepujam os interesses privados sobre os interesses públicos como também designavam espaços diferenciados para homens e mulheres. (...) É justamente contra as possibilidades de avançar na superação dessa exploração e de prosseguir nas conquistas de direitos, para uma vida social com igualdade e justiça social, que são produzidos pelas forças conservadoras os golpes de Estado, os processos de repressão política e outros arbítrios que vigoraram no passado e continuam sendo utilizados no presente (...).<sup>323</sup>

Devido à divisão sexual do trabalho, as mulheres encontram-se superexploradas, restando a elas as tarefas domésticas, que representam uma força de trabalho não remunerada, mas indispensável na escala produtiva, sendo este mecanismo central na submissão das mulheres à esta exploração. “No mercado de trabalho as mulheres são maioria nos espaços de

<sup>320</sup> BRASIL. Senado Federal, *op. cit.*, [s.d].

<sup>321</sup> ÁVILA, *op. cit.*, 2021.

<sup>322</sup> *Ibidem*.

<sup>323</sup> ÁVILA, *op. cit.*, 2016.

trabalho precário, com a prevalência das mulheres negras. Na esfera pública, são minoria absoluta em qualquer espaço de representação política e de tomada de decisão.”<sup>324</sup> Sendo que, os ultraconservadores propagam a ideia de que as mulheres devem ser inferiores.<sup>325</sup>

Dessa forma, pode-se afirmar que o golpe constituiu-se também de um viés machista e patriarcal, para manter a propriedade e o *status quo* dos homens, que da mesma forma dependem do trabalho feminino para manter seus privilégios. É exatamente por isso, que os golpistas não se importaram com suas “virtudes” na hora de votar. Porque acreditavam estar colocando “ordem na casa”. E, para isso, não lançaram mão de lapear o seu chicote.

Os protagonistas golpistas dessa votação espetaculosa, que estremeceu o mundo, desprovidos das “virtudes” públicas, justificaram seus votos evocando motivos e homenagens privadas, sobretudo familiares e religiosas. Naquele momento, a captura do espaço público pelas motivações privadas se materializa, a olhos vistos, a tal ponto que um parlamentar, alheio às regras mínimas das normas da Câmara Federal na qual ele exerce um mandato popular que não é o primeiro, levou seu próprio filho ao plenário e tentou transferir para ele a declaração do seu voto. Evidências materiais e simbólicas dos mecanismos de reprodução do sistema patriarcal, abertas à observação fenomenológica, em pleno acontecimento, as manifestações machistas, violentas e zombeteiras, dirigidas à presidenta, aconteceram durante todo o processo de votação e evidenciavam como são misóginos aqueles homens que se dizem representantes do povo. Povo este, no nosso país, formado em sua maioria por mulheres. No momento em que protagonizavam aqueles atos de violência política, contra uma mulher, que é a presidenta eleita do país, estavam exercendo essa violência contra todas as mulheres brasileiras.<sup>326</sup>

Neste intercurso, “precisamos falar sobre o Bolsonaro”, que no dia da votação, quanto ele ainda era Deputado Federal, não apenas votou a favor, mas emitiu uma justificativa em seu voto que deixou a maioria das pessoas, inclusive os/as ativistas dos direitos humanos, absolutamente estarecidos/as<sup>327</sup>: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de todos e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”<sup>328</sup>.

Dentre os votos favoráveis ao impeachment estava o do deputado eleito pelo Rio de Janeiro Jair Messias Bolsonaro, homenageando o militar reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra. O deputado dedicou seu voto à memória de Ustra e lembrou que o homenageado era o terror de Dilma. Ustra era um conhecido torturador durante a ditadura, sendo o primeiro militar brasileiro condenado por tortura em 2008. A frase de

<sup>324</sup> *Ibidem*.

<sup>325</sup> SOARES, Ingrid. Bispo Edir Macedo diz que mulher não pode ter mais estudo que o marido. *Correio Braziliense*, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil.789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml>>. Acesso em: 05/02/2022.

<sup>326</sup> ÁVILA, *op. cit.*, 2016.

<sup>327</sup> BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. *BBC News*, 19 de abril de 2016. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb)>. Acesso em: 01/07/2021.

<sup>328</sup> ATA da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, *op. cit.*, p. 91.

Bolsonaro objetivava desumanizar ainda mais a presidenta Dilma Rousseff. Este não é um ataque no plano da política, mas uma tentativa de lembrar da dor física da tortura vivenciada pela Presidenta enquanto esteve presa.<sup>329</sup>

Esta justificativa não apenas representava uma extrema violência contra Dilma, uma vez que, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um dos seus torturadores, mas também, representava uma afronta a todos/as os/as mortos/as, torturados/as e desaparecidos/as na ditadura militar, ferindo também o *Tratado Internacional dos Direitos Humanos contra a Tortura e Maus Tratos*.

Diz o decreto nº 98.386, de 9 de dezembro de 1989, o decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991 e o decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007, que tortura é crime:

Considerando que a Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua XL Sessão, realizada em Nova York, adotou a 10 de dezembro de 1984, a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; Considerando que o Congresso Nacional aprovou a referida Convenção por meio do Decreto Legislativo nº 4, de 23 de maio de 1989; Levando em conta o Artigo 5º da Declaração Universal e a observância dos Direitos do Homem e o Artigo 7º do Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, que determinam que ninguém será sujeito à tortura ou a pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante, Art. 4º 1. Cada Estado Parte assegurará que todos os atos de tortura sejam considerados crimes segundo a sua legislação penal. O mesmo aplicar-se-á à tentativa de tortura e a todo ato de qualquer pessoa que constitua cumplicidade ou participação na tortura.<sup>330</sup>

É conhecida a postura machista e as declarações misóginas de Bolsonaro. Em 2003, protagonizou uma injúria misógina contra a deputada Maria do Rosário (PT) e, em “2014, Bolsonaro reafirmou, na Câmara e em entrevista a jornal, que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) não merecia ser estuprada porque ele a considera ‘muito feia’ e porque ela ‘não faz seu tipo’”<sup>331</sup>. Esta declaração foi feita após a fala da deputada em memória às pessoas torturadas na ditadura militar. E, apesar de ter sido denunciado pela deputada na Procuradoria Geral da República por incitação ao estupro e ofensa à honra dela, a sentença dele foi apenas um pedido de desculpas e uma reles indenização de 10 mil reais à deputada por danos morais.

Por todas as manifestações misóginas de Bolsonaro e, mediante o risco iminente dele se tornar presidente em 2018, não foi à toa que as mulheres criaram um grupo no facebook, *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*<sup>332</sup>, em 31 de agosto de 2018, pela publicitária baiana

<sup>329</sup> DA COSTA, *op. cit.*, p. 119.

<sup>330</sup> TRECHO do Decreto n. 40. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, 15 de fevereiro de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm)>. Acesso em: 01/07/2021.

<sup>331</sup> RAMALHO, Renan. Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada. *G1*, 21 de junho de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>>. Acesso em: 02/07/2021.

<sup>332</sup> O grupo pode ser acessado através do link: <[https://web.facebook.com/groups/grupomucb/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://web.facebook.com/groups/grupomucb/?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 16/02/2022.

Ludimilla Teixeira, em oposição ao candidato Jair Bolsonaro. O grupo atingiu 1 milhão de participantes no dia 12 de setembro. No dia 16 de setembro, já com mais de 2 milhões de participantes no grupo, exclusivamente do sexo feminino. E, a partir deste, mobilizaram milhares de pessoas às ruas contra Bolsonaro.

Se o movimento feminista não teve força de barrar Bolsonaro rumo ao Planalto, em outros embates, colheu vitórias. Foram elas que se levantaram, em 2015, contra o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB), no que ficou conhecido como a Primavera feminista. (...) Cunha representava naquele momento uma ameaça aos direitos conquistados pelas mulheres, colocando em votação projetos de lei de sua própria autoria, como o que dificulta o atendimento a vítimas de estupro, limitando, por exemplo, o acesso à pílula do dia seguinte. Nenhum outro segmento da sociedade mobilizou tantas pessoas nas ruas como as mulheres fizeram naquela época e o projeto acabou engavetado.<sup>333</sup>

Outra fala a ser destacada é a do deputado Marco Feliciano: “Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil – dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo “tchau” para essa querida e para o PT, Partido das Trevas —, eu voto “sim” ao impeachment, Sr. Presidente!”<sup>334</sup>. Neste caso, é interessante perceber que Marco Feliciano, alguns meses após a votação do impeachment foi denunciado como estuprador pela jornalista Patrícia Lélis. O caso virou escândalo nacional, visto que Patrícia pertencia ao Partido Social Cristão (PSC) e, o depoimento dela foi questionado. Ela afirmou: “Quando eu tinha 22 anos e fazia parte da juventude do PSC, Feliciano me estuprou e agrediu, e fez isso usando o nome de deus. Mandou o seu assessor me oferecer carro, dinheiro e outras coisas para ficar calada”.<sup>335</sup>

Entre os destaques especiais de alguns/as deputados/as que votaram contra o golpe estão: a deputada Luíza Erundina (PSOL), Jean Wyllys (PSOL), Luizianne Lins (PT) e Afonso Florense (PT). Vejam algumas das justificativas:

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP.) – Pelos que deram a vida pela democracia no Brasil e pelo empoderamento das mulheres, meu voto é “não” (Palmas).<sup>336</sup>

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL-RJ.) – Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu estou constrangido de participar dessa farsa sexista, dessa eleição indireta, conduzida por um ladrão, urdida por um traidor, conspirador, apoiada por torturados, covardes, analfabetos políticos e vendidos. (Manifestação no plenário.) Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro exterminado nas periferias, dos trabalhadores da

<sup>333</sup> ROSSI, Marina. A misoginia do Governo Bolsonaro vai parar na Justiça. *El País*, 11 de Agosto de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/a-misoginia-do-governo-bolsonaro-vai-parar-na-justica.html>>. Acesso em: 02/07/2021.

<sup>334</sup> ATA da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, *op. cit.*, p. 81.

<sup>335</sup> DA REDAÇÃO. Patrícia Lélis: “Precisamos falar sobre Marco Feliciano”. *Revista Fórum*, 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2019/12/10/patricia-lelis-precisamos-falar-sobre-marco-feliciano-65723.html>>. Acesso em: 22/02/2022.

<sup>336</sup> *Op. cit.*, p. 79.

cultura, dos sem-teto, dos sem-terra, eu voto “não” ao golpe. E durmam com essa, canalhas! (Manifestação no plenário).<sup>337</sup>

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT-CE.) – Pela juventude deste País, pelas mulheres guerreiras, pela população LGBT, pelos quilombolas, pelos trabalhadores do campo e da cidade, pelas pessoas com deficiência, por todos aqueles e aquelas que ousam sonhar, pelo fim da corrupção e para que em nosso País a esperança continue vencendo o medo, meu voto é “não”.<sup>338</sup>

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA.) – Considerando que esse processo de impeachment está maculado na sua origem, porque foi acatado num processo de esforço do Deputado Eduardo Cunha para impedir a admissibilidade da investigação no Conselho de Ética, quando o PT se negou a votar; considerando que não há crime de responsabilidade e considerando que a pauta traz a derrota de uma agenda conservadora, que agora é vitoriosa, com a luta da reforma agrária, que está na rua, do Bolsa Família, do Minha Casa, Minha Vida, das contas das universidades, do povo negro, com a luta pelos direitos das mulheres, que estão na rua com o movimento estudantil e a juventude lutando pela legalidade democrática, contra o golpe, “não”! A luta continua! “Não” ao golpe! (Manifestação no plenário).<sup>339</sup>

<b>TABELA 2</b>				
<b>Frequências das Justificativas dos Deputados ao Votar</b>				
<b>Ordem das frequências</b>	<b>Justificativa (item)</b>	<b>Indicadores (termos e expressões citados)</b>	<b>Número de deputados /as</b>	<b>%</b>
1	Pela base eleitoral do deputado	Por minha cidade, meu estado, minha região, pelo povo de minha cidade (também cada local com o nome declarado)	321	62,8
2	Pelo Brasil	Pelo Brasil, pelo país, pela pátria	195	38,2
3	Pela família e parentes do deputado	Por minha família, por meu pai, minha mãe, meu(s) irmão(s), meu(s) filho(s) e filha(s), meu(s) neto(s)	136	26,6
4	Pela democracia	Pela democracia, pelo Estado democrático	91	17,8
5	Em nome do povo brasileiro	Pelo povo, pelo povo brasileiro, em nome do nosso povo, por todos os brasileiros	81	15,9
6	Pela esperança e pelas novas gerações	Pelo futuro do país, em nome das novas gerações	70	13,7
7	Pela legalidade, votos em Dilma, contra o golpe	Pela legalidade, pelos milhões de votos que elegeram a presidente, contra o golpe	67	13,1
8	Contra a corrupção e ladroagem	Contra a corrupção e os corruptos, contra a ladroagem, os ladrões do patrimônio nacional, contra os bandidos	66	12,9
9	Pela Constituição	Pela Constituição, pela Carta Magna	65	12,7
10	Em nome do partido do deputado	Por meu partido	53	10,4

<sup>337</sup> *Ibidem*, 92.

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 86-87.

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 105-106.

11	Em nome de Deus	Em nome de Deus, por Deus, sob a proteção de Deus	46	9
12	Pela instituição da família, pela família brasileira	Pela família, pela família que o PT quis destruir, pela família brasileira	36	7
12	Em nome de personagens históricos e políticos	Em nome de Ulysses Guimarães, por Teotônio Vilela, pela memória de Marighela, por Zumbi dos Palmares, entre outros	36	7
14	Pelos marginalizados sociais	Pelos pobres, pelos movimentos sociais, pelos desempregados	35	6,8
15	Pela ética no governo, pela Lava Jato	Pela operação Lava Jato, pelo juiz Moro, pela ética no governo, por um governo ético, pela república de Curitiba	34	6,7
16	Contra o mau governo da presidente	Contra as pedaladas fiscais, a política de recessão, a inflação, as falências de empresas, a crise econômica; contra a incompetência, improbidade administrativa, o rombo nos cofres, o crime de responsabilidade fiscal, o mau governo	33	6,5
16	Pelos trabalhadores do Brasil	Em nome dos trabalhadores, pelos empregados	33	6,5
18	Contra Lula e contra o PT	Pelo fim do governo do PT, contra a continuação de Lula e sua corja, fora Lula, fora PT	31	6,1
19	Pela categoria profissional do deputado	Pelos advogados, corretores de imóveis, médicos, entre outras categorias profissionais citadas	23	4,5
19	Pela voz das ruas	Pela voz das ruas, pelos que foram à rua para protestar, pelas manifestações de rua, pelo MBL, pelos “Revoltados Online”	23	4,5
21	Pela retomada do desenvolvimento	Pela retomada do crescimento econômico, pelo desenvolvimento, pela retomada da economia	21	4,1
22	Pelo bom governo do PT e da presidente	Pelas políticas públicas, pelo aumento efetivo de postos de trabalho, pela Minha Casa Minha Vida, bolsa família, Fies	15	2,9
23	Pela igreja e fiéis da religião do deputado	Em nome da minha igreja (denominação específica), pelos evangélicos, pelos carismáticos, pelo povo de Israel, pelos neopentecostais, pelos carismáticos	14	2,7
23	Pela liberdade e justiça	Pela justiça, pela liberdade	14	2,7
25	Porque não há golpe	Com a consciência de que não está havendo nenhum golpe, porque não há golpe	9	1,8
26	Pelos que sofreram com a ditadura	Em nome dos que sofreram pela ditadura, os torturados	7	1,4

**Total de deputados votantes: 511**

**Fonte:** Dados elaborados por Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro com base na transcrição da sessão de votação da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff pelos deputados federais, disponibilizada pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados.

### 3.3. O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O GOLPE DE 2016

Antes de começarmos a discussão desta última parte, é preciso entender, à princípio, que, mesmo dentro do movimento feminista, existem algumas dissidências. Isto acontece em decorrência da diversidade de pensamento no meio democrático dos movimentos sociais, neste caso, o feminismo. É certo que, perduram algumas diferenças cruciais no seio desta irmandade, no que tange às questões referentes ao lugar social de fala, protagonismos e às relações de opressão, capacitismo, dentre outras.

Sabemos que estas discussões estão relacionadas, em grande parte, às categorias de raça, classe e gênero<sup>340</sup>, dentre outras questões específicas no que se refere ao tema. Sendo que, estas categorizações são imensamente importantes para entendermos algumas das diferenças no corpo social do movimento. E, em decorrência disto, o movimento se divide entre as feministas radicais, liberais, marxistas, interseccionais<sup>341</sup>, dentre outras<sup>342</sup>.

Apesar disso, tais diferenças não impedem que o movimento feminista esteja aliado na luta contra as opressões e as tiranias no nosso país. Por qual seja, avaliar o machismo e a misoginia que a presidenta sofreu ao longo do golpe não significa fechar os olhos, porventura, para as críticas políticas realmente relevantes acerca do seu governo. Obviamente, é importante ser feito um debate político sério e qualificado em momentos específicos para tal, de maneira contundente, como a exemplo das discussões relacionadas à conciliação de classes do governo, dentre outras avaliações e balanços. Levando em conta que, cada campo, tais quais, o ligado aos setores oprimidos e, por outro lado, aos opressores, avaliam o governo de forma diferente.

Todavia, é preciso compreender que o que está em jogo nesse intercurso é a maneira com que todas as mulheres podem ou não ser tratadas na política. Pois, não se pode admitir a misoginia como algo a ser naturalizado, não apenas nos espaços privados, mas também nos

---

<sup>340</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

<sup>341</sup> O feminismo interseccional diz respeito às intersecções ou recortes de opressões e vivências que devem ser feitos quando se for analisar as estruturas de dominação-exploração bem como os sujeitos atingidos desprivilegiadamente por elas. Dessa forma, no feminismo interseccional há o recorte de gênero, raça, classe, sexualidade etc, pois reconhece-se que as mulheres não sofrem todas juntas as mesmas opressões e que nem sempre a mulher está em situação de desvantagem nas relações de poder, pois estas não se configuram somente no sistema patriarcal, pois existem outros sistemas de opressão que envolvem raça/etnia, classe, sexualidade etc.

<sup>342</sup> PESSOA, Mayara Lustosa Silva; BORGES, Josefa Lusitânia de Jesus. Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo. *Revista Katálysis*. 2018, v. 21, nº 03, p. 544-553. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p544>>. Acesso em: 21/07/2021.

espaços públicos, independente de quaisquer divergências. Tampouco aceitar que seja utilizada como arma contra as mulheres na política.

Como é possível verificar, através de alguns exemplos apresentados na primeira seção deste trabalho, as mulheres vêm conquistando espaço na vida pública no Brasil às custas de muita luta, e, até mesmo o pouco espaço que conseguiram, ao longo dos anos, foi devido à uma árdua e intensa disputa e enfrentamento ao sistema patriarcal.

A conquista primordial do movimento feminista foi a própria formação desse movimento que instituiu as mulheres como sujeito da história. O acesso à esfera pública como um direito das mulheres significou a ruptura com um tipo de privação que não só as impedia de exercer sua cidadania como sujeito político, mas também as tornava ainda mais vulneráveis à violência sexual e doméstica. Podemos ainda afirmar que a ruptura com o isolamento que esse confinamento assegurava também significa um questionamento e uma fissura da ordem liberal burguesa que se assenta na dicotomia entre as esferas públicas e privadas. (...) A relação entre exploração sexual das mulheres e o exercício do poder foi desde a origem da colonização um mecanismo da violência patriarcal extremamente utilizado. O estupro das mulheres, e sobretudo das mulheres negras, foi uma prática colonial dos senhores brancos, uma arma de dominação do colonizador.<sup>343</sup>

Neste intuito, vimos como o avanço das conquistas políticas das mulheres é fundamental para a ampliação e consolidação da democracia. Mas, estas conquistas ameaçam a autoridade dos homens que dependem do trabalho doméstico feminino para perpetuar o seu poder e seus privilégios. Sendo que, o estupro, enquanto instrumento de dominação é algo que estabelece a vulnerabilidade feminina. Em outras palavras, a força e a violência são usadas pelos homens para “mostrar quem manda”. Dessa forma, é fundamental também esclarecer que, validar a decisão das mulheres pelo aborto, não se confunde com o exercício da autoridade do Estado sobre sua decisão e, por isso mesmo, não se confunde com a eugenia.

#### 3.4. A RESISTÊNCIA FEMINISTA

Esta parte do trabalho pretende apontar como o movimento de mulheres reagiu de diversas formas contra o retrocesso aos seus direitos durante o avanço do ultraconservadorismo nesse período, que permeia o processo do golpe. O pedido de *impeachment* de Dilma, apresentado por Janaína Paschoal, juntamente a Hélio Pereira Bicudo e Miguel Reale Júnior

---

<sup>343</sup>ÁVILA, *op. cit.*, 2016.

constam da data de 15 de outubro de 2015<sup>344</sup>. Em 31 de agosto de 2015, cerca de 15 mil mulheres saíram às ruas no Brasil para dizer “basta” ao machismo.<sup>345</sup>

Como dito anteriormente, em 2015, Eduardo Cunha havia apresentado um projeto de lei que criminalizava as mulheres que abortassem, até mesmo em caso de estupro. Em decorrência disso, se multiplicaram pelo país afora, vários protestos pelos direitos das mulheres com palavras de ordem que diziam: “Fora Cunha!”, “Não ao PL5069”, “Contra a cultura do estupro”, “Lugar de mulher é onde ela quiser!”, “Meu útero, minhas regras”, “Cunha, inimigo nº 1 das mulheres”, “Meu útero é laico!”, dentre várias outras. Vejam alguns exemplos na próxima página:

**Figura 10:** Foto dos Cartazes Feministas Contra Eduardo Cunha



Fonte: G1, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/protesto-contra-eduardo-cunha-reune-mulheres-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em: 22/02/2022.

<sup>344</sup> BICUDO, Hélio Pereira; JÚNIOR, Miguel Reale; PASCHOAL, Janaína Conceição. Pedido de Impeachment de Dilma Rousseff. *Câmara dos Deputados*, 2015. Disponível em: <<http://ep00.epimg.net/descargables/2015/12/03/753f58eed8d66adf4ad11129cb833401.pdf>>. Acesso em 22/04/2021.

<sup>345</sup> EDITORIAL. Mulheres voltam a protestar contra projeto de lei de Eduardo Cunha. *G1*, 31 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/mulheres-voltam-protestar-contra-projeto-de-lei-de-eduardo-cunha.html>>. Acesso em: 21/02/2022.

**Figura 11:** Foto das Mulheres nas Ruas Contra Eduardo Cunha



Fonte: G1, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/protesto-contra-eduardo-cunha-reune-mulheres-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em: 22/02/2022.

**Figura 12:** Foto das Mulheres da Frente Povo Sem Medo Contra Cunha



Fonte: Metr p les, 08 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/protesto-contra-eduardo-cunha-reune-mulheres-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em: 22/02/2022.

**Figura 13:** Foto da Manifestação das Mulheres Contra o PL5069



Fonte: Fala! Universidades. Foto: Laura Jabur e Mariana Rodrigues, 19 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://falauniversidades.com.br/2-ato-das-mulheres-contra-o-eduardo-cunha-confira-um-pouco-do-que-aconteceu-por-la/>>. Acesso em: 21/02/2022.

**Figura 14:** Foto das Mulheres Inimigas Nº 1 de Cunha



Fonte: Fala! Universidades. Foto: Laura Jabur e Mariana Rodrigues, 19 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://falauniversidades.com.br/2-ato-das-mulheres-contra-o-eduardo-cunha-confira-um-pouco-do-que-aconteceu-por-la/>>. Acesso em: 21/02/2022.

**Figura 15:** Foto Cartazes de Mulheres Expõe Contas de Cunha na Suíça



Fonte: Portal Geledés, 14 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-ninguem-vai-conseguir-calar-a-primavera-das-mulheres/>>. Acesso em: 21/02/2022.

**Figura 16:** Foto Mulheres Contra o Retrocesso



Fonte: Marcha das Vadias. GZH, 29 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/11/marcha-das-vadias-protesta-contra-projeto-de-lei-que-restringe-o-aborto-4918384.html>>. Acesso em: 21/02/2022.

Como vimos, o avanço das políticas sociais para as mulheres e a chegada de uma mulher à presidência da república, significava um fortalecimento do movimento de luta pelos direitos das mulheres, portanto, representou o avanço e o fortalecimento rumo às políticas consideradas radicais pelos ultraconservadores, como a descriminalização do aborto. Portanto, em decorrência disso, não é de se estranhar que elas tenham se colocado em destaque na luta contra o golpe, porque seus direitos estavam sendo ameaçados diretamente.

Durante o violento processo que afastou Dilma do cargo da presidência, tivemos várias ações dos movimentos sociais, com um destaque especial para a luta das feministas, ressaltando a característica machista do golpe.

A ação dos movimentos sociais entre os quais destacamos o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento Negro, Movimento pela Moradia nas ações contra o impeachment foram inúmeras. No que se refere aos movimentos feministas em especial, estes se fizeram presentes através de diversas organizações, entre as quais a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), Geledés Instituto da Mulher Negra, que em São Paulo organizaram inúmeras manifestações, escreveram manifestos denunciando o golpe e a intolerância de uma elite que não suportou os pequenos avanços alcançados pelos pobres no País.<sup>346</sup>

Sobre a resistência feminista ao golpe, além dos exemplos que foram anteriormente apresentados, tivemos vários episódios que apontam este movimento como sendo o que mais se destacou no protagonismo dos enfrentamentos. Para ilustrar, no dia 12 de maio de 2016, um grupo de mulheres feministas “se acorrentaram às grades de contenção instaladas no Palácio do Planalto (...) em protesto contra o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Elas seguravam faixas e cartazes, além de letras, que juntas formavam a mensagem “resistência contra o golpe.”<sup>347</sup>

**Figura 17:** Fotos de Mulheres da Marcha das Margaridas Contra o Golpe



Fonte: G1, 12 de maio de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/mulheres-se-acorrentam-no-planalto-em-ato-contr-a-afastamento-de-dilma.html>>. Acesso em: 21/02/2022.

<sup>346</sup> FERREIRA, Maria Mary. Movimentos feministas no Brasil e sua ação insubmissa frente ao golpe de 2016. *Revista Debates Insubmissos*. Caruaru, PE. Ano I, v.1, nº 2, mai./ago., 2018, p. 67. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/237868/29957>>. Acesso em: 06/02/2022.

<sup>347</sup> MORAIS, Raquel; PATARO, Beatriz et al. Mulheres se acorrentam no Planalto em ato contra afastamento de Dilma. *G1*, 12 de maio de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/mulheres-se-acorrentam-no-planalto-em-ato-contr-a-afastamento-de-dilma.html>>. Acesso em: 06/02/2022.

Outro movimento de mulheres que se destacou na luta contra o golpe de 2016 foi a Marcha das Margaridas<sup>348</sup>, no dia 1º de maio de 2016, organizado conjuntamente aos movimentos sindicais, um protesto em todo o país em defesa da democracia, contra o golpe, “pelo reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados que as mulheres fazem todos os dias”<sup>349</sup>, por “mais creches públicas e políticas de apoio aos cuidados”, “contra o assédio e a violência machista em casa, nas ruas e no trabalho”, “contra a violência racista da polícia”, para “enfrentar o poder dos empresários golpistas da FIESP e das transnacionais”, que superexploram o trabalho das mulheres, contra o programa “Ponte para o Futuro” de Temer, que, de acordo com o panfleto da marcha, traria o “corte nos programas sociais e direitos trabalhistas”, contra a Reforma da Previdência, dentre outras pautas que atingem as mulheres. Ticiania Studart, da Marcha Mundial das Mulheres no Ceará afirmou:

Nós da Marcha Mundial das Mulheres temos entendimento de que a luta contra o golpe e em defesa da democracia é uma luta prolongada, que não se encerra com o rito que vai acontecer no senado (...) é importante que a classe trabalhadora, da qual nós mulheres somos mais da metade, organizemos o maior 1º de maio já visto nos últimos anos, justamente para dizer não apenas que estamos contra o golpe, mas também que estamos mobilizadas e mobilizados a fim de defender os nossos direitos, pois sabemos como a retirada desses direitos tem impacto na vida das mulheres.<sup>350</sup>

E não parou por aí. Ajudaram na greve nacional no dia 11 de novembro de 2016, como também elaboraram uma declaração internacional contra o golpe, junto à Marcha Mundial de Mulheres, chegando a reunir 100 mil mulheres em Brasília. Além de várias outras mobilizações, mesmo depois do golpe.

---

<sup>348</sup> Surgida nos anos 2000, é constitui-se numa organização de mulheres trabalhadoras organizadas através da Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), possui 27 federações estaduais e mais de quatro mil sindicatos filiados, que agem conjuntamente com os movimentos feministas, centrais sindicais e organizações internacionais. O objetivo da Marcha é a luta pela reforma agrária, soberania alimentar, igualdade de direitos e o fim da violência contra a mulher, e o seu nome foi escolhido em homenagem à Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana assassinada em 1983. Vide referências no site do SETASE. Disponível em: <<https://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>>. Acesso em: 16/02/2022

<sup>349</sup> Retirado do panfleto da Marcha.

<sup>350</sup> *Ibidem*.

**Figura 18:** Foto Marcha das Margaridas Pela Democracia



Fonte: IstoÉ, 12 de agosto de 2015. Disponível em: <[https://istoe.com.br/431740\\_MARCHA+DAS+MARGARIDAS+CHEGA+A+ESPLANADA+E+PROTESTA+CONTRA+IMPEACHMENT/](https://istoe.com.br/431740_MARCHA+DAS+MARGARIDAS+CHEGA+A+ESPLANADA+E+PROTESTA+CONTRA+IMPEACHMENT/)>. Acesso em: 21/02/2022.

Outro movimento de mulheres que se colocou nesta luta foi o Sempreviva (SOF), cuja coordenadora Nalu Faria, naquele momento afirma:

Seguiremos lutando contra o golpe, exigindo “Fora Temer”, denunciando sua ilegitimidade e fazendo oposição a suas políticas reacionárias. Com esse governo não há diálogo, nem negociação. Derrotar o governo golpista passará por reconquistar a democracia. Essa reconquista se dará em um processo de radicalização da plataforma democrática e a exigência não apenas de eleições gerais, mas também de uma ampla reforma do sistema político.<sup>351</sup>

Assim como a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras<sup>352</sup> e a Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e o Conselho dos Direitos da Mulher se posicionam pela denúncia ao golpe. A “Articulação de Mulheres Brasileiras que agrega várias entidades feministas como CFEMEA, SOS Corpo e vários fóruns estaduais e municipais”, também lançaram notas públicas contra o golpe. Veja imagem abaixo, em que se percebe as preocupações em seus rostos e cartazes:

<sup>351</sup> FARIA, Nalu. A luta feminista contra o golpe patriarcal. *Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB)*. Ano 6, nº 22, abril de 2016. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/07/POLITIZANDO-n.22-Abr.2016.pdf>>. Acesso em: 06/02/2022.

<sup>352</sup> CARTA da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Contra o Golpe de Estado em curso no Brasil. In: *Racismo Ambiental*, 8 de junho de 2016. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/06/08/carta-da-articulacao-de-organizacoes-de-mulheresnegras-brasileirasamnb-contr-o-golpe-de-estado-em-curso-no-brasil/>. Acesso em: 06/02/2022.

**Figura 19:** Foto Cartazes “Ser Mulher sem Temer”



Fonte: Centro de Estudos Bíblicos, 10 de março de 2017. Disponível em: <<https://cebi.org.br/noticias/genero/michel-temer-volta-por-as-mulheres-no-lar/>>. Acesso em: 21/02/2022.

Algumas lutas isoladas de mulheres parlamentares também podem ser constatadas, como no caso da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que apresentou questão de ordem contra a indicação de Anastasia, alegando “que o pedido de impeachment teve participação do coordenador jurídico nacional do PSDB, o advogado Flávio Henrique Costa Pereira, o que inviabilizaria a relatoria de um membro do partido.”<sup>353</sup>

Infelizmente, não tive muito tempo para trabalhar com as fontes das fotos mencionadas acima, por ter tomado como fonte principal os Anais da Câmara dos Deputados. Espero ter a oportunidade de desenvolver melhor uma pesquisa acerca do movimento de mulheres feministas no período do golpe em outro trabalho.

<sup>353</sup> RELATÓRIO Alternativo pede Arquivamento do Processo de Impeachment contra Dilma. *Agência Senado: Notícias*, 05 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/05/relatorio-alternativo-pede-arquivamento-do-processo-de-impeachment-contradilma>>. Acesso em: 17/05/2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo do presente texto, é fundamental pesquisar sobre os acontecimentos políticos na sociedade brasileira considerando os estudos de gênero na historiografia política do tempo presente, para que possamos compreender realmente os eventos acerca do tema abordado. Para tal, não levar em conta a dimensão machista no golpe de 2016 é um equívoco, que torna essa trama incompleta, pois o desenrolar dela nos trouxe atores considerados ultraconservadores e machistas.

Na atual conjuntura do Brasil, o presidente Jair Bolsonaro, debocha publicamente dos mortos e das vítimas do vírus na mídia e nas redes sociais, enquanto empurra, no Congresso, um Projeto de Emenda Constitucional<sup>354</sup>, para reduzir direitos dos servidores públicos e retirar investimentos nos serviços públicos, tais como, saúde e educação. Justamente no momento, em que mais precisamos de investimentos nestas áreas.

O Sistema Único de Saúde no Brasil (SUS)<sup>355</sup>, que é mundialmente reconhecido por atender às famílias carentes de atendimento médico-hospitalar, é constantemente atacado por este governo, que corrobora com as grandes corporações de planos de saúde privados. Enquanto isto, o presidente, sem ter licença médica, prescreve hidroxicloroquina<sup>356</sup> para tratar o vírus. Um medicamento sem eficácia científica comprovada para tratamento de Covid-19<sup>357</sup>.

Ademais, em um evento no dia 09 de março de 2020, em Miami, o presidente já afirmava publicamente que o vírus estava sendo “superdimensionado”, desvalorizando a enorme gravidade da situação mundial. Alguns dias depois disto, quase vinte autoridades da cúpula do

<sup>354</sup> PROJETO de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. *Câmara dos Deputados*, 2020. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node0komqcrkgmd7te36tpv0e51l24836617.node0?codteor=1928147&filename=PEC+32/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0komqcrkgmd7te36tpv0e51l24836617.node0?codteor=1928147&filename=PEC+32/2020)>. Acesso em: 24/06/2021.

<sup>355</sup> CÉSAR, Míria. SUS é referência mundial em atendimento público à saúde. *Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais*, 30 de junho de 2015. Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/7181-sus-e-referencia-mundial-em-atendimento-publico-a-saude>>. Acesso em: 15/06/2021.

<sup>356</sup> Conforme a bula desse remédio: “indicado para tratamento de Afecções reumáticas e dermatológicas: Artrite reumatóide, artrite reumatóide juvenil, lúpus eritematoso sistêmico, lúpus eritematoso discóide, condições dermatológicas provocadas ou agravadas pela luz solar, malária: Tratamento das crises agudas e tratamento supressivo de malária, tratamento radical da malária provocada por cepas sensíveis de *P. falciparum*. Possui vários efeitos colaterais, risco de toxicidade, dentre outras advertências”. Maiores informações acerca da contraindicação em caso de Covid-19 disponíveis em: <<https://pebmed.com.br/anvisa-alerta-que-hidroxicloroquina-nao-e-recomendada-para-tratamento-do-coronavirus/>>. Acesso em: 16/06/2021.

<sup>357</sup> VIDALE, Giulia. Os principais estudos científicos que derrubaram a cloroquina. *Veja*, 28 de maio de 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/os-principais-estudos-cientificos-que-derrubaram-a-cloroquina/>>. Acesso em: 15/06/2021.

governo testaram positivo para a doença<sup>358</sup>. E, mesmo assim, o presidente, além de não tomar providências para conter a doença, continuou incitando comportamentos inconsequentes, levianos e letais entre a população, tais como, não usar máscaras e incentivar aglomerações em meio à pandemia, com o risco de espalhar ainda mais o vírus. E, no dia 24 de março de 2020, quando o país já registrava algumas mortes pelo vírus, o presidente reprovou o fechamento das escolas e dos comércios, deixando claro em seu discurso, que priorizava a economia em detrimento das vidas perdidas. Porém, sabemos que a economia e a produção dependem das pessoas.

Ao final de abril do mesmo ano, um repórter perguntou a ele o que tinha a dizer acerca da quantidade de mortes que foram informadas pelos noticiários, ao qual o presidente, sem pestanejar, respondeu com uma voz truculenta: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.<sup>359</sup> É certo que o presidente não é nenhum “Messias”, apesar do sobrenome. Mas, enquanto presidente, a legislação prevê algumas responsabilidades pelo cargo que ocupa. Como presidente, ele poderia elaborar um plano para gerir a crise, fomentar políticas para conter o vírus e promover o bem público, como a testagem em massa, o isolamento social, propagandas sobre a conscientização do uso de máscaras e a higienização das mãos, criar programas para assegurar a renda e o emprego da população durante a crise, apoiar as pesquisas científicas de vacinas, apoiar a criação de leitos em hospitais e a compra de equipamentos de segurança para os/as trabalhadores/as, tais quais os/as enfermeiros/as, etc.

Contudo, o presidente continuou sem assumir o dever pelo seu cargo, quando no dia 10 de junho do mesmo ano se encontra em frente ao Palácio da Alvorada, tirando sua própria responsabilidade e culpando unicamente os prefeitos e governadores pela calamidade pública que se instaurou no país. E ainda afirma no *Twitter*: “lembro à Nação que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, as ações de combate à pandemia (fechamento do comércio e quarentena) ficaram sob total responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos”.<sup>360</sup>

E continua menosprezando as vidas com declarações nitidamente machistas e homofóbicas: “Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas<sup>361</sup>”. Enquanto manifesta também uma clara concepção xenofóba e anticomunista<sup>362</sup>:

---

<sup>358</sup> RELEMBRE frases de Bolsonaro sobre a Covid-19, *BBC News Brasil*, 07 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Acesso em: 26/02/2021.

<sup>359</sup> *Ibidem*.

<sup>360</sup> *Ibidem*.

<sup>361</sup> Bolsonaro durante uma cerimônia de lançamento de um programa federal de turismo em novembro de 2020.

<sup>362</sup> O governo supõe que a China seja um país comunista.

“Da China nós não compraremos<sup>363</sup>. É decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população pela sua origem. Esse é o pensamento nosso”<sup>364</sup>.

A negligência com a população brasileira foi tamanha, que culminou na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, para apurar as más ações do governo durante a pandemia. Renan Calheiros, relator da CPI, chegou a afirmar que a pandemia no Brasil se compara ao genocídio nazista<sup>365</sup>. Inclusive, Jair Bolsonaro já havia sido denunciado no Tribunal Penal Internacional, sediado na cidade holandesa de Haia, por crimes contra a humanidade e pelo genocídio dos povos indígenas, vide, por exemplo, as acusações do Cacique Raoni Metuktire e Almir Suruí<sup>366</sup>.

Para se ter uma ideia da gravidade da situação na presente história política brasileira, entre julho e agosto de 2021, a CPI aprovou uma série de requerimentos para investigar escândalos de corrupção no governo Bolsonaro, no que tange ao superfaturamento de compra de vacinas para a Covid-19. Com isto, aprovou a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico do “líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), acusado de atuar no favorecimento de contratos no Ministério da Saúde sob suspeitas”; de “representantes da VTC Logística<sup>367</sup>, empresa que atua na distribuição de vacinas e suspeita de superfaturar contratos no Ministério da Saúde”; “de representantes de sites acusados de propagar conteúdos falsos na pandemia, além de empresas que promoveram medidas anticientíficas na internet”<sup>368</sup> e vários outros ligados ao governo de Jair Bolsonaro.

Assim, levando em conta que a pesquisa reflete a conjuntura em que vive o/a historiador/a, a construção dessa dissertação levou em conta os conceitos empregados pelos

---

<sup>363</sup> SOARES, Ingrid. Bolsonaro diz que não comprará vacina chinesa, mesmo se aprovada pela Anvisa. *Correio Braziliense*, 22 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/10/4883906-bolsonaro-diz-que-nao-comprara-vacina-chinesa-mesmo-se-aprovada-pela-anvisa.html>>. Acesso em: 16/06/2021.

<sup>364</sup> Em outubro de 2020 cancelou um acordo de cerca de 2 bilhões de reais do Ministério da Saúde para aquisição das doses da vacina da fabricante chinesa Sinovac.

<sup>365</sup> SOUZA, André; MENDES, Adriana; LINDNER, Júlia. Renan Calheiros compara pandemia no Brasil a genocídio nazista. *O Globo*, 25 de maio de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/renan-calheiros-compara-pandemia-no-brasil-genocidio-nazista-governistas-reagem-25032967>>. Acesso em: 16/06/2021.

<sup>366</sup> OLIVEIRA, Rafael. Exclusivo: Raoni denuncia Bolsonaro em corte internacional por crimes contra a humanidade. *Publica*, 23 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://apublica.org/2021/01/exclusivo-raoni-denuncia-bolsonaro-em-corte-internacional-por-crimes-contra-a-humanidade-leia-denuncia/>>. Acesso em: 16/06/2021.

<sup>367</sup> A VTC é uma operadora logística do segmento fármaco e de saúde que se encarrega de armazenamento, transporte e distribuição de produtos ligados a este segmento. Eles soltaram uma nota de esclarecimento sobre o assunto no dia 20 de julho. Mais informações no site da empresa. Disponível em: <<https://vtclog.com.br/noticias/informe-publicitario/>>. Acesso em: 03/08/2021

<sup>368</sup> CPI da Covid Aprova Requerimentos para Investigar Esquema de Corrupção. *IstoÉ*. 03 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/cpi-da-covid-aprova-requerimentos-para-investigar-esquema-de-corrupcao/>>. Acesso em: 03/08/2021.

autores da referida bibliografia, sem, no entanto, se prender apenas em uma delas enquanto pensamento unânime na produção acadêmica. Houve a tentativa de descobrir outros caminhos e perspectivas para elaborar novas interpretações possíveis, no decorrer da produção do trabalho, que foram esquecidas, ou que não foram abordadas, desconstruindo as visões hegemônicas. Desse modo, poderia obter análises independentes e novas perspectivas, ou, até mesmo, nova bibliografia e fontes, que foram necessárias ao longo da escrita, ao serem acrescentadas ou retiradas durante todo o seu desenvolvimento de acordo com a demanda.

Neste sentido, esse trabalho não possui a pretensão de julgamentos definitivos, mas sim, estabelecer uma narrativa relevante e objetiva sobre esses acontecimentos, pois, a história se reescreve permanentemente, mas não aleatoriamente, e, enquanto construção histórica, envolve a “combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”<sup>369</sup>.

A burguesia, diante das crises, utiliza-se de golpes na política para assegurar que os seus interesses continuem vigorando, “mantendo o seu poder e o controle da economia, da autoridade, dos recursos naturais, e, também o controle do ‘gênero e da sexualidade’, da subjetividade e do conhecimento”<sup>370</sup>, além do controle das etnias, dos territórios etc.

Convivemos com as crises e as contradições existentes em uma sociedade, que mesmo sendo capaz de sanar a fome, as opressões e a precariedade, não tem interesse em fazê-lo, em prol do lucro capitalista. Neste panorama, visto é importante, conjuntamente, entender estas crises políticas atuais, enquanto inerentes ao sistema capitalista em que vivemos. Apesar de acreditar que a proposta desta dissertação parece ser polêmica e não ser tão adequada aos interesses de alguns grupos econômicos e políticos, percebe-se a necessidade de pesquisar algumas questões relativas à temática deste estudo, já que, é perceptível que, como afirma Simone de Beauvoir, diante de um golpe, guerra e crises, as mulheres são as primeiras a perder os seus direitos, ou seja, os setores mais oprimidos da sociedade, como também a população negra, por exemplo.

A explanação acima nos ajuda a resgatar a memória dos eventos em torno do golpe contra Dilma, não com finalidade de apontar uma verdade absoluta, mas sim, descrever alguns episódios, que demonstram uma visão desse processo. E, a dimensão machista deste episódio é uma perspectiva imensamente relevante.

Portanto, pode-se deduzir, através do presente estudo, que os setores ultraconservadores, articulados às chamadas “Bancada Evangélica” ou “Bancada da Bíblia”, à “Bancada da Bala”

---

<sup>369</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

<sup>370</sup> BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 11. Brasília, maio-agosto de 2013, p. 89-117.

e à “Bancada do Boi”, tramaram uma verdadeira cruzada contra Dilma Rousseff ao mobilizar sua ideologia mais retrógrada contra as mulheres e as classes oprimidas ao utilizar-se do machismo, sexismo e a misoginia, de maneira tacanha, enquanto arma política contra a presidenta. Sabedores da base dela na luta feminista e do capital simbólico que representou enquanto a primeira mulher a conquistar essa façanha. E, mesmo que também houvesse outras intenções e interesses por detrás do jogo político naquele momento, é certo que, o machismo acentuou-se enquanto reação ao avanço das lutas e conquistas das mulheres.

Entretanto, o movimento de mulheres não se calou frente aos ataques e retrocessos que representam esses sujeitos. E, se o movimento feminista, sozinho, não teve forças para barrar o golpe, ao menos, foi um dos segmentos que mais se mobilizaram naquele período e conseguiram barrar o PL5069. Portanto, conclui-se que, mesmo que houvesse outros fatores para o golpe, a dimensão machista esteve presente ao longo do seu percurso, ao mesmo tempo em que, houve e ainda há uma incansável resistência das mulheres.

Por fim, é importante dizer que não se pode responsabilizar os/as evangélicos/as de maneira generalizada pelo golpe, pois, dentre eles/as, existem muitos/as que se reivindicam progressistas, de acordo com as referências citadas<sup>371</sup>. Além do que, não foram apenas eles os responsáveis pelo golpe. No entanto, é preciso reconhecer que os setores ultraconservadores, desrespeitando o Estado laico, utilizaram a “Bancada Evangélica”, junto às demais bancadas, como mecanismo na destituição da presidenta Dilma Rousseff ao utilizar como justificativa dissimulada a pauta antiabortista. Sendo que, um dos principais argumentos deles para atacar as mulheres da esquerda é que elas são “abortistas”.

---

<sup>371</sup> JUNIOR, Zé Barbosa. Conhecendo os evangélicos progressistas: Igrejas não bolsonaristas pelo Brasil. *Revista Fórum*, 19 de novembro de 2021.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- AB'SÁBER, Tales. *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo. Editora: Hedra, 2015.
- ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública. *GI*, 19 de outubro de 2020.
- ACIMA das Expectativas, Lula Encerra Mandato com Melhor Avaliação da História. *Instituto Datafolha*, 20 de dezembro de 2010.
- A CONSTRUÇÃO da Voz Feminina na Cidadania. *Tribunal Superior Eleitoral*. [s.d.]
- AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? [Entrevista cedida a] Carla Batista. PE: *Portal Geledés*, 08 de setembro de 2018.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. *Ensaios de teoria da História*. Bauru: Edusc, 2007.
- ALEGRETTI, Laís; MATOSO, Filipe; PASSARINHO, Nathalia. Dilma anuncia reforma com redução de 39 para 31 ministérios. *GI*, 02 de outubro de 2015.
- ALMEIDA, Rodrigo de. *À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. São Paulo: Leya, 2016.
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- AMORIM, André Felipe; CARVALHO, Ângelo; SANTOS, Dalila Carla dos; SANTOS, Mayane Cristina. A face machista do impeachment: postura de revistas brasileiras perante o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff. Fortaleza (CE): *Intercom*, 29 de junho de 2017 a 01 de julho de 2017.
- AMORIM, Felipe. Há vários elementos de machismo e misoginia no impeachment, diz Dilma. *Uol*, 29 de agosto de 2016.
- \_\_\_\_\_. Por 11 votos a 9, Conselho de Ética segue processo contra Eduardo Cunha. *UOL*, 15 de dezembro de 2015.
- ANTONELLO, Isabelle Pinto; NOREMBERG, Alessandra. *A trajetória feminina na política brasileira*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016.
- APÓS Três Eleições, Lula chega à Presidência da República. *Folha de São Paulo*, 27 de outubro de 2020.

APROVAÇÃO a Governo Dilma Rousseff cai 27 pontos em três Semanas. *Instituto Datafolha*, 29 de junho de 2013.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%*. Um Manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ARGOLO, Fernanda & RUBIM, Linda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018.

ASSUNÇÃO, Clara. Impeachment de Dilma abriu a ‘caixa de Pandora’ que hoje legitima o machismo. *Rede Brasil Atual*. 21 de fevereiro de 2020.

ÁVILA, Maria Betânia. Um golpe patriarcal. *Teoria e Debate*, Ed. 149, 16 de junho de 2016.

AZAMBUJA, Kátia; FERNANDES, Mateus. Veja a representação de mulheres na política: uma análise sobre corporalidade, ethos feminino e vida privada. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, nº 9, Brasília (DF): *Anais eletrônicos ABCP*, 2014.

BAIXA Representatividade de Brasileiras na Política se Reflete na Câmara. *Agência Câmara de Notícias*, 29 de Março de 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, maio-agosto de 2013, p. 89-117. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

BASÍLIO, Andressa. Os maiores escândalos de corrupção do Brasil: Em levantamento feito a pedido de *Época Negócios*, a Controladoria Geral da União identificou os cinco principais casos de desvio de recursos públicos já investigados pelo órgão federal. *GI Negócios*, 31 de março de 2015.

BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. *BBC News*, 19 de abril de 2016.

BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELLO, Elizabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. In.: *Rev. Estud. Fem.* vol. 27 nº 2. Florianópolis: Epub, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n253771>.

BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana, FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. *Cadernos Pagu*. 2019, nº 55. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900550025>.

BASTOS, Mariana. Processo de impeachment escancara nas redes e no Congresso violência política contra a mulher. *Gênero e Número*. 15 de setembro de 2016.

BATISTA, Liz. Quem foram as sufragistas. *Acervo Estadão*, 13 de janeiro de 2016.

BAPTISTA, Vinícius Ferreira. Perspectivas sobre o acesso ao Programa Universidade para Todos: gênero e raça na distribuição de bolsas entre 2005/2016. Rio de Janeiro: *Pesquisa*,

*Sociedade e Desenvolvimento* - UFRJ, v. 9, nº 10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8350>.

BELA, Recatada e do Lar. *Página do Facebook*, 2016. Disponível em: <[https://mobile.facebook.com/Belarecatada-e-do-lar-745592922141462/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://mobile.facebook.com/Belarecatada-e-do-lar-745592922141462/?_rdc=1&_rdr)>.

Acesso em: 16/02/2022.

BENITES, Afonso. PT sob pressão decide apoiar processo contra Cunha, mas votação é adiada. *El País*, 15 de dezembro de 2015.

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 3ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERABA, Marcelo. O escândalo do "mensalão". Folha de São Paulo, 12 de junho de 2005.

BICUDO, Hélio Pereira; JÚNIOR, Miguel Reale; PASCHOAL, Janaína Conceição. Pedido de Impeachment de Dilma Rousseff. *Câmara dos Deputados*, 2015.

BIOGRAFIAS da Resistência. *Dilma Rousseff*. Memórias da Ditadura. [s.d].

BIOGRAFIA de Dilma Rousseff. Centro de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas [s.d.].

BIROLI, Flávia. Aborto em debate na Câmara dos Deputados. *Cfemea, Ipas e Observatório de Sexualidade e Política*, setembro de 2016.

BOITEUX, Luciana (Org.). Misoginia no golpe. In: PRONER, Carol et al. *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016. p. 261-266.

BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Unesp, 2018.

BOROSKI, Marcia; DE CARVALHO, Fernanda Cavassana. *A presidência tem gênero: O conteúdo relacionado à Dilma Rousseff nas capas de revistas durante o segundo mandato*. PPGCOM ESPM. Comunicon. São Paulo, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

\_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. 11ª Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, Amanda; LIMA, Thainá da Costa. Gênero e discurso político no Brasil: uma análise discursiva das representações midiáticas de Dilma Rousseff durante o processo de impeachment. *Cuadernos de la ALFAL*. nº 12, Mayo 2020, p. 88-102.

BRASIL. Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016. Anais da Câmara dos Deputados, publicado em 18 de abril de 2016. Brasília: *Anais da Câmara dos Deputados*, publicado em 18 de abril de 2016.

BRASIL. A Construção da Voz Feminina na Cidadania. *Tribunal Superior Eleitoral (TSE)*. [s.d.].

BRASIL. Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara. *Agência Câmara de Notícias*, 29 de Março de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nº 1/1992 a 90/2015, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994. 48ª. Ed. Brasília: *Câmara dos Deputados*, Edições Câmara, 2015, p. 11.

BRASIL. Decreto nº 40: Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Palácio do Planalto, 15 de Fevereiro de 1991.

BRASIL. Decreto nº 21.076 do Código Eleitoral do Presidente Getúlio Vargas. Normatiza as eleições no Brasil regulamentando o alistamento e o processo eleitoral no país.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, artigos nº 138, 139 e 140. Dos Crimes Contra a Honra. Brasília: Código Penal, 1940.

BRASIL. Deputados das bancadas da ‘bala, boi e Bíblia’ atuam juntos em defesa de interesses próprios e aumentam poder do presidente da Câmara. Brasília: *Senado Federal* [s.d.].

BRASIL. Eleições 2016 marcam 84 anos da conquista do voto feminino. *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE). 08 de Set. de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.294. Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º. *Constituição Federal*, 24 de julho de 1996.

BRASIL. Lei Nº 10.836/2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. 9 de janeiro de 2004.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. *IBGE*, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019, p. 6.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015. Brasília: *Senado Federal*, 2015.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.

BUTLER, Judith. *Corpos que Importam: os limites discursivos do sexo*. Trad. Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo, 2019.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALGARO, Fernanda; GARCIA, Gustavo; PASSARINHO, Nathalia. Líderes orientam bancadas em votação na comissão do impeachment. *GI*, 11 de abril de 2016.

CALGARO, Fernanda; MATOSO, Filipe. Dilma anuncia pacote anticorrupção e oficializa entrega ao Congresso. *GI*, 18 de março de 2015.

CALZOLARI, Isabella. Contra aumento de impostos e CPMF, Fiesp põe pato inflável na Esplanada. *GI*. 1º de outubro de 2015.

CÂMARA dos Deputados. Plenário: Sessão Deliberativa. *Youtube*, 17/04/2016.

CAMPOS, Mariana de Lima. A titularidade feminina em programas habitacionais e a construção da cidadania: uma análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). *Prelúdios*. Salvador, v. 8, nº 8, p. 35-60, jul./dez., 2019. DOI: <https://doi.org/10.9771/revpre.v8i8.23843>.

CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; DE SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. Dilma, uma “presidente fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. *Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65, Jul/Dez 2016. DOI: <https://doi.org/10.5212/RevistaPautaGeral.v.3.i2.0003>.

CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana; ROSSI, Amanda. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos, *BBC News Brasil*, 30 de Setembro de 2018.

CARTA da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Contra o Golpe de Estado em curso no Brasil. In: *Racismo Ambiental*, 8 de junho de 2016.

CASA de Mãe Solteira é ‘Fábrica de Desajustados’, diz Mourão. *IstoÉ*. 18 de setembro de 2018.

CASTRO, Fernando; NETTO, Vladimir; NUNES, Samuel. Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça. *GI*, 16 de Março de 2016.

CERQUEIRA, Daniel et al (Coord.). Atlas da Violência 2019. *IPEA*, 2019.

CÉZAR, Gilberto de Noronha; RIBEIRO, Idalice; REGINA, Mara do Nascimento (Orgs.). *O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Pacto Editorial, 2020.

CHADE, Jamil. Para os “homens de bem”, só algumas pessoas têm direito a ter direitos. *El País*, 16 de outubro de 2019.

COELHO, Naiara; VOLOTÃO, Amanda. Não serei interrompida O processo de silenciamento feminino no espaço político brasileiro. In.: *Cadernos de Gênero e Diversidade*. Vol. 06, N. 02 - Abr./Jun. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i2.35033>.

CONHEÇA as atribuições do Presidente da Câmara dos Deputados. *Agência Câmara Notícias*, 18 de janeiro de 2021.

COSTA, Camilla; TOMBESI, Cecilia. Dia Internacional da Mulher: 6 gráficos que mostram como as mulheres avançaram (ou não) na América Latina. *BBC News Brasil e BBC News em Londres*, 8 de março de 2019.

- COSTA, Zuleika L. S. *Educação e orientação sexual na educação básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015*. Tese (Doutorado em Educação). Centro Universitário La Salle. Canoas, 2017.
- CPI da Covid Aprova Requerimentos para Investigar Esquema de Corrupção. *IstoÉ*. 03 de agosto de 2021.
- D'AGOSTINO, Rosanne. Veja estados e partidos que mais votaram pelo impeachment na Câmara. *GI*. 18 de abril de 2016.
- DA REDAÇÃO. Cunha versus Menicucci. *Veja*, 31 de julho de 2015.
- DA REDAÇÃO. Temer: Cunha abriu impeachment porque PT não o apoiou no Conselho de Ética. *UOL*, 27 de novembro de 2019.
- DA REDAÇÃO. O que é misoginia? *Revista Galileu*, 19 de fevereiro de 2020.
- DA REDAÇÃO. Patrícia Lélis: “Precisamos falar sobre Marco Feliciano”. *Revista Fórum*, 10 de dezembro de 2019.
- DA REDAÇÃO. Veja estados e partidos que mais votaram pelo impeachment na Câmara. *GI*, 18 de abril de 2016.
- DANTAS, Fernanda Argolo. “*Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar*” As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. Tese de doutorado. Salvador, 2019.
- DARNTON, Robert. *O beijo lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DA SILVA, Perla Haydee. *De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff*. Tese de Doutorado em Estudos de Linguagem - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE CAMPOS, Augusto. *Pagu: vida e obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 32.
- DEL PRIORE, Mary (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DE MELO, Hildete Pereira; MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. *Rev. Econ. Contemp.*, v. 5, nº 2, jul./dez., 2001.
- DEMOCRACIA em Vertigem. Direção: Petra Costa. Produção: Joanna Natasegara; Shane Boris; Tiago Pavan. Brasil: *Netflix*, 2019. 121 min.
- DE SOUZA, José Gileá. Desigualdade de gênero: a participação feminina na política brasileira. *Revista Direito UNIFACS*. n. 228, 2019.
- DEVULSKY, Suzana Brito. *Imprensa no contra-ataque: discurso machista e o impeachment da presidenta Dilma*, 2016.

DE OLIVEIRA, Silaine Bohry. *A democracia e a mulher: Uma análise da abordagem da questão de gênero durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff*.

DE OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues; MACHADO, Eliel Ribeiro. Vem pra Rua e MBL no contexto do golpe parlamentar no Brasil. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 23 nº 42, p. 98-108, jan./jun. 2019.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias I. *Rev., Atual. e Ampl.*. 10ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DIONÍSIO, Bibiana; KANIAK, Thais; VIANNA, José; MAZZA, Malu; COSME, Marcelo. Eduardo Cunha é preso em Brasília por decisão de Sérgio Moro. *GI*, 19 de outubro de 2016.

DIP, Andrea. Existe “ideologia de gênero”? Em entrevista à Pública, a doutora em Educação Jimena Furlani, que desenvolveu extensa pesquisa sobre o assunto, explica os equívocos do conceito. *Agência Pública Investigativa*, 30 de agosto de 2016.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 4, nº 1, jan./jun., 2012, p. 5-22. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180304012012005>.

EDITORIAL. Confira a lista final da votação do impeachment na Câmara. *UOL*. 18 de abril de 2016.

EDITORIAL. Petrobras foi espionada pelos EUA, apontam documentos da NSA. Confirmação da espionagem está em documentos ultrassecretos, vazados por Edward Snowden, ao qual o Fantástico teve acesso exclusivo. *GI*, 9 de setembro de 2013.

EDITORIAL. Primavera feminista no Brasil: em outras nações, as mulheres lutam por salários iguais. No Brasil, para não retrocederem em suas conquistas. *El País*, 12 de novembro de 2015.

EDITORIAL. Você sabe por que Dilma sofreu o impeachment? Entenda o que são as pedaladas e créditos suplementares. *R7*. 31 de agosto de 2016.

ELEONORA Menicucci. *Memorial da Resistência de São Paulo*. [s.d.]

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Lafonte, 2017.

ESTUDO do IPEA discute Redução de Maioridade Penal e o Mito da Impunidade. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*. Brasília, 16 de junho de 2015.

FADUL, Telmo. Bancada evangélica prepara série de retaliações ao Planalto. *O Tempo*, 10 de fevereiro de 2012.

FARIA, Nalu. A luta feminista contra o golpe patriarcal. *Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB)*, ano 6, nº 22, p. 4-5, abril de 2016.

FEMINISTAS são Feias. *Blog do movimento feminista Movimento Não me Khalo*, 11 de maio de 2015.

FERNANDES, Leonísia Moura; PALITOT, Tayse Ribeiro de Castro; ROCHA, Luísa Câmara. Política e patriarcado: a cultura do estupro em tempos de impeachment no Brasil. *Captura Crítica, Revista Discente do PPGD/UFSC*. v. 5, n. 1, 2016.

FERREIRA, Lola. Meninas são mais do que dobro de meninos entre jovens fora da escola e sem atividade remunerada. *Gênero e Número*, 27 de março de 2018.

FERREIRA, Maria Mary. Movimentos Feministas no Brasil e a sua Ação Insubmissa Frente ao Golpe de 2016. *Revista Debates Insubmissos*. Caruaru, PE. Brasil, Ano I, v.1, n. 2, mai./ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.32359/debin2018.v1.n2.p55-77>.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.10, n.23, p. 87-88, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180310232018080>.

FLORESTI, Felipe. Manifestações de ‘Junho de 2013’ completam cinco anos: o que mudou? *Revista Galileu*, 20 de junho de 2018.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

FORTES, Carolina. Quem é Dallagnol, o procurador que perseguiu Lula e destruiu o Brasil. *Revista Fórum*, 05 de novembro de 2021.

FRANCO, Marielle. *Discurso na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro*. 08 de março de 2018.

GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia Claudía Santana de Mattos; SALGUEIRO, Wilberth (Orgs.). *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2019.

GARCIA, Gustavo. Impeachment de Collor foi ‘mais tranquilo’, diz presidente do STF em 92. *GI*, 25 de agosto de 2016.

GERALDES, Elen Cristina; et al; RAMOS, Tânia Regina Oliveira, DA SILVA, Juliano Domingues (Orgs.). *Mídia, misoginia e golpe*. Brasília: FAC-UnB, 2016.

GITIRANA, Julia Heliodoro Souza; KERSTING, Maria Fernanda Viñas. Limites da liberdade de expressão e a caracterização do discurso de ódio. *Revista de Direito - FAE*, v. 2 nº 1. Curitiba, 2020.

GLENIA, Fabíola. Sob pressão, bancos reduzem juros; veja as taxas médias cobradas. *GI*, 29 de setembro de 2012.

GONÇALVES, Aparecida. A violência contra as mulheres e a escalada do retrocesso e ódio no Brasil. *Revista Matria 2020*. Ano 18, Vol. 1, nº. 18. Edição 2020. 28 de Fevereiro 2020.

- GONDIM, Isnailda. Compreendendo a transversalidade das políticas públicas de gênero. *Agência do Acre*, 30 de dezembro de 2019.
- GONZALEZ, Lélia. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HAUBERT, Mariana. Deputados evangélicos protestam contra parada gay e rezam no plenário. *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 2015 (imagem ampliada e adaptada).
- HINTZE, Hélio. *Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira*. São Paulo: Paco e Littera; 1ª edição, 2021.
- HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 244-254.
- IMPEACHMENT de Dilma: saiba como votou cada um dos Partidos na Câmara. *Agência Brasil*. 18 de abril de 2016.
- IMPLICAÇÕES Econômicas Intersetoriais da Operação Lava Jato. *Dieese*. São Paulo, 16 de março de 2021.
- ÍNTEGRA do Discurso de Dilma Após Impeachment. *Gl*. 31 de Ago. de 2016.
- JALALZAI, Farida; DOS SANTOS, Pedro A. G.. *Empoderamento e desempoderamento das mulheres no Brasil: a ascensão e queda da presidente Dilma Rousseff*. Introdução. Excerpt: Temple University Press. Fevereiro de 2021.
- JANOT, Rodrigo; CARVALHO, Jaílton; EVELIN, Guilherme. *Nada menos que tudo: bastidores da operação que colocou o sistema político em xeque*. São Paulo. Editora: Planeta do Brasil, 2019.
- JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JÚNIOR, Carlos Zacarias de Sena. *Foi golpe! O presente como história*. Editora Quarteto, 2018.
- JUNIOR, Edson José Perosa. A narrativa de eventos traumáticos na história do tempo presente: os desafios para o historiador. *Diálogos*, v. 22, n.1, 2018, p. 190-204. DOI: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v22i1.43640>.
- JUNIOR, Zé Barbosa. Conhecendo os evangélicos progressistas: Igrejas não bolsonaristas pelo Brasil. *Revista Fórum*, 19 de novembro de 2021.
- JUNQUEIRA, Diego. Partido com mais investigados na Lava Jato tem alta no número de prefeitos: “Perdoado” pelos eleitores, PP conquistou 494 municípios no pleito do último domingo. *R7*, 6 de outubro de 2016.

KOSELLECK, Reinhart. Continuidade e mudança de todas as histórias contemporâneas. Notas referentes à história dos conceitos. In: *Os Estratos do Tempo: estudos sobre a História*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2014, p. 229-248.

\_\_\_\_\_. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015, p. 305-328.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. Bilros: *Revista de História*, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.-jun. 2016.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. *A Construção da Imagem Pública de Dilma Rousseff no Ciberespaço: Misoginia, estereótipos e relações de gênero*. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, em João Pessoa/PB.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”: A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice. *Veja*. 18 de abril de 2016.

LEIA Íntegra do Discurso de Posse do Presidente Interino Michel Temer. *Folha de São Paulo*. 12 de Maio de 2016.

LEITE, Hellen. Caso Maria Luiza chega ao fim após 20 anos de disputa judicial com a FAB. *Correio Braziliense*, 29 de maio de 2020.

LOPES, Paula Cunha. *Mídia, poder e gênero: a crítica feminista latino-americana a partir das representações das presidentas Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet*.

LOURENÇO, Beatriz. Dicionário feminista: conheça termos importantes para o movimento. *Revista Galileu*, 14 de março de 2020.

LUPI, Carlos. *Um golpe contra os trabalhadores*. 1. ed. Niterói. Editora: Nitpress, 2019.

MACHISMO: Você Entende Mesmo o que Significa?. *Politize!*, 8 de julho de 2019.

MAIER, Friedrich. A “PEC do Teto” como reafirmação da autocracia burguesa no Brasil?. Friedrich Maier. *NORUS*, v. 7, nº 12, p. 298-322, ago/dez de 2019. DOI: <https://doi.org/10.15210/norus.v7i12.18100>.

MARIN, Pedro; ORTEGA, André. *Golpe é guerra: teses para enterrar 2016*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Baioneta, 2020.

MARTÍN, María; ROSSI, Marina. Mulheres protestam contra Cunha pela terceira vez em duas semanas. *El País*, 12 de novembro de 2015.

- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v.14, nº 2, 2020.
- MATAIS, Andreza; BULLA, Beatriz; ROSA, Vera. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. *Estadão*, 30 de outubro de 2014.
- MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. Alameda Casa Editorial. 1. ed. São Paulo. Editora: Alameda, 2016.
- MEDEIROS, Étore. Boi, Bala e Bíblia contra Dilma. Veja qual foi o posicionamento dos principais grupos temáticos da Câmara dos Deputados no processo de impeachment. *Agência Pública de Jornalismo Investigativo*, 18 de abril de 2016.
- MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editores, 2018.
- MENICUCCI, Eleonora. Como o golpe em curso impacta na vida das mulheres. *Brasil 247*. 27 de Jun. 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe. In: GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia Claudia Santana de Mattos; SALGUEIRO, Wilberth (Orgs.). *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2019.
- MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAIS, Raquel; PATARO, Beatriz et al. Mulheres se acorrentam no Planalto em ato contra afastamento de Dilma. *GI*, 12 de maio de 2016.
- MOSCHKOVICH, Marília. “Machismo estrutural”, oculto e terrível. *Outras Palavras*, 29 de Outubro de 2013.
- MOTOMURA, Marina; AMORIM, Felipe. Eduardo Cunha aceita pedido de impeachment da oposição contra Dilma. *Uol*, 02 de dezembro de 2015.
- MULHERES no Parlamento. *Inter-Parliamentary Union*, 1º de fevereiro de 2019.
- NEGRO tem 2,6 vezes mais chances de ser assassinado no Brasil. *Agência Brasil*, 31 de agosto de 2021.
- NETTO, Vladimir. Áudios vazados revelam planos de Romero Jucá para abafar Lava Jato. *GI*, 24 de maio de 2016.
- NINIO, Marcelo. Artistas estrangeiros se unem à campanha contra impeachment. *Folha de São Paulo*, 24 de agosto de 2018.

- NUNES, Bárbara Rodrigues. *A imagem de Dilma Rousseff: a construção do estereótipo feminino na crise política*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, 2018.
- O TRABALHO Escravo Reinventado pelo Capitalismo Contemporâneo. Entrevista especial com Leonardo Sakamoto. *Instituto Humanitas Unisinos*, 28 de novembro de 2007.
- OLIVEIRA, Rafael. Exclusivo: Raoni denuncia Bolsonaro em corte internacional por crimes contra a humanidade. *Publica*, 23 de janeiro de 2021.
- OPERAÇÃO Lava Jato: PF não vê provas contra Dilma de obstrução à Lava Jato. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 19 de agosto de 2021.
- ORIÁ, Ricardo. As sufragistas: a luta pelo voto feminino. *Agência Câmara de Notícias*, 15 de Fevereiro de 2021.
- PAGLIARINI, André. Livro defende que impeachment de Dilma foi machista e atingiu mulheres na política. *Folha de São Paulo*. 1º de maio de 2021.
- PARDELLAS, Sergio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si, 2016. *IstoÉ*. 01 de Abril de 2016.
- PASSARINHO, Nathalia. Conselho de Ética instaura processo para investigar Eduardo Cunha. *G1*, 03 de novembro de 2015.
- PENNAFORT, Roberta. Mentiras sobre Marielle Franco continuam a se espalhar três anos após sua execução. *BBC News*. 13 de Março de 2021.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, *IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento*, 2019, p. 6.
- PESSOA, Mayara Lustosa Silva; BORGES, Josefa Lusitânia de Jesus. Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo. *Revista Katálysis*. 2018, v. 21, nº 03, p. 544-553. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p544>.
- PIAIA, Victor Rabello. Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff. *Teoria e Cultura*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 2 Dezembro. 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12427>.
- PIMENTEL, Silvia; VILLELA, Wilza. Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil. *Cien. Culto*, São Paulo, v. 64, nº 2, pág. 20 e 21 de junho de 2012. DOI: <https://doi.org/10.21800/S0009-67252012000200010>.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)*. Lua Nova, São Paulo, n. 100, p. 119-153, Jan. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>.

PIRES, Breiller. Vale mais defenestrar o 'kit gay' ou proteger crianças do abuso sexual? Educação sexual nas escolas poderia ser uma arma eficaz contra abusadores, mas a histeria ideológica é o tiro pela culatra de quem se diz defensor da família. *El País*, 19 de outubro de 2018.

PLENÁRIO do TSE Proclama Resultado Definitivo do Segundo Turno da Eleição Presidencial. *Tribunal Superior Eleitoral (TSE)*, 09 de dezembro de 2014.

PONTES, Denise; DAMASCENO, Patrícia. As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. *Mundo de Mulheres*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, 2017.

POR QUE o Machismo do Bolsonaro é útil aos Capitalistas?. *Esquerda Diário*, 31 de agosto de 2018.

POSSENTI, Sírio. A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil. *Discurso & Sociedad*, Vol.12(3), 2018, p. 581-593.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 33, nº 96, 2018.

PREARO-LIMA, Rafael; IÓRIO, Patrícia Silvestre Leite Di. Bela, panaforizada e do lar: reflexões sobre um caso de aforização. *Linguagem em (Dis)curso*. 2017, v. 17, nº 03, p. 381-398. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-170306-2417>.

PROJETO de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. *Câmara dos Deputados*, 2020.

QUANDO a Misoginia Pauta as Críticas ao Governo Dilma. Capa sexista de 'IstoÉ' coroa momento em que o machismo é a regra para atacar a presença de mulheres na política. *Carta Capital*. 2 de abril de 2016.

RAMALHO, Renan. Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada. *GI*, 21 de Junho de 2016.

RAMOS, Marcella; MELLO, Igor; SALGADO, Daniel. Como funciona o maior grupo de propagação de ódio na internet brasileira, que lucra com misoginia, racismo e homofobia. *O Globo*, 29 de Junho de 2018.

RELATÓRIO Alternativo pede Arquivamento do Processo de Impeachment contra Dilma. *Agência Senado Notícias*, 05 de maio de 2016.

RELEMBRE frases de Bolsonaro sobre a Covid-19, *BBC News Brasil*, 07 de julho de 2020.

RESULTADO das Eleições 2006. *Tribunal Superior Eleitoral (TSE)*, 2006.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Democracia e Feminismo: Qual racionalidade?. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 114, jan./jun. 2017, p. 199-222.

ROSA, Fernando. *Um golpe americano: A última valsa dos traidores*. Artigos. Amazon: Edição do Kindle, 2016.

ROSSI, Marina. A misoginia do Governo Bolsonaro vai parar na Justiça. *El País*, 11 de Agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. Ofensiva na Câmara para complicar atendimento a vítima de abuso sexual. *El País*, 22 de outubro de 2015.

ROUSSEFF, Dilma. Há um componente machista e misógino nesse golpe. A sensibilidade da gente é confundida com a fragilidade; a força com falta de coração. 21 de julho de 2016, 9:19 AM. *Twitter*: @dilmabr.

SAKAMOTO, Leonardo. *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Organização Internacional do Trabalho, 2006.

SALDAÑA, Paulo. Saiba como surgiu o termo 'ideologia de gênero': movimento conservador tem origem religiosa e vê 'ameaça à família' em discussões sobre gênero. *Folha de São Paulo*, 23 de outubro de 2018.

SALES, Tainah Simões; VERAS, Hanna Rayssa Batista. A participação feminina na política brasileira. *Revista de Direito*, v. 12, nº 2. Viçosa, 2020. DOI: <https://doi.org/10.32361/2020120210256>.

SALOMÃO, Tiago. Adesivo com Dilma sendo "penetrada" por bomba levanta a questão: isso é protesto?. *InfoMoney*, 1º de julho de 2015.

SANTOS, Lorena Danielle; VELOSO, Ivana. A deposição de Dilma Rousseff através dos memes: um olhar sobre a misoginia, machismo e sexismo. In: *Temporalidades - Revista de História*, Edição 34, v. 12, n. 3. Set./Dez., 2020.

SCHRUPP, Antje. *Uma breve história do feminismo no contexto euro-americano*. São Paulo: Blucher, 2019.

SCIULO, Marília Mara. O que é sororidade? Entenda a origem e o significado do termo. *Revista Galileu*, 08 de março de 2020.

SENE, Túlio. Cronologia do golpe. *Revista Fórum*, 09 de abril de 2016.

SERANO, Julia. Manifesto da Mulher Trans. *Geledés*, 1º de setembro de 2015.

SILVA, Perla Haydee da. *De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff*. Dissertação de mestrado. Cuiabá-MT, 2019.

SILVA, Pollyane Lima; RITTO, Cecília. A nova família brasileira. *Veja*, 17 de outubro de 2012.

- SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe?* para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SOARES, Ingrid. Bispo Edir Macedo diz que mulher não pode ter mais estudo que o marido. *Correio Braziliense*, 24 de setembro de 2019.
- \_\_\_\_\_. Bolsonaro diz que não comprará vacina chinesa, mesmo se aprovada pela Anvisa. *Correio Braziliense*, 22 de outubro de 2020.
- SOLANO, E. G. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. São Paulo: Leya, 2019.
- SPERB, Paula. A história do voto feminino no Brasil. *Folha Uol*, 2021.
- STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 679-690, Dec. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p679>.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*. 2006, v. 40, n° 1, 2006, p. 27-53. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>.
- TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. *Revista Cult*. 20 de julho de 2016.
- \_\_\_\_\_. A mulher de César e a mulher de Temer. *Revista Cult*. 202.
- \_\_\_\_\_. Feminismo e democracia. *Revista Cult*, 18 de março de 2015.
- TODON, Sandrea Mara. A constituição e a dissolução das entidades familiares no Brasil colonial. *Revista Jurídica Cesumar Mestrado*, v. 2, n° 1, 2002.
- VEJA Pesquisa Completa do IBOPE sobre os Manifestantes. *GI*, 24 de junho de 2013.
- VERBETE Biográfico. Luísa Erundina. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*. [s.d.].
- VIDALE, Giulia. Os principais estudos científicos que derrubaram a cloroquina. *Veja*, 28 de maio de 2021.
- VIEIRA, Viviane C.; RECHETNICOU, Amanda Oliveira. Gênero, política e mídia: uma análise da representação e identificação de Dilma Rousseff em reportagens do ano de 2016. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, *Anais Eletrônicos*, Florianópolis, 2017.

VILLAVERDE, João. *Perigosas Pedaladas: Os Bastidores da Crise que Abalou o Brasil e Levou ao Fim o Governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Geração Editorial, 2016.

VOTO da Mulher. *Tribunal Superior Eleitoral (TSE)*, 2018.

WILLMERSDORF, Pedro. ‘Bela, recatada e do lar’: campanha na web ironiza perfil de Marcela Temer em revista. *GI*, 20 de abril de 2016.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 13.